



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LAILA BORGES DA SILVA

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO/RJ: UM OLHAR
INVESTIGATIVO SOBRE AS DINÂMICAS DO PARTIDO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016 E 2020

FORTALEZA

2022

LAILA BORGES DA SILVA

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO/RJ: UM OLHAR
INVESTIGATIVO SOBRE AS DINÂMICAS DO PARTIDO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016 E 2020

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/ UFC), como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Processos de trabalho, Estado e transformações capitalistas.

Orientador(a): Prof.^a(a). Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- S581p Silva, Laila Borges da.
O Partido Socialismo e Liberdade no Rio de Janeiro/RJ : Um olhar investigativo sobre as
dinâmicas do partido nas eleições municipais de 2016 e 2020 / Laila Borges da Silva. – 2022.
107 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de
Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. PSOL. 2. Partido de Esquerda. 3. Rio de Janeiro. I. Título.

CDD 301

LAILA BORGES DA SILVA

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO/RJ:
O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO/RJ: UM OLHAR
INVESTIGATIVO SOBRE AS DINÂMICAS DO PARTIDO NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2016 E 2020

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/ UFC), como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Processos de trabalho, Estado e transformações capitalistas.
Orientador(a): Prof.^a(a). Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

Aprovada em: 28/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dra. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Fábio Gentile
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

A todo o corpo do PPGS/UFC e ao Cnpq, ao qual sem o apoio esse trabalho não seria possível.

Aos membros das bancas, de qualificação e defesa de dissertação, Prof. Dra. Monalisa Soares Lopes, Prof. Dr. Fábio Gentile e Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior, pela disponibilidade e contribuições.

À minha família, que mesmo distantes, acreditaram no meu projeto de permanência nesse espaço e profissão.

Agradeço imensamente a todos os entrevistados e interlocutores pela disponibilidade na construção desse diálogo. Especialmente às pessoas da sede do PSOL, que gentilmente doaram seu tempo.

A todos os amigos do Rio, que permaneceram intensamente aqui, mesmo de longe. Também a Gabriella, amiga-interlocutora, e a Millena, amiga-ponte, essenciais ao trabalho de campo dessa pesquisa.

Aos amigos que fiz no mestrado, Débora, Thiago, Plácido, Milena, Léo e Samuel, pela rede de apoio, antes e depois da pandemia. A todos os outros amigos que fiz nessa cidade que conheci por causa da UFC e permaneço por ela e todos eles. Em especial a Suellem e Dani, pessoas com quem dividi casa e que foram tão importantes no meu convívio.

Escrever essa dissertação foi um grande desafio. Gratidão imensa a todos que somaram e foram rede de apoio nessa missão que foi realizar e permanecer em uma pós-graduação, no Brasil, entre 2019 e 2022.

“Não existe tal coisa como uma luta de uma só questão, porque nós não vivemos vidas de uma só questão.” (AUDRE LORDE, 2019)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro/ RJ em suas estratégias de organização e crescimento no município. Fundado em 2004, é hoje um dos mais influentes partidos de esquerda na política municipal, tendo, desde 2016, superado o Partido dos Trabalhadores (PT) em cadeiras na Câmara. No trabalho, localiza-se o PSOL como partido de esquerda na sociedade brasileira e aborda-se o PSOL no município do Rio de Janeiro, com foco em suas dinâmicas organizacionais e participação nos processos eleitorais. Nesse momento, são trazidos os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de resultado por zona eleitoral, na votação dos vereadores eleitos pelo partido, nos anos de 2016 e 2020. Por último, trabalha-se a dimensão da figura de Marielle Franco, vereadora executada no ano de 2018, e os impactos no partido, o PSOL, à nível local. Para a pesquisa, a metodologia foi dividida em dois eixos: a análise documental, tratando tanto dos resultados de votação do TSE, quanto dos regulamentos e panfletos do partido, e o trabalho de campo, que incluiu entrevistas semiestruturadas com lideranças e acompanhamento de eventos. A pandemia de COVID-19 teve grande impacto nesse trabalho, que teve sua execução paralisada e, depois, dentro dos limites possíveis, movida para o virtual. Como resultado do trabalho, observa-se a centralidade dos núcleos territoriais no projeto de crescimento e capilarização do PSOL no Rio de Janeiro e dimensão da figura de Marielle Franco hoje no partido, com a narrativa de “sementes de Marielle”.

Palavras-chave: PSOL; partido de esquerda; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to understand the Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) in Rio de Janeiro/RJ in its organization and growth strategies in the municipality. Founded in 2004, it is today one of the most influential left-wing parties in municipal politics, having, since 2016, surpassed the Partido dos Trabalhadores (PT) in seats in the House. The paper locates the PSOL as a left-wing party in Brazilian society and it discusses the PSOL in the municipality of Rio de Janeiro, focusing on its organizational dynamics and participation in electoral processes. At this point, the data from the Superior Electoral Court (TSE) of results by electoral zone, in the voting of councilors elected by the party, in the years 2016 and 2020, are brought. Finally, the dimension of the figure of Marielle Franco, councilwoman executed in the year 2018, and its impacts on the party, the PSOL, at the local level is worked. For the research, the methodology was divided into two axes: documentary analysis, dealing with both the TSE voting results and the party's regulations and pamphlets, and fieldwork, which included semi-structured interviews with leaders and monitoring of events. The COVID-19 pandemic had a large impact on this work, which had its execution halted and then, within the possible limits, moved to the virtual. As result of this research, we observe the centrality of the territorial nuclei in the project of growth and capillarization of the PSOL in Rio de Janeiro and the dimension of the figure of Marielle Franco today in the party, with the narrative of "Marielle's seeds".

Keywords: PSOL; left-wing party; Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ranking de votação para do PSOL para Governador na cidade do Rio de Janeiro.	13
Figura 2 – Ranking de votação do PSOL para Prefeito na cidade do Rio de Janeiro	13
Figura 3 - Gráfico comparativo da votação recebida pelo PT e pelo PSOL ao longo da década	15
Figura 4 - Nota do Diretório do PSOL Carioca.....	27
Figura 5 – Controvérsia nas redes sociais: caso do vereador Leonel Brizola Neto.....	28
Figura 6– Controvérsia nas redes sociais: discussão da Frente Ampla	29
Figura 7 – Distribuição da votação para o Executivo Municipal em 2008	33
Figura 8 – V Seminário Internúcleos do PSOL Carioca	39
Figura 9 – Quadro de candidaturas do PSOL (Ampliado)	75
Figura 10 - Imagem de capa do Facebook do PSOL Carioca	87
Figura 11 - Página inicial do endereço eletrônico do PSOL Carioca.....	88
Figura 12 - Candidaturas do PSOL por cor/raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INVESTIGATIVO	11
2.1	A Temática de Estudo e suas redefinições: dilemas no percurso da pesquisa	11
2.2	Interlocuções Teóricas: delineando bases analíticas	17
2.3	Percursos Metodológicos: momentos essenciais na construção investigativa	34
2.3.1	<i>Pesquisa documental: a riqueza e o desafio de trabalhar fontes secundárias</i>	34
2.3.2	<i>Narrativas do trabalho de campo</i>	37
3	O PSOL COMO PARTIDO DE ESQUERDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	44
4	O PSOL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	61
4.1	O PSOL Carioca	61
4.2	As Instâncias de Base	65
4.3	As campanhas eleitorais	69
5	AS SEMENTES DE MARIELLE	77
5.1	O Feminismo Negro	79
5.2	“Não serei interrompida”	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: Algumas Demarcações Fundantes Considerando as Configurações do PSOL	91
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A – Zonas com maior percentual de voto para cada vereador eleito em 2016	98
	ANEXO B – Zonas com maior percentual de voto para cada vereador eleito em 2020	101

1 INTRODUÇÃO

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é um partido fundado em 2004, em um processo de dissidência do Partido dos Trabalhadores (PT), este que é um marco fundamental na esquerda brasileira pós-ditadura civil-militar. O PSOL é um partido de orientação socialista, marcado por sua pluralidade intrapartidária. Com cerca de 186.532 filiados e caracterizado por uma atuação, sobretudo, parlamentar, nas instâncias de representação da política brasileira. O PSOL é um dos principais partidos de esquerda na Câmara dos Deputados.

No Rio de Janeiro, é uma das principais siglas da oposição. Foi ao segundo turno para Prefeitura nas eleições de 2016 e, desde aquele ano, superou o PT em cadeiras na Câmara¹. No município, tem sua atuação política marcada pela oposição aos governos de Eduardo Paes², prefeito no seu terceiro mandato (2009-2012, 2013-2016 e, atualmente, 2021-2024) e Marcelo Crivella, à época, pertencente ao Partido Republicanos, gestão municipal do período de 2017 a 2020.

Neste limiar da terceira década do século XXI, uma tendência geral na discussão crítica das esquerdas é a percepção da importância do trabalho de base. Dentro do grupo do PSOL, como demonstrou essa pesquisa, essa tendência se traduz no esforço do Diretório em capilarizar no território municipal a base do Partido, tendo os núcleos como instrumento. Essa demanda emerge com urgência após a eleição de Bolsonaro, considerando o notável sucesso eleitoral do político, o que inclui, na cidade do Rio de Janeiro, alta votação em periferias e regiões mais populares.

O chamado “trabalho de base”, tão caro as esquerdas na conjuntura da redemocratização brasileira, foi perdendo centralidade conforme o PT, principal partido de esquerda no contexto, foi estabelecendo-se como situação. Esse quadro é importante para se compreender inclusive o retorno das direitas ao governo (pela via eleitoral) e o movimento anti-esquerdista e antipetista que marcou o golpe de Dilma Rousseff em 2016 e posterior eleição de Bolsonaro em 2018.

Jair Bolsonaro atuou como deputado federal por sete mandatos consecutivos (o primeiro deles em 1990), ainda que com pouquíssima expressividade na política. Foi com o declínio do governo de Dilma Rousseff na opinião pública que começou a ganhar popularidade. O impeachment da presidenta, em específico, deve ser remontado ainda as Jornadas de Junho

¹ Depois das eleições municipais de 2020, o PSOL ficou com sete cadeiras na Câmara, contra três do PT.

² Eduardo Paes teve filiações variadas durante sua trajetória política nos intervalos: PMDB (2007-2017); DEM (2018-2021); de 2021 até o presente PSD.

de 2013 e a contestação de sua reeleição pelo seu opositor, Aécio Neves (PSDB), e seus seguidores. As Jornadas de Junho de 2013 começaram com um protesto à esquerda feito pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, que cresceu a ponto de tomar as capitais brasileiras e assumir contornos nacionais em suas pautas. O que a princípio era um ato à esquerda, foi sendo apropriado pela direita, tomando caráter de uma manifestação anti-Dilma e anti-PT. Os anos seguintes foram marcados por protestos assumidamente à direita, convocados por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Como força para o movimento antipetista, é importante notar ainda a existência de uma recessão econômica, com suas diversas consequências na vida social, e o “petrolão”. (QUINTELA, 2020)

Foi nessa esteira que tomou força o militar Jair Bolsonaro, alinhando valores em voga nesse movimento, como o conservadorismo cristão, com ataque frontal sobretudo à agenda LGBTQIAP+ e de direitos das mulheres, e o neoliberalismo. Dentro de toda essa movimentação, houve espaços cruciais para a vocalização dessas ideias representadas pelo político, dentre eles, as redes sociais, com o papel central do disparo massivo de *fake News*, e espaços religiosos cristãos, graças às alianças feitas com lideranças religiosas e políticas do conservadorismo cristão.

Bolsonaro conquistou o apoio de diversas lideranças católicas e, sobretudo, evangélicas. Mais adiante do processo de colonização no Brasil e do estabelecimento do cristianismo pela Igreja Católica, marcas históricas da sociedade brasileira, observa-se nas últimas décadas o aumento do número de igrejas evangélicas pelo país. Parlamentares evangélicos conservadores estão na política enquanto força política religiosa há mais de uma década (VITAL; LOPES, 2013). A Frente Parlamentar Evangélica, especificamente, atua desde 2003 e reúne parlamentares dos mais variados partidos. A eleição de Marco Feliciano a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM) aconteceu ainda em 2013 (QUINTELA, 2020, p. 5). Bolsonaro, em específico, não é evangélico, apesar de ser cristão e de afirmar compartilhar dos valores de defesa da “família”, na visão cristã conservadora. Sobre o apoio das igrejas a candidatos, Quintela (2020) explica:

Isso não significa, contudo, que o candidato de uma igreja precise sair necessariamente daquela igreja, ou sequer ser evangélico, de modo que atores não religiosos também tem interesse em incluí-los no jogo político. Afinal, um político que consegue a anuência dos dirigentes de uma denominação para participar de cultos, distribuir material da campanha e falar com os fiéis, além de ter acesso a um grande público, pode vir a ser reconhecido como um representante dos cristãos (Machado, 2005, p. 393). Cabe notar que a igreja não é o único canal de comunicação entre as lideranças e a comunidade evangélica, e, portanto, de espaço para campanha. O apoio

de grandes igrejas como, por exemplo, a Universal (cujo líder, Edir Macedo, é dono da segunda maior emissora de TV do país, a RecordTV), significa também visibilidade na TV, no rádio e nos sites religiosos. (QUINTELA, 2020, p. 9)

A internet, sobretudo as redes sociais, foram também ocupadas por essas novas direitas. A presença desses grupos que elaboram o bolsonarismo nesses espaços foi crucial para a construção da popularidade do político. Nesse sentido, a chegada de Bolsonaro ao governo representaria a conquista do governo federal por esse movimento. Essas direitas que constroem o bolsonarismo utilizam-se principalmente das redes sociais, como plataforma de divulgação de informações e engajamento de novos adeptos. Pode-se afirmar que o *modus operandi* das novas direitas, especialmente no contexto brasileiro, está fortemente vinculada ao espaço da internet, na medida em que esses movimentos se apropriaram de uma maneira particular das diferentes dinâmicas permitidas pelas redes sociais, engendrando disputas pela hegemonia do discurso com outros movimentos à esquerda e com as grandes mídias, menos habituadas que esses movimentos à divulgação nas redes. Foi fundamental para o movimento o papel da divulgação de notícias falsas, as *fake News*, prática inaugurada no Brasil na eleição de Jair Bolsonaro.

Em um cenário de ascensão das novas direitas e declínio da onda democrática, faz-se fundamental compreender como se desenham as resistências e constroem-se outros projetos, à esquerda, em suas diferentes frentes. Tendo em vista a centralidade do partido no contexto carioca, a atual pesquisa busca compreender o PSOL do Rio de Janeiro/RJ, em suas dinâmicas de organização e crescimento no município, focalizando sobretudo como se constroem as suas instâncias de base e suas relações com o espaço urbano e social da cidade. No trabalho, são também, para isso, tratados os processos eleitorais que o partido teve participação direta, a nível municipal.

A dissertação está dividida em 6 (seis) seções, sendo a primeira a presente introdução e a última, as considerações finais do trabalho. No segundo segmento são tratadas questões fundamentais quanto à construção da pesquisa. Aborda-se a mudança de tema, o processo de construção e reconstrução do projeto, os principais referenciais teóricos, a metodologia utilizada, com os procedimentos e etapas construídas, na pesquisa documental e trabalho de campo, e, por último, o impacto da pandemia de COVID-19 na execução do trabalho.

No terceiro segmento são tratados os aspectos gerais que caracterizam o PSOL na sociedade brasileira, enquanto um partido de esquerda fundado na primeira década do século XXI. Está tratado no trecho: a fundação do partido, traçando o percurso da dissidência ocorrida

no interior do PT, que viria a construir a nova organização; a existência de uma diversidade intrapartidária, constituindo diferentes grupos, tendências ou correntes, ou, facções (PANEBIANCO, 2005); a identidade político-ideológica; os setoriais enquanto instâncias de base, que podem construir-se em amplitude nacional.

O PSOL, no âmbito do município do Rio de Janeiro, é discorrido no quarto segmento. Primeiro, é tratado o partido em contexto institucional, com ênfase em suas dinâmicas organizativas. Em seguida, são abordadas as instâncias de base no Rio de Janeiro, que se estabelecem sob duas categoriais, setoriais e núcleos. Por último, é apresentado um panorama do partido desde a sua construção, quanto à participação no processo eleitoral, à nível local. Nesse momento, são trazidos os dados dos resultados por zona eleitoral, nos anos de 2016 e 2020, no pleito para vereador. Devido ao alto número de candidaturas para o cargo, são apresentados apenas os que foram eleitos.

No quinto segmento, analisa-se o impacto do assassinato de Marielle Franco, na sociedade brasileira, em geral, no PSOL e no Rio de Janeiro; a vereadora foi eleita pelo partido e militava no PSOL há cerca de uma década. Saía de uma roda de conversa na Casa das Pretas³, quando a violência política aconteceu. No segmento, primeiro apresenta-se sua trajetória. Em seguida, é debatida uma de suas principais bandeiras, um feminismo negro e de favela. E, por último, trabalhada a dimensão das “sementes de Marielle”, narrativa relacionada ao legado de Marielle, sobretudo, a iniciativas em prol de sua memória, no Brasil e fora dele. No PSOL, à nível municipal, observa-se também como a figura de Marielle, enquanto símbolo de resistência, tornou-se central na comunicação do partido.

³ A Casa das Pretas/ Centro Coisa de Mulher é uma ONG fundada e gerida por mulheres negras feministas. O trabalho da organização visa a eliminação das desigualdades de gênero, raça e classe, através de cursos, oficinas, seminários, ações baseadas em arte-cultura e promoção de intercâmbios afrodiáspóricos. (CASA DAS PRETAS, 2022). Disponível em: <https://casadaspretasrj.org/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

2 A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INVESTIGATIVO

A presente pesquisa começou a ser construída ainda no ano de 2018. Neste processo, passou por redefinições, ditadas pelo ritmo das circunstâncias. Houve, no ano seguinte, já uma mudança de temática de estudo. Posteriormente, já no âmbito da nova temática, a pandemia impôs um redesenho metodológico, alterando, ainda que mantendo o repertório, o eixo analítico do trabalho. Na presente seção, discorre-se sobre os caminhos de pesquisa, a construção do projeto, a metodologia e sua execução, os impactos da pandemia de COVID-19 e os marcos teóricos do trabalho.

2.1 A Temática de Estudo e suas redefinições: dilemas no percurso da pesquisa

O tema dessa pesquisa parte de uma inquietação pessoal, transformada em problema sociológico. O projeto de pesquisa submetido a seleção de mestrado acadêmico - UFC, escrito em 2018, tratava sobre a chegada e ciclos relacionados à construção de uma refinaria da Petrobrás em um município da região metropolitana do Rio de Janeiro, em Itaboraí, cidade em que cresci e havia voltado a residir naquele ano de 2018. Desse modo, o ímpeto de elaboração do projeto naquela temática partia daquelas inquietações que vinha vivenciando. O projeto era intitulado “Da Laranja ao Petróleo – mercado imobiliário em uma cidade em transformação”. Essa cidade, até então predominantemente rural, recebeu, em 2007, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)⁴, uma obra que, depois de modificar todo o cenário da região, foi paralisada e retomada no ritmo dos acontecimentos com a Petrobras, com redução do projeto e diversos ajustes orçamentários. Em meio a um viés político-econômico, estabelecia interlocuções com meu interesse de pesquisa em sociologia urbana.

Já no início do mestrado, junto a minha orientadora, foi reelaborado o que seria a investigação. Objetivamente, opunha-se naquele ano o avanço das milícias na região, que tem por uma de suas frentes no controle territorial a tomada de imóveis e cobrança de taxas a moradores e comerciantes, afetando, logo, o objeto da pesquisa. Assim, diante desse contexto

⁴ Em 2006, “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, a pedra fundamental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), o maior projeto individual da história da Petrobras. Com investimentos da ordem de US\$ 6,5 bilhões, o Comperj deve começar a operar em 2012, com capacidade inicial de processamento de petróleo de 150 mil barris/dia” (AGÊNCIA, 2006).

no campo da pesquisa e do desejo de uma confluência maior entre os interesses de trabalho, em avaliação conjunta da orientadora com a pesquisadora conclui-se pela elaboração de um novo objeto.

O caminho então foi ver o que, de mais geral, havia nesse problema que partia da construção de uma refinaria da Petrobrás e sua paralisação. Esse direcionamento nos levou na verdade a um debate de economia política. Passamos, então, a refletir sobre outros aspectos políticos atuais que conversavam com aquele programa político-econômico. Voltamo-nos então para pensar a onda progressista no Brasil, o antiesquerdismo e a ascensão da extrema direita e as resistências à esquerda atuais. O “Brasil do Presente”, com o recorte histórico-político do golpe de 2016, inaugura uma série de rupturas com a onda progressista e democrática anterior, materializada nos ciclos de ajustes petistas (CARVALHO et al, 2019). Não se trata, obviamente, como se vê anunciado em manchetes sensacionalistas, do fim da esquerda. Torna-se assim crucial compreender como as forças de esquerda estão a se organizar no atual cenário. Foi neste sentido que foi assumido como tema de investigação as esquerdas no cenário brasileiro do final da segunda década do século XXI.

Um ponto interessante era que, principalmente após a eleição de Bolsonaro em 2018, tomou força na opinião pública uma narrativa de afinidade entre “o povo” e as direitas. Longe de inferir somente acerca do número de votos dado a um candidato de extrema direita em uma eleição majoritária, o que frequentemente era remontado era um progressismo ligado a uma pequena e privilegiada parcela da sociedade e um suposto obscurantismo ligado às massas. Percebe-se como essa narrativa é recorrente no cenário político brasileiro, em se que confere um caráter erudito àqueles de uma agenda política à esquerda, enquanto associa-se características anti-intelectuais e conservadoras às massas. Considerou-se essa elaboração um ponto interessante para a compreensão da configuração e atuação política das esquerdas, também possivelmente de resposta, em cenário nacional, mas também regionais e locais.

Tendo em vista os limites de uma pesquisa de mestrado, começamos então um processo de fazer recortes, de modo a centralizar o objeto. Assim evidenciando a questão de como estão a se organizar as forças de esquerda no atual período. O primeiro recorte a ser feito então foi espacial. Dessa forma, dentre as capitais elencadas em uma primeira listagem, optou-se por trabalhar o Rio de Janeiro, pela afinidade da pesquisadora com a região. Na cidade, o partido de esquerda com mais centralidade na política local é o Partido Socialismo e Liberdade.

A partir disso, iniciou-se então uma pesquisa exploratória, em torno dos dados de votação por zona nas candidaturas do PSOL. Nos quadros a seguir foram sistematizados os dados de votação para o Executivo (governador e prefeito) na cidade do Rio de Janeiro. A figura

1 mostra o cargo de governador e a 2, de prefeito. Em ambas as figuras se optou por elencar as cinco zonas eleitorais no município com votação mais expressiva. Foram analisadas as eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020, do Executivo Municipal e Estadual. A constância com que certas zonas aparecem nos quadros permite perceber quais regiões geográficas constituem a base eleitoral do partido.

Figura 1 - Ranking de votação para do PSOL para Governador na cidade do Rio de Janeiro

GOVERNADOR – PSOL				
Ano	Candidato	Turno	Bairros (de acordo com a zona eleitoral)	% votos válidos
2014	Tarcísio Motta	1º turno	16 - COSME VELHO, LARANJEIRAS	29,11
			166 - BOTAFOGO, URCA	26,64
			4 - BOTAFOGO, HUMAITÁ	26,35
			228 - MACARANÃ, TIJUCA	25,96
			3 – FLAMENGO	25,87
2018	Tarcísio Motta	1º turno	16 – LARANJEIRAS	29,45
			4 - JARDIM BOTÂNICO	26,76
			170 – MARACANÃ	24,17
			7 – TIJUCA	23,86
			229 – MARACANÃ	21,93

Fonte: elaborado pela autora com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Figura 2 – Ranking de votação do PSOL para Prefeito na cidade do Rio de Janeiro

PREFEITO – PSOL				
Ano	Candidato	Turno	Bairros (de acordo com a zona eleitoral)	% votos válidos
2016	Marcelo Freixo	1º turno	16 - COSME VELHO, LARANJEIRAS	39,49
			4 - BOTAFOGO, HUMAITÁ	35,33
			166 - BOTAFOGO, URCA	34,62
			163 - CATETE, GLÓRIA, LAPA	33,91
			3 – FLAMENGO	33,85
		2º turno	16 - COSME VELHO, LARANJEIRAS	67,09
			4 - BOTAFOGO, HUMAITÁ	63,27
			163 - CATETE, GLÓRIA, LAPA	62,49
			228 - MACARANÃ, TIJUCA	61,92
			3 – FLAMENGO	61,77
2020	Renata Souza		161 – OLARIA	8,31

1º turno	16 - LARANJEIRAS	5,53
	4 - JARDIM BOTÂNICO	5
	7 - TIJUCA	4,85
	170 - MARACANÃ	4,8

Fonte: elaborado pela autora com dados do TSE.

Nas eleições de 2014, 2016 e 2018, tanto nos pleitos para prefeito quanto para governador, a 16ª Zona Eleitoral (em 2014 e 2016 apenas Laranjeiras e Cosme Velho e em 2018, Laranjeiras, Cosme Velho, Catete, Glória, Lapa, Bairro de Fátima, Catumbi e Santa Teresa) ⁵foi a região com maior votação no PSOL, com uma média de, pelo menos, 3 (três) pontos percentuais acima da próxima zona eleitoral com melhor resultado. A única exceção é a votação em Renata Souza⁶ para prefeita em 2020, quando a 16ª zona ficou em segunda posição, com 5,53% dos votos válidos. Quem tomou a frente foi a 161ª zona, região onde a candidata foi criada. Nas eleições de 2018, quando se tornou deputada estadual, a 161ª zona eleitoral também teve destaque. Dessa vez, atrás da 16ª, com apenas 0,02% de diferença.

Candidaturas do PSOL a outros cargos do Legislativo, no geral também tem, de todas as regiões da cidade, maior expressividade na 16ª zona, mesmo que com um salto percentual menor. O mesmo ocorreu nas candidaturas ao Senado, em 2014 e em 2018. Algumas candidaturas são atípicas, como a de Cabo Daciolo⁷ a deputado federal, em 2014, em que as zonas que mais votam usualmente no PSOL ficaram entre as que menos deram votos ao candidato, ao passo em que as zonas que, eleição após eleição, menos dão votos a candidaturas do Partido, seja para o Executivo ou Legislativo, mais votaram no parlamentar. Existem ainda outras variações, como Renata Souza, eleita deputada estadual em 2018, com 4,43% dos votos

⁵ Em 2017 houve o rezoneamento eleitoral, promovido pelo TSE em todo o Brasil. No município do Rio de Janeiro, muitas zonas eleitorais foram suprimidas. No que nos interessa aqui, antes a 16ª zona eleitoral correspondia somente aos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho, tendo depois aglutinado os bairros do Catete, Glória, Lapa, Bairro de Fátima, Catumbi e Santa Teresa.

⁶ Renata Souza tem sua trajetória marcada pela luta de base no Complexo da Maré, de onde é “cria”, como ela mesma se intitula. Feminista negra e há mais de uma década militante do PSOL, trabalhou nos mandatos de Marcelo Freixo e Marielle Franco, esta de quem também foi amiga e chefe de gabinete. Em 2018, para deputada estadual, teve a mais alta votação dentre a esquerda para o cargo. Em 2020, foi escolhida pelo Partido para concorrer a Prefeitura.

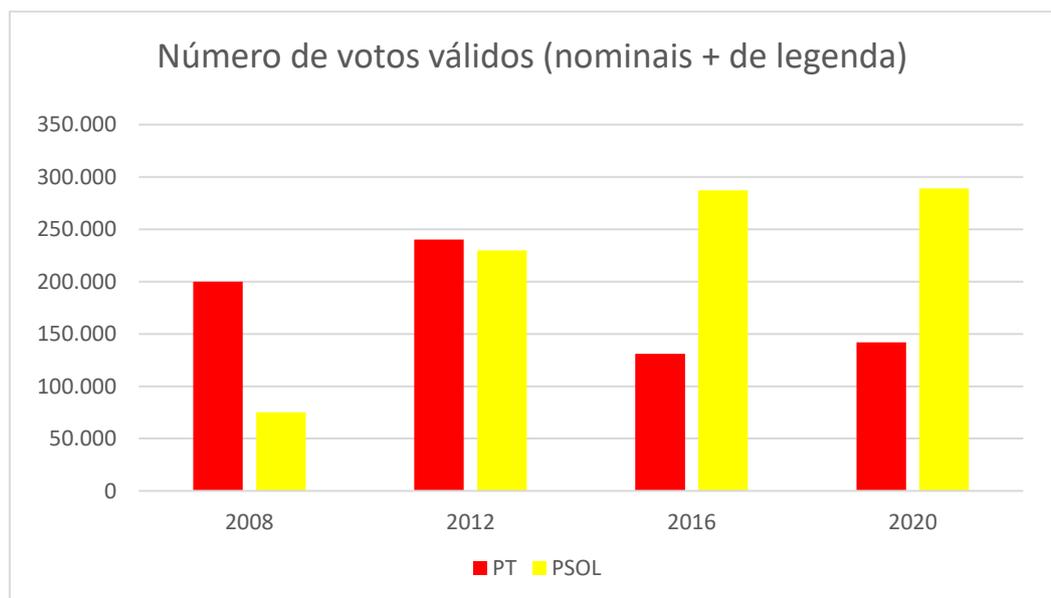
⁷ Cabo Daciolo começou sua trajetória política quando liderou a greve do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, ocasião que o aproximou do PSOL. No partido, não era muito assíduo das reuniões de caráter mais ideológico. Evangélico, suas falas políticas continham pouca laicidade. Internamente, era próximo a Janira Rocha, outra figura polêmica no PSOL do Rio de Janeiro. Foi expulso do PSOL depois de, como deputado, ter proposto uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC) para alterar a máxima “Todo poder emana do povo” por “Todo poder emana de Deus”. Antes mesmo do episódio, ainda em 2015, já havia sido rechaçado no Partido ao defender no Plenário os policiais envolvidos com a tortura e morte de Amarildo de Souza, ocorrida em 2013. A expulsão se deu naquele mesmo ano por infidelidade partidária. Em 2018, concorreu a Presidência da República pelo Patriota.

da 161ª zona (Brás de Pina, Olaria, Penha, Penha Circular, Ramos, Cordovil e Parada de Lucas, na Zona Norte), atrás ainda da 16ª zona, com apenas 0,02% de diferença.

Durante o trabalho de campo, uma frase dita de brincadeira por um militante ilustrou o fenômeno: “Laranjeiras é a nossa PSOLândia”. Laranjeiras é um bairro conhecido por ser um lugar de esquerda. Nesse sentido, tem destaque a Praça São Salvador, palco de várias movimentações políticas e culturais. Apesar da influência do PSOL na esquerda do Rio de Janeiro no cenário atual, não se pode atribuir exclusivamente ao PSOL essa demarcação política urbana em relação ao lugar, visto que, décadas antes mesmo da fundação do Partido⁸, a região já contava com movimentações importantes para a cena política de esquerda na cidade.

O Partido Socialismo e Liberdade é um partido de esquerda fundado em 2004, tendo sido dissidência do Partido dos Trabalhadores - PT. Na cidade do Rio de Janeiro, é o partido de esquerda com maior centralidade na oposição. Conta atualmente com sete cadeiras na Câmara Municipal e cinco na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Desde 2016, as candidaturas do partido à Câmara Municipal têm votação superior a candidaturas do Partido dos Trabalhadores. Na figura 3 é possível perceber a progressão em número de votos válidos ao longo do tempo, marcado por cada eleição à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Figura 3 - Gráfico comparativo da votação recebida pelo PT e pelo PSOL ao longo da década



Fonte: elaborado pela autora com dados do TSE.

⁸. Toda vez que “partido” for usado para referir ao específico partido estudado nessa pesquisa, o PSOL, a palavra será grafada com inicial maiúscula, “Partido”.

Cabe aqui fazer algumas demarcações históricas para melhor circunscrever o lugar político do PSOL. O PSOL surge como ruptura do PT. O PT, por sua vez, nasceu ainda no contexto da redemocratização, foi oficialmente registrado no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 10 de fevereiro de 1980. Naquele momento político, diversos partidos foram criados, e outros, enfim, voltavam à legalidade, após a ditadura empresarial-militar (DE MELO, 2012), que tomou o país por 21 anos. Apenas em dezembro de 1979 foi extinto o bipartidarismo no Brasil, estabelecido pelo regime ditatorial. Até então, a pluralidade ideológica era proibida. O que as forças no poder buscavam, mais especificamente, era a extinção das esquerdas, através da colocação destas na ilegalidade, de perseguições e da própria violência armada.

O PT é um partido que surge na transição desse período para uma democracia. Nasce na base, já com proximidade com movimentos sociais. Além disso, e da relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), emerge do próprio sindicalismo, que marcou a década de 80. Com a chegada do século XXI, o PT finalmente ascende ao poder, depois de diversas vezes ter disputado a presidência, sem sucesso. Para alçar ao poder estatal e, ao longo dos anos, nele permanecer, o partido foi reformulando princípios que o regiam em suas primeiras décadas. Na leitura de Singer (2012), o partido foi abraçando um reformismo fraco, em detrimento do reformismo forte.

É como crítica aos caminhos tomados pelo PT que surge o PSOL, de uma ruptura interna. Na leitura do novo partido, sua constituição é uma reação a acomodação do PT a lógica e expansão neoliberal. A comparação entre ambos é frequente e faz sentido exatamente pelo PSOL ter surgido de dissidências no interior do PT. O PSOL foi fundado após a expulsão de três deputados e uma senadora do PT (Heloísa Helena, Joao Batista Babá, João Fontes e Luciana Genro), por terem votado contra uma medida que a legenda era favorável, a reforma da previdência.

Rios (2014), em um estudo de caso sobre o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e suas relações com o movimento negro brasileiro no contexto da redemocratização, menciona as diversas dificuldades que o PT passou em seus primeiros anos de existência para se estabelecer no estado do Rio de Janeiro. Dentre elas, a concorrência com adversários locais com maior herança política ou a falta de expressão sindical (se comparado a São Paulo). Segundo Rios (2014), “o nascimento do PT fluminense possuía mais quadros partidários ligados aos setores da classe média do que propriamente de base popular, muito embora buscasse ampliar seu raio de atuação para os movimentos sociais populares e de base” (RIOS, 2014, p. 176).

Quanto ao cenário do Rio de Janeiro, repercute especialmente para a militância do PSOL a aliança do PT com quadros da direita na região⁹. Foi um marco para o crescimento do PSOL no Rio de Janeiro a chegada de Marcelo Freixo (PSOL) ao segundo turno da eleição de 2016, enfrentando Marcelo Crivella (PRB). O político já havia concorrido ao cargo em 2012, quando perdeu para Eduardo Paes (na época PMDB), eleito no primeiro turno. Já naquele momento, Freixo foi o segundo mais votado, com 28,15% dos votos. Em uma das entrevistas realizadas no trabalho de campo dessa pesquisa, foi relatada a surpresa com a chegada ao segundo turno de 2016 e, sobretudo, o despreparo técnico que enfrentaram para sua realização.

2.2 Interloquções Teóricas: delineando bases analíticas

O primeiro trabalho a nortear essa pesquisa foi Padilha (2017), que percebe uma correlação positiva entre porcentagem de votos em candidatos do PSOL e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de cada município brasileiro. Foi essa a primeira inspiração na tarefa de transformação do problema social em problema sociológico. Como literatura sobre o PSOL e sua organização, destaca-se Pompêo (2007), Da Silva (2013), Moura (2011) e Oliveira (2017).

A relação entre desenvolvimento socioeconômico dos municípios e votação no partido é explorada por Padilha (2017). O trabalho, que usa de métodos quantitativos, engloba todo o território brasileiro, buscando configurar se existe relação entre o IFDM e o número de votos a candidatos à presidência pelo PSOL, de 2006 a 2014. O autor justifica o uso do IFDM pelo fato de este ser anual, ao passo que o IDH, mais comumente usado, ser calculado apenas de 10 em 10 anos, já que se baseia os dados do Censo Demográfico do IBGE (PADILHA, 2017, p. 20).

A conclusão do autor é de que existe correlação positiva entre essas duas variáveis, sendo ambas diretamente proporcionais. Ou seja, quanto mais elevadas as condições socioeconômicas dos municípios, mais votos dados ao PSOL. O autor nota ainda que existe um crescimento nessa associação entre 2006 e 2010, tendo se mantido constante de 2010 para a eleição seguinte. O autor atribui, possivelmente, ao fato de Heloísa Helena, candidata de 2006, ser de Alagoas e ter construído sua trajetória política na região, tendo sido esse capital político decisivo. O Relatório Firjan de Desenvolvimento Municipal divide o Brasil em duas porções,

⁹ Pode ser observado, por exemplo, nas eleições municipais de 2012, quando o PT formou chapa com o PMDB, tendo lançado Adilson Pires (PT)⁹ como vice de Eduardo Paes (PMDB), e como repercute-se e menciona-se esse e outros acontecimentos nos discursos do PSOL Rio de Janeiro.

as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com maior número de municípios com desempenho moderado ou elevado e as regiões Norte e Nordeste com regular ou baixo. (PADILHA, 2017)

Em todas as eleições, a região com maior percentual de votos válidos a essas candidaturas foi a Sudeste. O Nordeste esteve sempre como o com menor percentual de votos, entre os cinco. Também foi maioria na lista dos 20 municípios com pior desempenho eleitoral para o PSOL em todo o Brasil, nas três disputas. O Centro-Oeste esteve com segundo maior percentual de votos válidos na eleição de 2006 e o Sul nas eleições de 2010 e 2014. Em 2006, havia predominância de municípios do estado do Rio de Janeiro entre os 20 com melhor desempenho para o Partido. A região Sul passa a predominar nessa lista em 2010 e, em 2014, tem-se 10 municípios do Sudeste e 10 do Sul. O autor conclui que o Rio de Janeiro é o estado com base mais sólida em apoio eleitoral ao PSOL, com maior percentual de votos válidos em todas as eleições analisadas (PADILHA, 2017). Acerca especificamente da elite partidária, Da Silva (2013) afirma haver uma dispersão de seus membros pelo território nacional.

Padilha (2017) ressalta que o Partido obteve um número baixo de votos na maioria dos municípios brasileiros, em todas as eleições estudadas, ainda que exista uma tendência a votações com número mais elevado em capitais. Padilha (2017) assinala como a média geral de votação nos municípios caiu drasticamente da eleição de 2006, com Heloísa Helena, para as duas próximas, com Plínio Arruda Sampaio e Luciana Genro (tendo a última apresentado uma melhora em relação a segunda). Oliveira (2017) também aborda essa mesma questão, relacionando ao modelo de surgimento do PSOL.

Outro trabalho crucial para essa pesquisa é o de Oliveira (2017). O autor parte do surgimento do PSOL como marco para compreender a trajetória política do partido, abarcando estrutura organizacional, desempenho eleitoral e atuação parlamentar, no período de 2004 (nascimento do partido) a 2016. O trabalho de Oliveira (2017) é abrangente e será remontado neste trabalho dissertativo em diferentes momentos do texto.

O autor entende que o conflito que engendrou o surgimento do PSOL partiu tanto de divergências ideológicas, quanto de disputas por poder. Isso levou a que o partido nascesse já com sua “forte identidade ideológica”, assim “o programa político pareceu ganhar função de “guia” orientador” (OLIVEIRA, 2017, p. 159). Ao mesmo tempo, influenciou na dinâmica organizativa de pluralidade, com as diversas “tendências” ou “correntes” internas. Motivo pelo qual, inclusive, houve o afastamento com o PSTU.

O autor nota que há continuidade quanto as figuras públicas do partido em relação ao PT. Aponta uma possível tendência de surgimento gradativo de mais figuras sem ligação com o antigo partido, visto ser um partido jovem. Na pesquisa, publicada em 2017, o autor nota

a trajetória de Marcelo Freixo, Jean Wyllys e Glauber Braga, com destaque na política parlamentar atrelado a sigla do PSOL, como um indício (OLIVEIRA, 2017). Os três nomes comentados pelo autor são do Rio de Janeiro. Dois deles não compõem mais o Partido, Marcelo Freixo tendo ido para o PSB e Jean Wyllys para o PT.

Quanto à correlação positiva entre condição socioeconômica e preferência eleitoral pelo PSOL nas candidaturas à Presidência da República, Padilha (2017) sugere que tal fato pode se dever à importância da atividade docente na organização. A atividade é, inclusive, um dos filtros para participar da coalizão dominante (DA SILVA, 2013).

“Partido de professores” é a forma como Da Silva (2013) configura o PSOL, a partir da análise do quadro que compõe a coalizão dominante do Partido: Comissão Executiva Nacional e representação parlamentar. A pesquisa constrói uma ficha prosopográfica com dados das tendências, da carreira partidária, formação escolar, profissão, estado em que reside, ano de nascimento, movimento social e mandatos eletivos. O autor encontra algumas características fundamentais dessa elite partidária: ausência de grandes empresários; critério da experiência militante em movimentos sociais, sobretudo estudantis; forte presença de uma classe média urbana e a hegemonia da categoria docente (DA SILVA, 2013).

Essa hegemonia é tratada pelo autor como um problema, por ter se mostrado um critério não-formal para participação nessa elite política. Da Silva (2013) levanta o ponto dessa direção intelectualizada não ser, por si só, uma contradição no âmbito da tradição marxista de partido de vanguarda, historicamente dirigidos por intelectuais marxistas na condução do proletariado a revolução socialista. Porém, afirma que é necessário compreender a distinção entre quadros de um proletariado, de diferentes categorias profissionais, intelectualizados pelo partido e pela prática revolucionária para cumprirem essa função e quadros que já exercem atividade intelectual, de origem em instituições formais de ensino superior. A distância se estabelece principalmente na configuração da educação brasileira e o quão excludente é a chegada e permanência nessas instituições e no exercício da atividade intelectual formal, no geral, sendo assim pouco representativo de uma classe. O argumento é de que isso é, na verdade, uma barreira não-formal, de origem socioeconômica, que impede indivíduos sem esse capital “pré-fabricado”, vinculados a trabalhos braçais ou de baixa escolaridade, a adentrarem essa elite partidária, distanciando-se, logo, da teoria leninista e da função do partido como um todo. Da Silva (2013) ressalta ainda como esses aspectos não são fixos, trazendo como exemplo a política de igualdade de gênero, deliberada no Congresso de 2012, por demanda de base, quando foi

estabelecida a obrigação de metade dos postos serem ocupados por mulheres¹⁰, a fim de reverter o predomínio masculino.

Adentrando nas teorizações políticas sobre o Estado no âmbito do marxismo, merece especial destaque a produção de Antonio Gramsci, nos “Cadernos do Cárcere”, escritos nas condições adversas da prisão pelo fascismo italiano. O partido, em Gramsci, é um intelectual coletivo. Assim, é ele quem cumpre a função de construção de uma hegemonia dos dominados, por meio de processos de mudança de ideologia (entendida no sentido marxiano), rumo a uma “uma reforma intelectual e moral”¹¹ (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, §1, p.19). O partido político é o moderno Príncipe, dado pelo próprio desenvolvimento histórico, e opera na “formação de uma vontade coletiva nacional-popular”¹², ao mesmo tempo como “organizador e a expressão ativa e atuante”. O partido político é pulsão da vontade coletiva, “a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”. O autor cita como traço desse moderno Príncipe um “jacobinismo”. Essa reforma intelectual e moral não está apartada da reforma econômica:

O protagonista do Novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político, isto é, em cada oportunidade e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente fundamentado para este fim) fundar um novo tipo de Estado (GRAMSCI, 2019, p. 59)

Gramsci trabalha a superestrutura do sistema capitalista, compreendendo a esfera ideológica e cultural, uma outra face derivada dos processos econômicos. O papel intelectual desse moderno Príncipe é um elemento forte em Gramsci, que evidencia como a intelectualidade também está inserida no sistema de classes, não sendo uma categoria apartada das relações de produção. O partido político, logo, assume uma vanguarda ao ser “a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva”, que tendem a se universalizar na sociedade (GRAMSCI, V.3., Caderno 13, 1, p. 13). Para ele, “todo o grupo social tem sua própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, V. 5, Caderno 19,

¹⁰ Em 2015, posterior a publicação do artigo, foi aprovada política de cotas raciais para as instâncias nacionais. Disponível em: <https://psol50sp.org.br/2018/07/a-negritude-e-o-psol-nota-da-setorial-de-negras-e-negros-do-psol-sp/>. Acesso em: 10 jul. 2021

¹¹ No trecho, Gramsci aborda diretamente como deve ser a construção do moderno Príncipe. Ao dizer que ele deve empreender uma reforma intelectual e moral, o autor elabora que isso significa “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, §1, p. 18). A reforma intelectual e moral visa “a elevação civil das camadas baixas da sociedade” e depende de um programa de reforma econômica, visto que esta é a reforma intelectual e moral em sua concretude (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, §1, p.19).

¹² A vontade coletiva nacional-popular relaciona-se ao próprio desenvolvimento do autor acerca do processo de transformação da sociedade. É o príncipe que trabalha na orientação comum à reforma intelectual e moral.

p. 64). A própria existência da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco¹³ encontra ressonância nessa concepção do partido como intelectual coletivo, existe com esse sentido de construção de uma intelectualidade dos dominados. Trata-se do partido como fomentador de debates e consciência, superando a ideologia (dominante e burguesa).

Gramsci traz para o marxismo uma nova concepção de poder, uma concepção ampliada de poder de classe, consubstanciada na categoria de hegemonia, a exigir consenso e força, direção política e domínio. Desse modo, admite ser possível construir uma hegemonia dos dominados ainda dentro do capitalismo. A revolução, na visão gramsciana, é um processo, construído gradualmente via “guerra de posição” e, esta construção, o partido, como “intelectual coletivo”, tem papel decisivo e em coerência com sua concepção de hegemonia. Gramsci com base em configurações históricas, pensa o Estado na relação com a sociedade civil chegando à perspectiva do “Estado Integral” ou Estado Ampliado (CARVALHO, 2004) Assim, o Estado desempenha papel “educador” da sociedade, invariavelmente, com o direito como instrumento (GRAMSCI, V. 3, p. 28). O que o autor pauta é o Estado, a partir dessa estrutura já existente e sob a direção do moderno Príncipe (como vontade coletiva), tornar-se meio à criação de uma nova humanidade. O Estado é ferramenta para a construção de uma nova hegemonia, em uma “tarefa educativa e formativa”:

Cujo fim [do Estado] é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade (V. 3, p.23)

Essa relação entre o elemento intelectual e o político é também levantada por Florestan Fernandes (1968), sociólogo socialista. Ao tratar da revolução burguesa no Brasil, Florestan afirma:

Nas fases agudas de sua maturação e manifestação, de 1930 aos nossos dias, o alcance qualitativo da contribuição dos intelectuais não fez senão crescer e aumentar. Especialmente como técnicos, mas também graças a outros papéis sociais, os intelectuais assimilaram os interesses e os valores da revolução burguesa e forneceram, inclusive, um pugilo de ideólogos mais identificados com suas implicações nacionais” (1968, p. 165).

Nesse sentido, por revolução burguesa está a defesa de valores democráticos. Defende o papel contínuo, para não dizer dever, dos intelectuais em assegurar e ampliar essas

¹³ Fundação do partido para difusão de ideias e produção de conhecimento contra hegemônica. A Fundação será abordada com mais detalhes mais adiante no texto.

práticas. Segundo o autor, por mais que a intelectualidade brasileira tenha atuado na revolução burguesa brasileira, assimilando valores e interesses, as vezes até como ideólogos da mesma, essa revolução inspirou de modo geral “limitada paixão como empreendimento histórico” (1968, p. 165). O perigo a uma omissão desse grupo (e todos os outros) é o corromper do próprio estilo democrático de vida.

Nesta perspectiva de ampliar a concepção de poder, merece também realce o principal intérprete e difusor do pensamento gramsciano no Brasil: Carlos Nelson Coutinho. O autor em questão compôs o PSOL e é, inclusive, atualmente homenageado na designação de um núcleo do Partido no Rio de Janeiro. Coutinho, no âmbito do marxismo, já nos anos 1970, proclama a importância decisiva de democracia na construção do socialismo, no seu polêmico artigo “Democracia como valor universal”. Nesta produção que se constitui uma defesa de uma relação estreita entre socialismo e democracia, argumentando a necessidade do primeiro ser valor fundamental na construção desse novo sistema. Demarca que o debate entre ambos os esquemas não é, em si, inovador, uma vez que a relação entre socialismo e democracia aparecem amplamente na teoria marxiana e marxista: Em Marx, com a crítica da democracia representativa burguesa, em Engels, com a tese do sufrágio universal na democracia burguesa. Ademais, destaca-se, neste sentido, a polêmica entre Rosa Luxemburgo, Lenin e Trotski e diversos outros debates mais contemporâneos. (COUTINHO, 1979)

O conceito de democracia defendido por Carlos Nelson Coutinho não é aquele da teoria política liberal, e, sim, uma democracia socialista. De fato, é diferente do conceito de democracia na teoria política liberal, construído pelos teóricos do século XVIII, ou como aparece empiricamente nas sociedades capitalistas ditas avançadas. Define Coutinho (1979):

A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc). (COUTINHO, 1979, n. p.)

Um dos argumentos do autor em relação ao caráter universal da democracia (enquanto valor) é retirado do próprio Marx: a não existência de “identidade mecânica entre *gênese* e *validade*”, remontando ao caso do entendimento marxiano da validade universal da obra de Homero, mesmo diante do desaparecimento daquela sociedade que a originou, sua gênese histórica. Um outro argumento de Coutinho é em relação à ideia de homogeneização da sociedade frente à superação do capitalismo. Mesmo com o fim das classes e,

consequentemente, de seus interesses divergentes, a tendência à unidade não implica em homogeneização. Para ele, é fundamental uma “unidade da diversidade” e que esses grupos encontrem uma forma de representação política adequada para seus interesses divergentes.

Coutinho (1979) defende a ampliação da democracia como o “objetivo tático imediato na luta pelo fim do atual regime”. Trata-se de um esforço prático de “conquistar e consolidar um regime de liberdades individuais”, através da construção de alianças necessárias para aprofundar “uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade. Nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista”. Para ele a democracia política socialista não é transitória, ao mesmo tempo em que “pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica”:

A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou; ora, isso só se tomará possível através de uma crescente articulação entre os organismos populares de democracia direta e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (partidos, parlamentos, etc.). Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função — ampliando o seu grau de representatividade — na medida em que se tomarem o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos políticos coletivos. (COUTINHO, 1979, n. p.)

Carlos Nelson Coutinho entende que a história brasileira foi sempre pautada na “via prussiana”¹⁴ (Lenin; Lukacs) ou no modelo “revolução-restauração” (Gramsci) (COUTINHO, 1979). O autor aproxima-se de determinadas diretrizes de Florestan Fernandes, com destaque para a percepção de que se precisa, na sociedade brasileira, antes de construir um socialismo, ampliar seus pressupostos (Coutinho, 1979, n.p.):

Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tomarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (COUTINHO, 1979, n. p.)

É nesse sentido de pluralidade interna que o PSOL se constitui como um partido de correntes. Da Silva (2013, p. 68) caracteriza o partido uma “Frente de Tendências”, tendo

¹⁴ Existem três vias: a via clássica, a via prussiana e a via colonial.

algumas delas um nível de organização superior ao do próprio partido. Para compreender essa constituição do PSOL em diferentes organizações ideológicas internas em disputa, a presente pesquisa utiliza a noção de facções de Panebianco (2005). O autor entende os partidos internamente como um “sistema autônomo de desigualdades”, com conflitos que são, muitas vezes, produto de si mesmo. Não se trata de uma negação de possíveis relações com desigualdades sociais, mas a afirmação de que são mais próprias do que reflexos da “Sociedade” (PANEBIANCO, 2005, p.6).

O autor categoriza dois tipos de segmento interno: tendências e facções. As tendências são grupos com organização mais fraca, se comparadas às facções. Ambas são produto da aliança entre grupos menores, sendo elas mais ou menos frágeis, de acordo com a tipologia. As facções podem ainda ser nacionais, cruzando todo o partido verticalmente, ou geograficamente concentradas, na periferia partidária, sendo assim uma “subcoalizão” (PANEBIANCO, 2005, p. 75). Panebianco (2005) afirma:

Num partido cujos grupos internos são facções (grupos de elevada organização), o controle sobre as zonas de incerteza é disperso (subdividido entre as facções) e a coalizão dominante é pouco coesa (porque é o resultado de um acordo entre algumas facções – cada qual mantendo a própria individualidade – em relação a outras). (PANEBIANCO, 2005, p. 75)

A distinção base entre tendências e facções é retirada pelo autor de Rose (1974). O autor trabalha facção como um termo, desde a Antiguidade, usado em tom insultuoso, possuindo esse sentido ainda hoje. A facção é tratada como algo com interesses apartados daqueles coletivos (ROSE, 1974, p. 320). Uma dimensão importante levantada por Rose (1974) é que muito mais que controlar o partido que compõe, uma facção pode buscar controlar um partido governante, não se tratando então de uma fórmula diagramática de um pertencente a outro. Mais além de Panebianco (2005), Rose (1974) concebe três elementos: facções, tendências e “non-aligned partisans”, partidários não-alinhados ou “independentes”, em tradução livre.

Sob a ótica de Richard Rose, a facção seria “um grupo de indivíduos baseado em representantes no Parlamento que buscam promover uma ampla gama de políticas, através da atividade política conscientemente organizada [tradução livre]” (ROSE, 1974, p. 320). Como características estão: a persistência desses grupos ao longo do tempo; a variedade de questões políticas com que estão preocupados; a autoconsciência de que são um único corpo, envolvendo disciplina e coesão.

A identificação com uma facção geralmente aumenta o comprometimento de um indivíduo com um programa, além de criar a expectativa de que o político irá consistentemente assumir o mesmo lado em disputas dentro de um partido eleitoral. Essas expectativas são uma forma de pressão social sobre os indivíduos. Abandonar uma facção é correr o risco de parecer um renegado, e pode causar tensão nas relações pessoais entre o desertor e seus associados políticos. A existência de linhas reconhecidas de conflito pode se tornar a causa de desacordos de política, como oponentes faccionais transferindo velhas inimizades para novas questões. [tradução livre] (ROSE, 1974, p. 320)¹⁵

As tendências, por outro lado, dizem mais sobre um grupo de atitudes do que um grupo de políticos. Isto é, são uma gama de atitudes compartilhadas, de modo estável, sobre uma série de problemas. Essas atitudes são unidas em um sentido de filosofia política coerente, ainda que os mesmos políticos possam ser atraídos por tendências conflitantes, sendo então resolvido caso a caso. Tem, em relação às facções, um caráter mais momentâneo, não sendo tão fixos no tempo, e não implicando em uma auto-consciência organizativa em relação a uma política única e nem em um sentido de unidade mais geral, englobando pertencimento mais profundo, disciplina ou coesão. (ROSE, 1974, p. 321)

Por último, os partidários não-alinhados – ou independentes, como são referidos no PSOL – são definidos pelo autor pela identificação com o partido como um todo, excluídos os segmentos facção ou tendência. Uma via “real e importante”, que tende a ser usada como recurso a ser mobilizado por partidários que compõem alguma das outras estruturas em situações de conflito interno, já que “neutros”. Cabe ressaltar a prospecção de um grande número de militantes independentes no PSOL do Rio de Janeiro, que, eventualmente, se unem enquanto bloco próprio ou aglutinam com outras facções. Quanto a origem desse não pertencimento a tendências ou facções, Rose (1974), afirma:

O não alinhamento pode resultar de uma preocupação ativa com as diferenças grosseiras entre partidos eleitorais, de uma atitude passiva frente as questões políticas, ou de um desejo calculado para evitar a identificação com tendências ou facções particulares, no intuito de ganhar popularidade em todo o partido eleitoral. (ROSE, 1974, p. 321)¹⁶

¹⁵ “Identification with a faction usually increases an individual's commitment to a programme, as well as creating the expectation that the politician will consistently take the same side in quarrels within an electoral party. These expectations are a form of social pressure upon individuals. To abandon a faction is to risk appearing as a renegade, and can cause tension in personal relations between the defector and his political associates. The existence of recognized lines of conflict can become the cause of policy disagreements, as factional opponents transfer old enmities to new issues.” (ROSE, 1974, p. 320-321)

¹⁶ “Non-alignment may result from an active concern with the gross differences between electoral parties, from a passive attitude towards policy issues, or from a calculated desire to avoid identification with particular tendencies or factions in order to gain popularity within the whole electoral party.” (ROSE, 1974, p. 321)

Para o autor, facções, tendências ou partidários não-alinhados não existem de forma pura, enquanto modelo uno, nos partidos políticos. É exatamente a mistura um elemento importante para compreender a dinâmica própria partidária. Partidos com mais facções tendem a ter suas diferenças internas mais estáveis e em linhas previsíveis, enquanto os partidos com mais força de tendências, apresentam diferenças mais fluidas. Nesses últimos, o partido por vezes une-se a partidários não-alinhados em certos assuntos e, em outros, divide-se em “grupos mutáveis, apoiando tendências” (ROSE, 1974, p. 322). Tanto as definições de facções quanto as de tendências, em Rose (1974) parecem privilegiar, enquanto *locus* na análise dessas organizações, um olhar mais sobre os representantes do que a base.

O estatuto do PSOL nomeia suas organizações internas de tendências, tendo sido, por outro lado, observado, em campo, com muito mais frequência, o uso da palavra “corrente” para designá-las. Para ater-nos as categorias de Panebianco (2005), será usado aqui o termo facções, considerando as organizações internas do PSOL serem suficientemente sólidas, abrangentes em pautas e coesas, além disso, por manterem, desde sempre, forte autonomia entre elas e em relação ao poder central do partido. Quando, no presente texto, grafado “tendências”, com aspas, diz-se do termo no sentido usado pelos interlocutores, como sinônimo de “correntes”, ou facções, na leitura teórica aqui empreendida. Quando sem aspas, trata-se da ferramenta analítica fornecida por Panebianco (2005), onde distingue-se de facções.

As disputas intrapartidárias no PSOL e a influência recente das mídias sociais nesse processo são discutidas por Santos Junior e Albuquerque (2020). A partir dessa noção de facção, os autores analisam as mídias sociais enquanto ferramentas de fortalecimento da comunicação política de lideranças particulares e facções, em detrimento da comunicação formal do Partido. Nesse sentido, as mídias sociais oferecem à agentes particulares possibilidade de quebra do monopólio das mídias tradicionais, seja a propaganda política de rádio e televisão, seja o *website* do partido. Isso permite, como observado pelos autores em pauta, a vocalização, publicização e expressão de outros atores que compõe a intensa fragmentação interna existente. Muitas vezes são atores dissidentes, na dinâmica partidária, independente da ação do Diretório ou da Executiva, fugindo ao seu controle. A luz de Panebianco (2005) trata-se do poder sobre uma zona de incerteza.

Como exemplo ainda mais recente desse processo de publicização de controvérsias (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2020) pode-se citar o episódio em que o vereador Leonel Brizola Neto prestou homenagem a Kim Jong-Um na Câmara Municipal, o que abriu no *Twitter*

um espaço de cobrança por repreensão ao vereador. Outras lideranças partidárias foram requeridas a se manifestarem em contrariedade a Leonel Brizola Neto e o próprio Diretório Municipal teve que fazer uma nota a respeito, afirmando, no caso, o desacordo com a atitude do político¹⁷. Nessa dinâmica nos circuitos da rede social, pessoas que não eram nem filiadas ao PSOL exigiram repreensão do partido ao vereador, como o *youtuber* Felipe Neto, figura pública que não é filiada ao Partido e “exigiu” a expulsão do então psolista. Seu *tweet* obteve 3.968 curtidas¹⁸. Na figura 1 é possível ver a nota assinada pelo Diretório do PSOL Carioca e na 2, o *tweet* mencionado aqui.

Figura 4 - Nota do Diretório do PSOL Carioca

Nota de posição: PSOL Carioca não endossa moção para Coreia do Norte

dez 12, 2019 | 2019, Diretório Municipal, Leonel Brizola Neto, Nota, PSOL Carioca

O PSOL Carioca vem a público prestar esclarecimentos sobre a Moção de Louvor entregue pelo seu vereador Leonel Brizola ao ditador coreano Kim Jong-un. A homenagem foi concedida através de moção individual solicitada pelo parlamentar, a qual, segundo o Regimento da Câmara Municipal, não necessita de apoio, nem votação. Esta ação não foi construída coletivamente pela bancada e não representa a posição do partido.

O líder da Coreia do Norte é acusado de inúmeras violações de direitos, dentre elas, perseguições políticas, prisões arbitrárias e restrições às liberdades de expressão e de imprensa. O PSOL reafirma seu compromisso na defesa da democracia e dos direitos humanos.

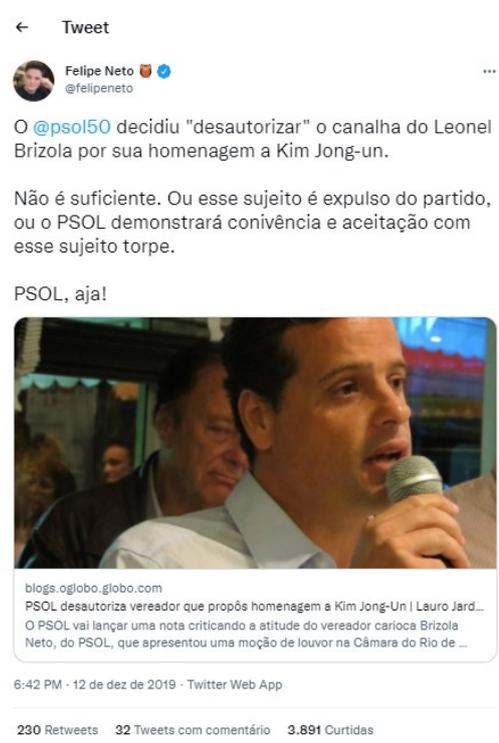
Diretório do PSOL Carioca
12 de Dezembro de 2019

Fonte: acervo pessoal da autora. Disponível em: <https://psolcarioca.com.br/arquivo/2019/12/12/psol-carioca-nao-endossa-mocao-para-coreia-do-norte/>. Acesso em: 20 jul. 2021

¹⁷ Disponível em: <https://psolcarioca.com.br/arquivo/2019/12/12/psol-carioca-nao-endossa-mocao-para-coreia-do-norte/>. Acesso em: 20 jul. 2021

¹⁸ “O @psol50 decidiu "desautorizar" o canalha do Leonel Brizola por sua homenagem a Kim Jong-un. Não é suficiente. Ou esse sujeito é expulso do partido, ou o PSOL demonstrará conivência e aceitação com esse sujeito torpe. PSOL, aja!”. Disponível em: <https://twitter.com/felipeneto/status/1205241454282657792>. Acesso em: 20 jul. 2021

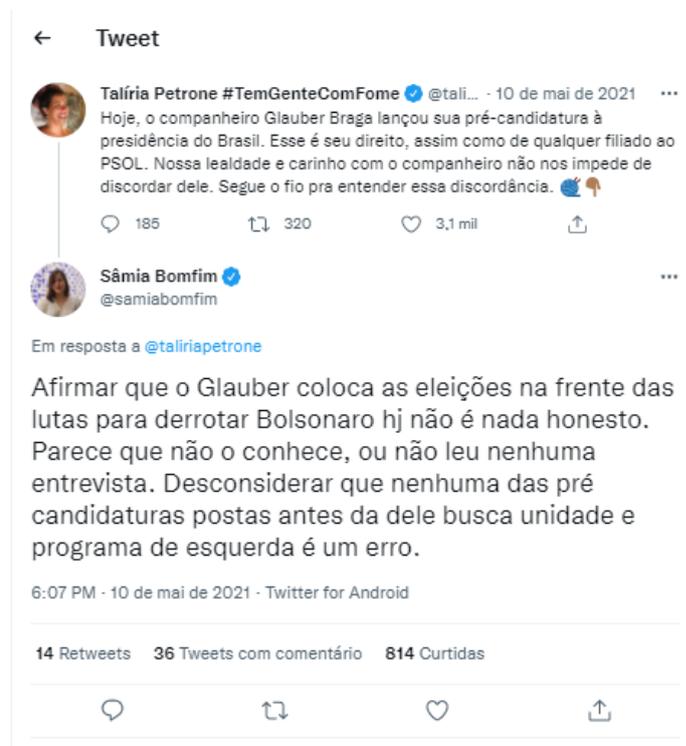
Figura 5 – Controvérsia nas redes sociais: caso do vereador Leonel Brizola Neto



Fonte: acervo pessoal da autora. Disponível em: <https://twitter.com/felipeneto/status/1205241454282657792>. Acesso em: 10 out. 2020

A mesma questão abordada pelos autores aparece num caso ainda mais recente, da pré-candidatura de Glauber Braga a presidência em 2022. Talíria Petrone, do Subverta, e Sâmia Bonfim, Movimento Esquerda Socialista, ambas deputadas federais pelo partido, iniciaram, então, uma discussão política ideológica, que é interna, no *Twitter*, publicamente. Na figura 7, está a sequência de *tweets*, incluindo o que gerou a discussão.

Figura 6– Controvérsia nas redes sociais: discussão da Frente Ampla



Fonte: acervo pessoal da autora. Disponível em: <<https://twitter.com/samiabomfim/status/1391862592617033734>>. Acesso em: 14 mai. 2021

É valiosa a essa pesquisa a noção de zonas de incerteza de Panebianco (2005). Trata-se de “âmbitos de imprevisibilidade organizativa”, recursos internos que fogem do controle previamente estabelecidos de grupos. As zonas de incerteza não são controladas por apenas um ator ou grupo, muito menos simplesmente pela elite partidária: “até o último dos militantes controla uma zona de incerteza organizativa, mesmo que restrita” (PANEBIANCO, 2005, p. 65). Na prática, tais zonas de incerteza podem ser qualquer situação ou relação organizativa e englobam essencialmente seis fatores: competência, relações com o ambiente, comunicação, regras formais, financiamentos e recrutamento. Nesse trabalho, destacam-se quatro delas.

A competência diz respeito ao poder que parte do reconhecimento de um “saber especializado”, que alguns agentes possuem e outros não. Longe de se tratar de um conhecimento necessariamente técnico ou constituído em “treino educativo mais ou menos longo”, refere-se mais a admissão de uma “expertise”, que torna aquele agente “indispensável” na função, e logo, na organização (PANEBIANCO, 2005, p. 66). É útil ainda, principalmente a pensar a construção de campanhas e influência eleitoral, o fator relações com o ambiente.

Considerado pelo autor como a maior fonte de incerteza às organizações, diz respeito ao externo ao partido, ao mesmo tempo em que quem a controla, participa “efetivamente de dois sistemas de ação, um interno à organização e outro formado pela relação entre a organização e o ambiente (ou partes do ambiente)”. O poder diante desse segundo, é recurso a ser usado no primeiro, internamente.

A comunicação funda-se na ideia do partido como um sistema de comunicações e refere-se ao poder de quem controla esses canais. Mais do que e como é dito, a comunicação estende-se também à informação que é omitida ou protelada. Ainda, as regras formais são fatores à criação de situações de zonas de incerteza, desde o estabelecimento de quais são as regras a sua aplicação/manipulação. Constitui-se em elemento importante, visto que regras demandam interpretação em sua aplicação, sendo então uma zona de incerteza. Quem detém esse poder possui vantagem sobre os demais.

Essa noção pode ser usada para pensar o caso da candidatura de Thaís Ferreira à vereança do Rio de Janeiro, em 2020. Thaís Ferreira filiou-se ao PSOL em 2018, em uma “filiação democrática”, com vistas a concorrer nas eleições daquele ano. Recebeu mais de 24 mil votos, tornando-se primeira suplente. Já ali houve controvérsia em relação à sua candidatura no Partido, por ter participado de programas de renovação política, o Lemann+RAPS e o RenovaBR. Diversos outros políticos também participaram do RenovaBR, como Ferreirinha (PSB – RJ); Marina Helou (REDE – SP), de quem Thaís Ferreira foi assessora em 2019; Alessandro Vieira (CIDADANIA – SE); Joênia Wapichana (REDE – RR); Tábata Amaral (PDT - SP), entre outros.

No contexto do período de pré-candidatura às eleições de 2020, o PSOL Carioca estabeleceu cláusula que proibia a candidatura de políticos que tivessem passado por programas do tipo renovação, baseado no dever de “inteira independência dos interesses privados”. A única egressa de programa de renovação política a tentar candidatura no Rio pelo PSOL em 2020 era Thaís Ferreira. Após sabatina a líder política, assim como a outros nomes questionados por outros motivos, teve sua candidatura negada pelo PSOL Carioca, a discussão, que também tomou as mídias sociais, giravam em torno de trata-se de uma mulher negra, com militância política anterior a participação nesses programas e que afirma ter visto neles uma oportunidade de visibilizar seu trabalho, sem afastá-la de seu ideal anticapitalista. Muitos militantes do movimento negro engajaram-se na discussão¹⁹. No fim, devido à pressão em torno do caso, ela teve sua candidatura aceita por decisão do Diretório Nacional. Foi eleita com 14.287 votos,

¹⁹ Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/quando-a-esquerda-e-racista-com-uma-de-nos-ela-e-racista-com-todas-nos-diz-thais-ferreira-candidata-a-vereadora-no-rio/>. Acesso em: 23 jun. 2021

tendo sido a única mulher negra eleita pelo partido à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2020, no total de 7 cadeiras conquistadas. Lá, além de Thaís Ferreira, foram eleitos: Mônica Benício, Tarcísio Motta, Chico Alencar, Paulo Pinheiro, William Siri e Marcos Paulo, todos brancos.

Acerca da relação entre voto e aspectos socioeconômicos do eleitorado na cidade do Rio de Janeiro, foi fundamental o trabalho de Nicolau e Terron (2012). Os autores observam uma cisão na cidade, orientada por renda, no voto ao candidato a Prefeito em 2008, entre Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Gabeira (PV). Os autores demonstram como ali havia uma relação clara entre voto e condição socioeconômica, tendo a cidade sido partida entre bairros mais brancos e de classes mais elevadas votando em Gabeira, enquanto mais negros e mais populares votando em Paes. Fernando Gabeira era, naquela disputa, o nome mais à esquerda. A pesquisa destes autores permite perceber como o fenômeno visualizado nas votações do PSOL extrapola o próprio Partido, sendo, inclusive, anterior ao PSOL a incidência mais decisiva deste fenômeno no cenário eleitoral do município.

O próprio título do trabalho “Uma cidade partida? As eleições para prefeito do Rio de Janeiro em 2008”, faz referência a uma famosa obra de Zuenir Ventura, que, partindo da Chacina de Vigário Geral, em 1993, sustenta existirem no Rio de Janeiro duas cidades segregadas, em realidades profundamente distintas: a do cartão postal e a do restante da população. A partir da publicação de Zuenir, a tese cidade partida tornou-se um chavão e como tal, muito popular, sendo amplamente usado para abordar a desigualdade profunda da cidade. Essa segregação social aparece também na dicotomia favela x asfalto, muito trabalhada na discussão acerca do Programa Favela-Bairro (RIBEIRO; LAGO, 2001) (DE ALMEIDA; NAJAR, 2012).

Ainda sobre a segregação social, que também é racial, no espaço, é crucial lembrar de trabalhos clássicos na sociologia brasileira, como o de Lélia Gonzalez. No texto intitulado “O Movimento Negro na Última Década”, Lélia Gonzalez, ao abordar o tema da população negra no mundo do trabalho pós golpe de 64, trata da divisão racial do espaço em nossa sociedade.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães-do-mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados

e conjuntos "habitacionais" (cujos modelos são os guetos dos países envolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, p. 15)

O tema da segregação espacial-racial é também trabalhado por Grada Kilomba, feminista negra portuguesa que aborda exatamente a colonialidade. Para ela, o fenômeno está intimamente ligado a ideia de contágio racial. “Tal geografia evidencia uma assimetria de poder na qual a *branquitude* define sua própria área e a *negritude* é confinada a uma determinada área definida pelo *branquitude*. Essa era a principal função da ideologia segregacionista, confinar as/os "Outras/os" raciais.” (KILOMBA, 2019, p. 167)

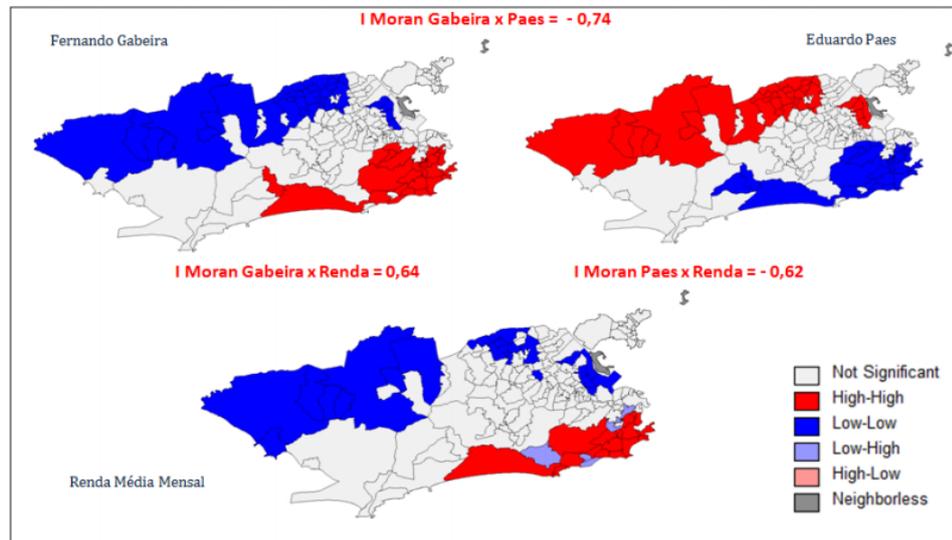
Nicolau e Terron (2012) utilizam macro-dados do Censo de 2010 e do TSE acerca da eleição de 2008 para explorar essa relação entre votação e desigualdades socioeconômicas. Na configuração do quadro socioeconômico dos bairros, os autores decidem por utilizar a variável renda. Exatamente porque, após cruzar as informações de renda média e raça, demonstram como no Rio de Janeiro os dois estão intimamente ligadas: quanto mais população branca, maior a renda média do bairro (NICOLAU; TERRON, 2012, p. 12). Outro ponto importante levantado pelos autores é a utilização da categoria bairro como unidade geográfica nesse tipo de análise²⁰.

A conclusão é que a cidade está partida: enquanto bairros com mais população de baixa renda e menos brancos elegeram Eduardo Paes, bairros de maior renda e mais população branca preferiram Fernando Gabeira. Uma outra característica daquele segundo turno foi a diferença entre os candidatos de apenas 1,6 percentual. Territorialmente, pode ser traçada uma faixa central sem predomínio de nenhum candidato ou valor extremo de renda, com duas grandes regiões bem demarcadas ao norte e ao sul: da Zona Oeste à Leopoldina com concentração de votos em Paes e da faixa litorânea ao entorno da Tijuca, com Gabeira. (NICOLAU; TERRON, 2012).

²⁰ Esta questão de denominação bairro para espaços urbanos em que a população tem renda mais alta é retomada no item 4.3 do capítulo 4.

Figura 7 – Distribuição da votação para o Executivo Municipal em 2008

Mapa 4: Mapas de *cluster* e índices de Moran bivariados das votações percentuais de Fernando Gabeira e Eduardo Paes no segundo turno das eleições de 2008, e da renda média dos bairros segundo o Censo 2010 (*)



Fontes: TSE, IBGE (Censo 2010) e IPP (malha de bairros). (*) Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas residentes no bairro, com 10 anos ou mais de idade (Reais) na data de referência do Censo (01/08/2010).

Fonte: Nicolau e Terron (2012, p. 21)

Ainda no primeiro turno, a votação em Paes apresentava uma distribuição de votos mais homogênea pelos bairros da cidade, considerando todas as faixas de renda, ainda que já apresentasse uma tendência geral de serem proporcionalmente inversos no tocante a renda: quanto maior a renda do local, menos votos para Paes. Por sua vez, Gabeira teve, desde o início, uma distribuição espacial mais desigual, com um padrão de alto número de votos em bairros de maior renda e baixíssimo em lugares de renda menor. A única exceção foi o bairro de São Conrado, e, segundo os autores, isto se deve, possivelmente ao fato de ser o local de votação de muitos moradores da Rocinha, área com população de renda mais baixa. No segundo turno, esses padrões inversos se aprofundaram: Paes consolidou o padrão de quanto menor a renda, maior a votação; Gabeira manteve a tendência do primeiro turno, ainda que tenha crescido em regiões de menor renda. (NICOLAU; TERRON, 2012).

Muitas aproximações podem ser feitas entre a eleição de 2008, entre Paes (PMDB) e Gabeira (PV), e a de 2016, entre Crivella (PRB) e Freixo (PSOL). A principal delas refere-se à proximidade no espectro ideológico de ambos, em oposição a Paes, mesmo sabendo-se que ambos assumem ideologias-políticas distintas, mas compondo, naquelas conjunturas, o campo da esquerda. Quanto ao eleitorado de Gabeira, ao considerar-se as configurações históricas e alianças estabelecidas por ele e seu opositor, o segundo turno, somado aos dados de distribuição

de votos pelos bairros, delinea-se aqui a hipótese de ser esse o mesmo padrão do futuro eleitor do PSOL, principalmente na eleição de 2016, quando Marcelo Freixo esteve no segundo turno contra Crivella.

2.3 Percursos Metodológicos: momentos essenciais na construção investigativa

O delineamento dessa pesquisa foi processual. De fato, considerando pressupostos discutidos, de forma recorrente, em cursos de metodologia em ciências sociais, a pesquisa é um processo de construção, contínua e ininterrupta. A realidade do campo, vivenciada em uma inserção sistemática em 2020, foi ainda alimentando e redesenhando o próprio projeto e suas perspectivas, em uma relação dialética. A variedade e profundidade das discussões feitas nas disciplinas cursadas no PPGS foram fundamentais para criar esse elo entre teoria e realidade empírica, dar sentido e fortalecer o processo investigativo e seus resultados. A pesquisa se fez, mais do que tudo, enquanto um trajeto de idas e vindas, um “processo modular de afastamento e aproximação” (FONTENELE DE LIMA, 2013), em uma constante definição e redefinição.

Esse trabalho foi construído em uma perspectiva qualitativa, envolvendo diferentes dimensões investigativas: pesquisa bibliográfica, buscando delinear bases teóricas norteadoras; pesquisa documental em duas fontes distintas, quais sejam, os dados do TSE, com foco nos resultados eleitorais por zona no município do Rio de Janeiro, e em documentos e produções do PSOL; trabalho de campo no Rio de Janeiro, entrevistando lideranças e militantes de diferentes instâncias e acompanhando eventos. Esse trabalho de campo foi interrompido pela pandemia de COVID-19, inviabilizada sua continuidade presencial.

Foram realizadas 05 (seis) entrevistas semi-estruturadas, sendo 04 (cinco) presenciais e 01 (uma) virtual. Os entrevistados estão aqui identificados por números, de acordo com a cronologia das entrevistas. Logo, sempre que destacado um trecho, identifica-se o interlocutor pelo número, de 01 a 05. Na dinâmica expositiva da narrativa metodológica, cabe destacar dois momentos da investigação: a pesquisa documental e o trabalho de campo.

2.3.1 Pesquisa documental: a riqueza e o desafio de trabalhar fontes secundárias

O exame dos dados do TSE iniciou-se ainda em antes do trabalho de campo e abarcou todo o processo de pesquisa, desde a confecção do esboço do projeto ao início do processo de escrita da dissertação. Nas entrevistas, por exemplo, diversas vezes os

interlocutores citavam parlamentares, candidatos, processos eleitorais, bairros, abordando, ora em suas análises de conjuntura, ora em relatos mais pessoais, processos vinculados a pleitos eleitorais. Na análise dessas falas e de registro de observações, a partir de entrevistas formais que geraram transcrições, ou decorrente de anotações em caderno de campo, fazia-se recorrente a necessidade de voltar a esses dados oficiais. Quem é esse candidato citado? Como foi sua votação e em que áreas da cidade recebeu tal votação? Por que ele foi tratado no discurso num bloco diferente a de uma outra figura? Que grupos políticos integra? Quem fez a campanha de cada uma dessas pessoas? Essas e outras perguntas foram constantes a análise de cada documento.

Um outro aspecto de relevância foi a decisão pela unidade geográfica a ser adotada na análise. A pesquisa demandou o uso de alguma categoria geográfica mais micro, que permitisse mais detalhamento, por se tratar de um estudo de uma cidade, focalizando exatamente sua complexidade sociocultural. Nesse sentido, partiu-se principalmente dos dados disponíveis. O TSE divulga seus dados de votação também por zona eleitoral (além de outros recortes). Percebeu-se então fundamental a compreensão dos dados e do espaço em categorias mais usuais e referência à população, num geral. Nesse sentido, utiliza-se esses dados por zona eleitoral para compreensão da unidade analítica dos bairros. Além dos dados do TSE, as informações acerca dos bairros e seus limites foram retiradas do Instituto Pereira Passos (IPP), vinculado à Prefeitura do Rio de Janeiro. Mesmo tendo sido esse o modelo mais coerente aos objetivos desse trabalho, destaca-se o desafio apresentado pelos limites das zonas eleitorais do município do Rio de Janeiro não condizerem com a divisão por bairros ou áreas de planejamento da Prefeitura. Esse problema é velho conhecido dos pesquisadores que investigam a política local (NICOLAU; TERRON, 2012)

Na pesquisa de Nicolau e Terron (2021), os autores consideram utilizar como unidade territorial analítica, as zonas eleitorais, circunscritas pela Justiça Eleitoral, as áreas de planejamento da prefeitura, os bairros e, ainda, unidades criadas por eles mesmos. Na decisão pelo uso dos bairros, os autores justificam pelo apelo histórico-cultural e sentido de ordem administrativa. Apesar de existirem outras configurações espaciais com forte significação na cidade, como a divisão por Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Centro, as favelas ou o status vindo da proximidade com a praia, a mais fundamental é a configuração por bairro. Ainda, é uma categoria usada pelo IBGE para abordar os contextos intramunicipais, o que fornece uma totalidade maior de dados. Além dos dados de zonas eleitorais, devido aos limites não condizentes aos dos bairros, os pesquisadores cruzam também, na análise estatística, com dados de seções eleitorais.

Na presente pesquisa, a opção foi pelo uso dos dados relativos as zonas eleitorais, em conjunto com as de bairros do IPP, por não se tratar de uma análise estatística da totalidade do município, e sim uma compreensão de quais são as regiões com mais alta votação dentro do conjunto dos dados.

Como dado acerca da condição socioeconômica dos bairros, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por bairro, fornecido pelo IPP. Inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, o estudo considera a porcentagem de domicílios com serviço de abastecimento de água, de esgoto, de coleta de lixo, o número de banheiros por moradores, a porcentagem de analfabetos de 10 a 14 anos, a renda domiciliar per capita, a porcentagem de domicílios com rendimento per capita de até um salário mínimo e a porcentagem desses domicílios particulares com renda per capita superior a 5 salários mínimos (CAVALLIERE; LOPES, 2008). O IDS é calculado através de dados do Censo do IBGE, tendo sido o último há 11 anos atrás: o mais recente disponível é de 2010. O IPP, através da plataforma Datario, disponibiliza os dados de IDS por áreas de planejamento, regiões de planejamento e bairros. Na análise, foram cruciais esses bairros. Um outro desafio, também comum a esse tipo de pesquisa, vem do fato de nem sempre o bairro de votação ser a mesma da residência do eleitor. Muitas vezes, esse cadastro está no bairro que o eleitor trabalha, estuda, morou no passado, etc.

Para o desvendamento do objeto, foram primeiro mapeadas as candidaturas do partido por cargo, desde a fundação do PSOL, dadas como opção de voto ao eleitor carioca, abrangendo nível municipal, estadual e federal (ver Figura 10). Depois de listadas e visualizadas todas as candidaturas ao Executivo e Legislativo (para vereança, devido ao número alto de candidatura, foram considerados apenas os nomes eleitos), foram recortados período e cargos mais relevantes para o objeto dessa pesquisa. Assim, foi selecionado o cargo de vereador, nas eleições de 2016 e 2020, por compreender as duas últimas eleições municipais. A opção pelo cargo justifica-se por, como será abordado nesse trabalho, o PSOL ser um partido de representação parlamentar. Logo, considera-se mais propositivo à pesquisa o uso dos dados relacionados a vereança. No tocante a esses dados, não se realiza aqui uma análise abrangente de todas as zonas eleitorais do município, considerando as 49 existentes, mas se constrói uma listagem, com corte nas dez primeiras de melhor votação, para cada candidato. No quarto segmento desse trabalho e anexo A e B são trazidos esses dados.

Um desafio em relação aos dados disponibilizados pelo TSE foi o rezoneamento eleitoral, ocorrido em 2017. A 16ª Zona Eleitoral, analiticamente privilegiada nesse trabalho, antes de 2017 correspondia somente aos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho. Depois de 2017,

passa a incorporar também as antigas 163^a e 164^a. Assim, os resultados da eleição de 2018 da 16^a Zona Eleitoral passam a corresponder aos bairros de Laranjeiras, Cosme Velho, Catete, Glória, Lapa, Bairro de Fátima, Catumbi e Santa Teresa. Isso implicou em uma constante checagem, sempre que engendrado um novo dado de uma nova zona, de numerações, de qual o zoneamento referido, dos limites geográficos de cada nova demarcação.

Alguns documentos também foram importantes a essa pesquisa, como a Cartilha da Internúcleos do PSOL Carioca, documento de circulação interna coletado durante o trabalho de campo, e o próprio Estatuto do PSOL. Os estatutos, bem como as regras formais, no geral, são o terreno, o “campo do jogo”, e recursos, ao mesmo tempo. Toda regra demanda interpretação, não sendo as normas neutras ou realmente auto-explicativas. Panebianco (2005) abre uma fecunda via investigativa ao afirmar:

Um estatuto de partido não descreve a organização mais do que uma constituição não descreve a fisionomia efetiva de um sistema político. Um estatuto é apenas um pálido esboço, muito inconstante e impreciso, pouco mais do que um ponto de partida para a análise organizativa de um partido político” (PANEBIANCO, 2005, p. 69)

Buscou-se o estatuto para compreender a construção do PSOL, sobretudo remontar a existência das setoriais e das tendências. Aparecem também na análise impressos de divulgação do partido e textos de circulação eletrônica, sobretudo com a pandemia, quando as interações passaram somente ao meio virtual.

2.3.2 Narrativas do trabalho de campo

O trabalho de campo, de fato, foi iniciado em janeiro de 2020. Cheguei no estado do Rio de Janeiro nos últimos dias de 2019 e, passadas as festas de fim de ano com a família, comecei a tentar contato com o PSOL. Primeiro busquei por meio virtual, com e-mails para o correio eletrônico do PSOL e via contatos de núcleos localizados na Zona Sul, disponíveis todos no site do PSOL Rio de Janeiro. No endereço eletrônico consta uma explicação do que são os núcleos e a listagem dos existentes com seus respectivos contatos. Alguns deles possuem e-mail do coordenador, outros telefones de contato, outros apenas página no *Facebook*. No final de janeiro, fui pessoalmente à sede, no endereço dado pela plataforma *Google*. Antes disso, inclusive, através das redes sociais, já estava sabendo de alguns eventos que viriam a acontecer, organizados pelo partido. Interessei-me pelo V Encontro Internúcleos, que ocorreria no dia 1 de fevereiro. Segundo a página do evento no *Facebook*, tratava-se de um evento direcionado

aos filiados. Assim, um outro objetivo da ida pessoalmente a sede era saber mais sobre o evento e a possibilidade de acompanhá-lo na condição de pesquisadora.

A sede do PSOL Rio de Janeiro, estadual, bem como do PSOL Carioca, municipal, ficam em um endereço na Lapa. Cheguei no bairro por volta das 15h20 e me dirigi ao endereço da sede fornecido pelo site do PSOL-RJ: Rua Joaquim Silva, 56, 10º andar. A poucos metros da turística Escadaria Selarón estava um edifício residencial, ocre e estreito. Subi e desci a mesma rua diversas vezes, crendo estar no local errado. Perguntei primeiro a duas senhoras que estavam sentadas na calçada, a metros do edifício, que disseram não saber de sede de partido naquela rua. Depois, em um comércio, ao lado do endereço dado pelo google, pessoas confirmaram ser naquele prédio a sede. Ao adentrar à portaria, no fundo estava o porteiro; então dirigi-me a ele para me apresentar, perguntando se era ali a sede do PSOL. O porteiro apenas me mandou subir, como quem dizia que não era necessária identificação ou formalidades burocráticas. Nesse intervalo, um rapaz também entrou no edifício e dirigiu-se direto ao elevador.

No 10º andar havia quatro portas, todas da mesma cor. Todas idênticas e impessoais, não fosse um adesivo redondo de cerca de 10cm escrito “Quem mandou matar Marielle?” em uma delas. Depois de ver o adesivo, logo notei um porteiro eletrônico ao lado dessa mesma porta. Toquei e fui rapidamente atendida. Ao entrar, deparei-me com uma grande sala, com uma divisória de meia parede em seu centro que formava uma área quadrada com quatro mesas de escritório. Apenas uma das mesas estava ocupada e fui atendida por um rapaz, que, prontamente, me orientou e pediu que eu aguardasse o fim da reunião que estava acontecendo na sala ao lado. Minutos depois quatro pessoas saíram da sala e me perguntaram mais diretamente em que podiam ajudar. Como a pesquisa tocava mais diretamente o município do Rio de Janeiro, recomendaram-me falar com um membro da executiva municipal, que havia saído para o almoço e ainda não retornado.

Nesta interlocução, bem como nas outras presenciais, percebi que a pergunta sobre do que se tratava a pesquisa não demandava uma resposta tão extensa ou precisa (diferente dos contatos feitos, já na pandemia, de modo remoto). Nesse dia, ficou já marcada a primeira entrevista semi-estruturada, que veio a ocorrer no dia 29 de janeiro. Nessa mesma ocasião, perguntei a um dos membros presentes como seria o evento do dia primeiro de fevereiro e se era possível acompanhar, no que o rapaz me desencorajou, dizendo tratar-se de algo “mais interno”. Ainda assim, no mesmo dia, mandei mensagem através do meu perfil pessoal do *Facebook* para a página do PSOL Carioca na mesma plataforma, apresentando-me como

pesquisadora, falando brevemente do que se tratava meu trabalho e perguntando se seria possível acompanhar o evento. A resposta foi afirmativa.

O evento da Internúcleos ocorreu na quadra da Unidos de Manguinhos, em Manguinhos, Complexo da Maré. Começou às 9 da manhã de um sábado. Lá, uma quadra aberta, em um dia de calor, círculos de cadeiras concentravam-se ao fundo do espaço, uma parte coberta. Ao chegar, era necessário o preenchimento de uma lista, com nome, meio de contato e bairro/núcleo. Em seguida, era entregue um crachá, uma pequena folha branca retangular com um cordão de barbante, onde constava seu nome e núcleo, caso já compusesse um, ou região. O evento foi dividido em dois blocos: o primeiro pela manhã, de Formação Política, e o segunda a tarde, do Programa-Movimento. A Formação Política consistiu em círculos de cadeiras de cerca de 5 pessoas, com militantes de cada setorial deslocando-se, revezando entre cada círculo, e explicando as atividades e a luta de cada grupo de base, em um formato de roda de conversa. Na segunda parte, foram formados cinco grandes grupos, de acordo com zonal urbana. O grupo Zona Norte foi dividido em dois grupos, com um exclusivo para a Grande Tijuca. Por outro lado, o grupo Centro foi diluído no Zona Sul. Ambas as situações tiveram como critério o número de pessoas: um caso devido ao excesso e outro à falta. Ao fim do evento, foi tirada uma foto, publicada na página do *Facebook* do PSOL Carioca.

Figura 8 – V Seminário Internúcleos do PSOL Carioca



Fonte: imagem publicada no *Facebook* do PSOL Carioca, 2020.

Em todas as interlocuções, mas sobretudo nos eventos, que envolviam contato com um número maior de pessoas, ficou nítida a importância de, mais que saber o que perguntar, saber quando e como perguntar (FOOTE-WHYTE, p. 81). Nessa experiência de pesquisa, foi

a cada novo momento no campo ficando ainda mais claro, de encontro àquelas coisas ditas em aulas de metodologia, que pesquisa é técnica e prática.

Assim, além dos contatos traçados através de uma rede a partir desse primeiro entrevistado, principalmente no que toca às entrevistas formais, foi de suma importância a presença no evento de 1 de fevereiro, que me proporcionou ainda outras interlocuções, além da observação do seminário e suas dinâmicas próprias. As entrevistas formais e informais ocorridas partiram dessas duas frentes: as indicações a partir do primeiro entrevistado, decorrente do contato direto e pessoal na sede do PSOL e contatos surgidos dos eventos os quais pude acompanhar como pesquisadora. Desses, cabe destacar dois eventos presenciais: O V Seminário Internúcleos do PSOL Carioca, ocorrido no dia primeiro de fevereiro de 2020 na Quadra da Unidos de Manguinhos, em Manguinhos, Zona Norte; a Plenária do PSOL Carioca – Programa-Movimento 2020, planejado, pela primeira vez, para o dia 10 de fevereiro no Sindijustiza, no centro da cidade, ao lado da ALERJ, e cancelado por conta da chuva, tendo acontecido no mesmo espaço apenas no dia 5 de março de 2020.

O segundo evento acompanhado, ainda presencial, foi a Plenária do PSOL Carioca. Tal evento começou cerca de 19:15 no auditório do Sindicato de Justiça do Rio de Janeiro, no Travessa do Paço, região de fácil acesso (próximo à estação das barcas e a várias linhas de ônibus) do Centro do Rio de Janeiro. No caminho, busquei pela localização dada pelo *google* e já na travessa ficou claro qual era o edifício: na calçada da frente um grupo de pessoas conversava em rodas, principalmente homens jovens, de camisa (algo que contrasta com o horário de fim de expediente principalmente daquela região do centro, repleta de prédios da administração pública). Reconheci alguns rostos de outros eventos e da sede. A Plenária estava marcada para 18h30. Recebi o convite apenas algumas horas antes, via e-mail da Internúcleos, eu e o restante da lista de contatos coletada por eles no V Seminário da Internúcleos do PSOL Carioca. Depois disso, procurei em outros meios de comunicação do PSOL Carioca a divulgação: achei, no perfil do *Instagram* deles, uma publicação de 2 dias antes da arte de divulgação; no *Facebook* encontrei quatro publicações, sendo a primeira de três dias antes, da criação do evento no *Facebook*, mais duas outras da arte de divulgação, uma a cada dia antecedente do evento e uma última horas antes.

Vale destacar que o referido evento estava marcado para o dia 10 de fevereiro e foi adiado algumas horas antes, devido à forte chuva que alagou várias regiões da cidade. Também no dia 10 estava marcada a realização da entrevista com a segunda interlocutora, esta que foi adiada a pedido da entrevistada. Naquele mesmo dia, pela manhã, entrei em contato com o primeiro entrevistado por e-mail para tirar uma dúvida, no que me respondeu também me

convidando para o evento. Uma das pessoas da mesa era o entrevistado 01, que procurei ao fim do evento. Foi extremamente gentil e me passou, naquela ocasião, o contato do entrevistado 05.

O evento do dia 05 de março foi dividido em 4 etapas, anunciadas no microfone: informes; o lançamento das pré-candidaturas; as falas das instâncias e; falas de pessoas inscritas durante o evento. Compunham a mesa três pessoas, tendo ficado o presidente do PSOL Carioca responsável pela apresentação. Os informes, que iniciaram o evento, eram abertos. Nas falas da instância usaram o microfone a coordenação da Internúcleos, responsáveis por repassar as demandas dos territórios, reunidas e discutidas com os militantes no V Seminário Internúcleos do PSOL Carioca, e o Setorial de Cultura, com uma série de propostas organizadas. Quanto a última etapa, as falas da plenária, foi anunciado, no microfone, que seriam ao todo 14 falas, com equiparidade de gênero (sete mulheres e sete homens), sorteadas na hora a partir dos nomes inscritos.

Merece especial atenção, nesta narrativa metodológica, minha chegada ao campo e a postura do PSOL enquanto instituição, considerando funcionários e representantes que me atenderam e interagiram comigo, entrevistados. Primeiro, é importante notar a minha própria condição como uma pessoa estranha a chegar, alguém “de fora”, diante das dinâmicas e disputas já postas. Houve bastante receptividade, principalmente após apresentar-me como pesquisadora, em um trabalho de mestrado.

Cabe destacar que tal resposta positiva do Partido a um trabalho de pesquisa no âmbito de uma universidade pública estava muito circunscrita a posicionamento “institucional” do partido. Por vezes, ao abordar interlocutores de modo individual, essa receptividade era substituída por um sentimento de desconfiança. Quanto ao lugar de “estrangeira”, compreender a existência e disputas entre correntes se mostrou uma necessidade e desafio para percorrer o campo, enquanto espaço.

Muitas vezes, ainda, essas esferas de interlocução, do pessoal e dos contatos oriundos do trabalho investigativo, se cruzavam. Nota-se a interlocução de Gabriella, um contato que não surgiu em campo, no sentido estrito do termo. Conheci-a através de uma amiga de muitos anos, coincidentemente, Gabriella era também militante do PSOL e moradora de um bairro vizinho à 16ª zona, que, em 2017, passou a também a compor esta zona. Foi extremamente solícita em somar com essa empreitada investigativa. Tornou-se não só uma das principais interlocutoras, mas uma verdadeira parceira nas reflexões aqui desenvolvidas. Longe de já ter desempenhado papel de “informante passiva”, como comenta Foote-Whyte (1980) sobre o início da relação com Doc, foi, sem dúvidas, uma grande colaboradora desse trabalho.

Apesar desses marcos, aqui circunscritos no decorrer do campo, quais sejam conversas informais, os contatos por e-mail, a primeira ida a sede, a participação em eventos, dentre outros, é difícil definir qual foi, realmente, a primeira interlocução. Isso porque, desde o início da escrita do projeto, sempre houve diálogo com amigos próximos ao partido. De modo geral, a minha própria condição de integrante da esquerda, facilitou a aproximação ao campo de múltiplas formas. A rigor, ser de esquerda no Rio de Janeiro é conhecer pessoas que compõem o PSOL, explicado pelo papel central que assume o partido na militância a esquerda na região. Por fim, o trabalho de campo constituiu-se através de uma rede, em um caminho onde um interlocutor apresentou ao outro.

A pandemia de COVID-19 interrompeu bruscamente o trabalho de campo. Com a pandemia, passei no total 7 meses no estado do Rio de Janeiro, longe de Fortaleza, local onde estabeleci residência. Do total, 5 deles em quarentena na casa da minha mãe, dando continuidade à pesquisa apenas virtualmente. Essa pesquisa só foi possível por eu ter família e amigos na região metropolitana do Rio que me abrigaram durante os meses necessários, primeiro de campo, depois de isolamento. O próprio cronograma do projeto já havia sido pensado de forma detalhada, tendo em vista os custos da permanência na cidade e a atual escassez de financiamento para pesquisa no país.

Havia sido previsto no projeto a aplicação de questionários, com recorte no eleitorado da 16ª zona eleitoral, com objetivo de coletar dados acerca de valores e participação política desse grupo. Considerando a distância e pouco tempo dispostos e o fato do bairro recortado ser formado por muitos prédios residenciais antigos, havia-se elaborado uma estratégia que passava pelo estabelecimento de contato com interlocutores-chave. A empreitada tomava seu caminho, até que foi anunciada a pandemia de Covid-19. O questionário foi reelaborado para o ser aplicado de modo virtual, através do *Google Forms*. O compartilhamento do formulário passou por algumas daquelas interlocuções e principalmente por grupos de *Whatsapp* relacionados ao PSOL, como o Setorial de Mulheres Marielle Franco e o Núcleo Largo do Machado. No total foram coletadas apenas 57 respostas, o que restringiu o espectro da investigação.

Para driblar o empobrecimento quantitativo em relação aos questionários e já tendo em vista o conhecimento da prorrogação da UFC, optou-se por estender a análise de anos eleitorais para as eleições municipais de 2020, em detrimento do uso dos dados do questionário no presente trabalho. Dessa forma, foram acompanhados eventos online de campanha, além do uso dos próprios dados do TSE, como foi feito com eleições anteriores.

No conjunto do trabalho de campo da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dirigentes do partido, além de entrevistas abertas e conversas informais com militantes e outras lideranças. Em relação especificamente às entrevistas semiestruturadas foram, no total, realizadas cinco: duas com dirigentes da sede do Partido, a nível municipal e estadual, uma com um assessor da bancada do PSOL na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma com uma das lideranças do Setorial de Negros do Partido e uma última com um dos fundadores da Internúcleos. Cada uma dessas entrevistas levou entre uma e duas horas e meia. Juntas geraram documentos que somados constam cerca de 90 páginas. Aconteceram ainda entrevistas abertas, em formato informal, com militantes.

Uma questão também relevante, nos percursos de pesquisa, diz respeito à relação entre discurso individual e coletivo. No caso, deu-se como desafio metodológico: O que é discurso da instituição e o que são falas individuais, em quais âmbitos e dimensões. Em uma das entrevistas, em contato já virtual, ocorreu um caso especialmente interessante. Mesmo depois de já aceito e agendado o encontro, enviei antes um resumo do projeto e o roteiro de perguntas, avisando servirem apenas como guia, com bastante flexibilidade em relação a elas. O interlocutor pediu, então, que adiássemos, pois viu o roteiro e não estava seguro em responder, queria se preparar melhor. Não parecia chateado, disse que seu desconforto se devia à “responsabilidade” em relação ao que fosse dizer. Assim ficou obvio tratar-se da questão do limite entre o discurso individual e o coletivo de pessoas organizadas.

O roteiro de entrevista enviado foi construído exclusivamente para este interlocutor, focado no processo de construção dos núcleos e da Internúcleos, junto a indagações que foram feitas em todas as outras entrevistas anteriores: trajetória política/militante do entrevistado e influência de dinâmicas do espaço urbano no trabalho feito dentro do PSOL. Especificamente, a pergunta que parece tê-lo incomodado foi a última: “Como o senhor enxerga o momento político atual na cidade do Rio de Janeiro? E em relação às eleições desse ano?”. No dia, reforçando a informalidade da conversa, foi ele quem conduziu a conversa e os tópicos: não foram abordadas questões eleitorais ou de análise de conjuntura mais ampla. Esse contato ocorreu já por plataforma de reunião virtual, já em período de pandemia. De modo geral, todos os roteiros de entrevista partiram de um roteiro base, apenas ligeiramente modificados de acordo com o entrevistado e estágio da pesquisa.

3 O PSOL COMO PARTIDO DE ESQUERDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O Partido Socialismo e Liberdade foi oficializado frente ao TSE em 2005. Nasceu da expulsão, no fim de 2003, dos então deputados João Fontes e João Batista Babá, da deputada Luciana Genro e da senadora Heloísa Helena do PT. O motivo da expulsão foi esses parlamentares terem se posicionado contrários à reforma da previdência da época, medida que a legenda era favorável.

A decisão pela expulsão foi tomada em reunião do Diretório Nacional do PT em dezembro de 2003. Três dos parlamentares militavam no PT desde sua fundação. Heloisa Helena filiou-se ao PT ainda em 1985, vinda do movimento estudantil e sindical docente²¹. Natural de Alagoas, participou da construção do partido no estado. Foi eleita senadora pelo PT-Alagoas pela primeira vez em 1998. Luciana Genro filiou-se ao PT também em 1985, no Rio Grande do Sul²². Ainda em 1998 ingressou no Movimento Esquerda Socialista (MES), corrente do PT (que agora integra o PSOL). João Batista Babá também ingressou no partido ainda na década de 80²³. Natural do Pará, foi membro da Executiva da Secretaria de Movimento Social do PT de Belém ainda em 1981. Em 2003, estava em seu segundo mandato como deputado federal pelo PT. João Fontes²⁴ foi o único que ingressou no partido já após duas décadas de existência dele, em 1999, tendo passado antes por outros dois partidos²⁵.

Na época, foi escrito um manifesto²⁶ contra a expulsão dos parlamentares, assinada por 34 deputados e 5 senadores do partido. O documento foi lido em um ato público na Câmara dos Deputados, dias antes da reunião do Diretório Nacional petista, em evento organizado por Chico Alencar, Ivan Valente e Eduardo Suplicy. Chico Alencar (RJ) e Ivan Valente (SP) mais tarde se juntariam ao PSOL, em 2005. Intitulada “O momento é de repactuação, não de expulsões”, o espírito do manifesto é de reconciliação e esperança. A carta apresenta dois argumentos centrais: a defesa da pluralidade e o caráter controverso da própria reforma previdenciária.

²¹ Ver mais em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heloisa-helena-lima-de-morais-carvalho>. Acesso em: 13 jul. 2022

²² Ver mais em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/genro-luciana>. Acesso em: 13 jun. 2022

²³ Ver mais em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/baba>. Acesso em: 13 jun. 2022.

²⁴ Ver mais em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-joao>. Acesso em: 13 jun. 2022.

²⁵ João Fontes nunca, de fato, filiou-se ao PSOL, apesar de ter contribuído em sua construção. Filiou-se em 2005 ao PDT.

²⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56345.shtml>. Acesso em: 14 jun. 2022

A história da humanidade é um eterno recomeço. A própria invenção do calendário induz a esta renovação contínua e inspirou, ao longo da trajetória dos povos, os rituais de reconciliação, signos de novos tempos! Ao terminarmos o primeiro ano do nosso governo, com toda sua carga histórica, contradições e asperezas da dura transição, nossa fundada expectativa é numa agenda positiva para o Brasil em 2004, onde cresçam a economia real, a justiça e a cidadania plena.

Para o PT, o segundo ano de nosso governo precisa começar bem, sem divergências cristalizadas em dissidências e sem medidas extremas como expulsões, sobretudo quando derivadas de questões que dividiram a sociedade e o próprio partido. A posição do governo na reforma da Previdência foi muito questionada em seminário organizado pela Direção Nacional e pela CUT [Central Única dos Trabalhadores], que pediu à nossa bancada o voto contrário. Durante sua tramitação, a matéria recebeu emendas sugeridas por segmentos historicamente ligados a nós, sendo que no Senado uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional] paralela acolheu pleitos pendentes, tudo revelando o caráter controverso da matéria. Em outras matérias igualmente relevantes, como Lei de Falências e MP da legalização dos transgênicos, foi assegurada a pluralidade de visões na Bancada. O bom senso político ensina que visões diferentes de rumos na direção comum de uma sociedade igualitária e mesmo votos em projetos de contencioso polêmico entre nós não comportam 'soluções finais'. Não estamos diante de nenhuma infração de ordem ética, lesiva ao interesse público. Do ponto de vista estritamente pragmático, há que se considerar também que o nosso governo aprovou todas as matérias que julgava fundamentais.

Gestos de grandeza elevam quem os pratica. E, sem dúvida, nos fortalecerão como partido democrático e socialista. O momento é de repactuação, não de expulsões. (O MOMENTO É DE REPACTUAÇÃO, NÃO DE EXPULSÕES, 2003)

Morais (2017) assinala que o primeiro marco desse processo de ruptura foi anterior ao episódio da expulsão: em 2002, com a Carta ao Povo Brasileiro. Destaca, nesse contexto, a atuação da tendência política interna Movimento de Esquerda Socialista, liderada à época pela então deputada federal Luciana Genro, que viria a fundar mais tarde o PSOL (MORAIS, 2017). Nesse sentido, o surgimento do partido seria muito mais um descontentamento com os rumos do PT vindo de setores sociais específicos, principalmente servidores públicos e estudantes, do que um movimento de massa (SANTOS, 2006 apud MORAIS, 2017, p. 67).

A Carta ao Povo Brasileiro foi um documento lançado em 2002, cerca de 4 meses antes das eleições daquele ano. No discurso, proferido por Lula, é abordado o panorama político, social e econômico do Brasil, na leitura petista, e perspectivas para o cenário, simbolizadas por esperança, a partir do novo projeto. A carta objetivava um pacto entre setores (e classes) pelo desenvolvimento do país.

No texto, a avaliação do então momento social e econômico do país é de crise, identificada por uma economia vulnerável, corrupção, comprometimento da soberania nacional, crise social e insegurança. Na carta utiliza-se da ideia de crise para apresentar o projeto petista como esperança. Nesse sentido, a sociedade brasileira, em um pacto entre classes sociais,

estaria não inclinada a uma percepção de fracasso ou “protesto destrutivo” e sim de esperança em um projeto alternativo, conforme posto a seguir:

Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p. 2)

O projeto petista é apresentado como aquele da estabilidade, do retorno a ordem, aquele que evita um cenário caótico. Na narrativa, o conjunto de mudanças necessárias ao país não poderia, por falta de vontade daqueles no poder, ser realizado por aqueles mesmos agentes prévios. É crucial notar que, por mais que se utilize da ideia de crise, a Carta deixa claro que “a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro” e que “será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica” (2002, p. 2).

Vale ressaltar que, embora a narrativa do texto se utilize do termo coalizão enquanto uma concepção chave para representar a união dos mais diversos setores sociais ativos naquele contexto, envolvendo lideranças populares, artistas, intelectuais, religiosos, “prefeitos e parlamentares de partidos não-coligados ao PT” e “parcelas significativas do empresariado”, percebe-se na carta um direcionamento discursivo mais proeminente ao empresariado brasileiro.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas. [...] Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça

social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p. 2)

Na Carta já estava declarada a defesa de uma reforma previdenciária e trabalhista, como pautas do governo, caso eleito. Há menção ainda, de forma positiva, ao agronegócio.

[O povo brasileiro] Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. [...] O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p. 3)

O tema do descontentamento com o PT é constante no discurso do PSOL acerca do seu surgimento. Em próprio material de divulgação intitulado “O que é o PSOL?”, do PSOL Carioca, coletado no trabalho de campo dessa pesquisa, consta a narrativa de decepções com o PT, que vieram a formalizar uma ruptura e então o surgimento do novo partido.

O PSOL surge em 2004 a partir de grupos que rompem com o PT quando este partido promove uma Reforma da Previdência que reduzia direitos de trabalhadores. Foram diversas pessoas e grupos que entenderam que o PT deixava cada vez mais de cumprir um papel de transformação da política e da sociedade e se adaptava às regras do jogo. Era necessário, portanto, construir uma alternativa para organizar a luta por direitos e por uma sociedade mais justa, um novo partido contra a velha política: o PSOL! (PSOL CARIOCA, 2020)

Uma das entrevistadas nessa pesquisa narrou como a saída do PT e entrada no PSOL foi um movimento coletivo. Militante do PT desde o final da década de 80, deixou o partido e a corrente que formava junto a um grupo de companheiros. No PT, já havia composto a

Secretaria de Combate ao Racismo, no PSOL, logo ao ingresso engajou-se no Setorial de Negros e Negras e no de Mulheres.

Então eu já não aguentava mais as posições do PT, estava... e quando chegou 8 de março, que eu tinha vergonha de mostrar a estrelinha do PT?! Eu falei: “num posso mais ficar aqui”. E tinham várias outras pessoas querendo sair. E eu falei. Na época eu tinha um companheiro, ecossocialista, até o nome do Setorial Nacional é com o nome dele, Paulo Pirambo. E ele falou: *eu vou sair, vou embora*. As minhas amigas, cada um num lugar. Falei: “olha só, não vamos sair sozinhos, a gente tem que mostrar que tão com um monte de gente puta da vida”. Aí, o que aconteceu? Ele entrou em contato com um pessoal de um município daqui, eu entrei em contato com algumas pessoas que eu conhecia no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, ele foi procurar as pessoas do Ceará, a gente juntou 45 pessoas. Então juntamos 45 pessoas e assinamos um documento, foi aprovado entre nós, e no fórum social ----- lá no Rio Grande do Sul. Formalmente saímos da corrente, entramos no PSOL. Lemos o documento lá e entramos no PSOL. (ENTREVISTADO 03, ENTREVISTA REALIZADA EM 16 FEV. 2020)

Diversos militantes históricos do PT deixaram o partido nesse movimento. Chico de Oliveira, importante sociólogo e militante que participou da construção do PT, afastou-se do partido e engajou-se na criação do PSOL. Carlos Nelson Coutinho, marxista que compunha o PT desde o final da década de 80, seguiu a mesma corrente, nas fileiras da construção psolista. Milton Temer, político do Rio de Janeiro, e Leandro Konder, filósofo marxista, que haviam ingressado no PT na mesma época que Carlos Nelson Coutinho, também foram para o novo partido. Roberto Robaina, que até então integrava o Diretório Nacional do PT, também se juntou a construção do PSOL. Outros nomes foram também importantes a construção do novo projeto, como o sociólogo Ricardo Antunes, a economista Leda Paulani, João Machado, Paulo Arantes, entre outros.

No entendimento de Carlos Nelson Coutinho, o governo Lula estaria marcado pela vitória da pequena política, em detrimento da grande política. As ideias de pequena e grande política, retiradas de Gramsci, tratam de duas esferas dessa dimensão da vida social. A grande, ou alta, política seria aquela das grandes questões relacionadas às estruturas, “questões ligadas à fundação de novos Estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2019, p. 21). A pequena política, aquela de “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2019, p. 21). Para o militante, o PSOL representava uma alternativa contra a velha política.

anteriores, da primeira alma do PT, para um “reformismo fraco”. A primeira alma, o “espírito de Sion”²⁹, colégio onde ocorreu a fundação do partido, em detrimento de um “espírito de Anhembi” (SINGER, 2012).

O reformismo fraco estaria configurado em um modelo de transformações intensas, ainda que lentas, em setores e questões atribuídos e negligenciados pelo “atraso histórico” do país (SINGER, 2012, p. 200), sobretudo no que toca ao subproletariado e redução da pobreza. Em sua leitura, o reformismo fraco do lulismo teve um papel, na verdade, de contenção do mercado, em moldes neoliberais, por meio da formalização do emprego (SINGER, 2012, p. 198). O autor comenta sobre o presidente como autoridade benfeitora a todas as classes, estreitamente relacionado a perda da centralidade da própria luta de classes.

Os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, equilibrar as classes fundamentais - proletariado e capitalistas -, depois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona aumento rápido da igualdade, impondo travas ao moinho satânico, ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores. (SINGER, 2012, p. 200)

Ainda que adotando esse papel não conflitivo, Singer (2012) frisa o lulismo em seu trabalho com o subproletariado, tendo-o como verdadeira base. Para ele, “o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade, conforme vimos, é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade” (2012, p. 200).

O PT concorreu a eleições presidenciais desde 1989. Tendo alcançando a eleição do primeiro mandato presidencial em 2002 e, em 2006, a reeleição de Lula. Singer (2012) assinala que, se antes de 2002, o problema à eleição de Lula era uma adesão marcada pelas camadas médias, de alta escolaridade e de grandes centros urbanos, em 2002 o voto no PT não tinha marca de nenhum estrato social, já, em 2006, o partido dos trabalhadores conta com um eleitorado amplamente popular. Isso fruto dos avanços em crescimento econômico e distribuição de renda ocasionados pelo tripé Bolsa Família, salário mínimo e expansão de crédito e de outros programas específicos (SINGER, 2012). De acordo com Nicolau e Peixoto

²⁹ O autor refere-se aos lugares onde se deram dois marcos na história do PT. O Colégio de Sion, em São Paulo, foi onde, em 10 de fevereiro de 1980, ocorreu a fundação legal do PT. Classista e socialista em orientação, era marcado pela euforia ampla, naquele período de redemocratização, da ideia de construção de uma “verdadeira” República, radicalmente democrática. Nesse sentido, o partido era tomado por três frentes: a crítica ao populismo e ao PCB, comum entre a intelectualidade de esquerda da época, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o movimento operário, o novo sindicalismo. O espírito de Anhembi, por sua vez, corresponde a um outro período e face do partido, adquirida ao longo das um pouco mais de duas décadas: o pragmatismo da Carta ao Povo Brasileiro, de 2002. Foi no Centro de Convenções do Anhembi onde, em 2002, as orientações da Carta ao Povo Brasileiro foram aprovadas pelo partido enquanto política partidária.

(2007), tomando os resultados da eleição presidencial por município, existe um paralelo entre 2002 e 2006. Em 2002, quanto melhores os indicadores sociais do local, melhores os resultados eleitorais de Lula, enquanto, em 2006, o padrão se inverte: quanto menor a renda *per capita*, expectativa de vida, taxa de analfabetismo adulto e percentual de pobres, maior a votação no candidato petista, símbolo do próprio PT. De acordo com Singer (2012, p. 62):

Wendy Hunter e Timothy Power notaram que ‘no núcleo de apoio recebido por Lula nas suas quatro tentativas prévias de chegar à presidência, ocorridas entre 1989 e 2002, encontravam-se os eleitores com maior nível de escolaridade, concentrados principalmente nos estados mais urbanos e industriais do Sul e Sudeste.’ Em suma, a base social de Lula e do PT expressava a esquerda numa sociedade cuja metade mais pobre pendia para a direita.

Em 2005 ocorreu uma nova onda de rupturas com o PT, que resultou em desfiliações e novos engajamentos no PSOL. Cabe demarcar que, em 2005, ocorreu o escândalo do Mensalão³⁰. Em torno de resultados eleitorais do PT, Singer (2012) menciona os “escândalos” como possível marco de um afastamento dos setores médios, a partir da eleição de 2006 (SINGER, 2012). Algumas correntes do PT sofreram desfiliações em massa, a exemplo da Articulação de Esquerda (AE), Democracia Socialista (DS) e Ação Popular Socialista (APS) (PADILHA, 2017, p 48).

Apreciando as narrativas e discursos sobre o surgimento do PSOL, percebe-se que o Partido surge de um racha parlamentar. Enraizar-se na sociedade brasileira e, mais ainda, capilarizar-se nas diferentes cidades e camadas da população parece ser o grande desafio do partido desde sua fundação. Em verdade, o PSOL é um partido que tenta se fazer no movimento social. Daí tantos esforços de demarcar este caráter do Partido, seja tratando seu programa político de campanha como “programa-movimento”, buscando organizativamente trazer suas demandas por território e pauta social mais ampla; seja na ênfase no valor da militância que se faz no trabalho político puramente ideológico, não remunerado; ou no entendimento da função

³⁰ O Mensalão foi escândalo de corrupção ocorrido em 2005. Consistiu em um esquema de repasse de fundos a deputados federais e senadores comandado por José Dirceu, então ministro chefe da Casa Civil do governo Lula. O escândalo começou quando foi divulgado pela imprensa, em maio de 2005, um vídeo de Maurício Marinho, funcionário em um cargo de confiança dos Correios, delatando a corrupção na empresa estatal. A partir disso, Roberto Jefferson, ex-deputado federal e então presidente do PTB, pessoa que havia indicado Maurício Marinho ao cargo nos Correios e que seria um dos grandes beneficiários da articulação denunciada, foi à mídia expor um suposto esquema muito maior do que o revelado por Marinho a respeito dos Correios. Entretanto, o “Mensalão”, nome dado pelo próprio Roberto Jefferson, pelo menos até 2012, período entre o Inquérito dos Correios e a votação do AP-470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não estava comprovado. Do mesmo modo, o tema foi amplamente explorado, enquanto teatralização-especularização, pela mídia hegemônica como “corrupção petista”. Sociologicamente, Silva (2021) entende o processo como um dos marcos da politização de setores do judiciário brasileiro, junto ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e à prisão de Lula, fenômeno que marcou a primeira década do século XXI. (SILVA, 2021, p. 109 – 137).

da Assessoria de Bancada fundamentalmente como ponte entre movimento social e parlamentar; entre outros.

É nesse sentido de “buscar se fazer no movimento social”, que o discurso psolista afirma existir uma distância fundamental entre ele e o que o PT teria se tornado ao longo do tempo. O PSOL surge já de um desacordo entre parlamentares e partido, e não de um processo da base. Nesse sentido, o discurso do Partido ressalta a adesão da militância na construção partidária, seja advinda de setores do PT ou de outras alas da esquerda brasileira. Esta militância é constituída, em sua maioria, de movimentos de servidores públicos e estudantes. Na narrativa do Partido, o que justifica a criação do PSOL é o enfraquecimento das alas internas à esquerda do PT dentro daquele partido, sem participação na definição dos rumos ideológicos. Parte como premissa da argumentação de que, no próprio processo de ascensão ao Estado e já no governo, o PT vai se colocando menos à esquerda. Especificamente, o episódio da Reforma da Previdência teria se tratado da retirada de direitos, como abertura à política neoliberal.

O primeiro evento oficial de criação do Partido foi em 6 de junho de 2004, quando se aprovou estatuto e programa partidário³¹. A logotipo do PSOL, um sol amarelo com um rosto sorridente, foi criada pelo cartunista Ziraldo³², na festa de inauguração da sede do Partido, já em 2006, em Copacabana, na cidade do Rio³³. Diversos intelectuais juntaram-se ao projeto de criação e viabilização do PSOL. Carlos Nelson Coutinho, importante marxista, autor do polêmico trabalho “Democracia como valor universal”, foi um desses nomes. Deu nome, inclusive, ao núcleo de base que compôs em vida, em Copacabana.

O partido conta, como força em prol da formação político-ideológica de sua militância, com a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco³⁴, responsável pelo

³¹ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040607-40410-nac-6-pol-a6-not>. Acesso em: 20 abr. 2020

³² Não é clara a informação se Ziraldo já foi realmente filiado ao PSOL. Além do fato de ter desenhado a logotipo do partido, demonstrou empolgação com a criação da sigla em sua coluna ao jornal O Tempo, em julho de 2006. Afirma: “A propósito, vocês devem votar em todo federal do PSol. É o único caminho que temos para moralizar o desmoralizadíssimo Congresso Nacional”. Nesse mesmo texto e em um outro de novembro do mesmo ano, manifesta apoio à continuidade do PT, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de renovação e luta anticorrupção. Ziraldo declara ter contribuído em campanhas de diferentes políticos ao longo da carreira, as vezes baseado em amizades, outras em convicção nas propostas, independente de posição no espectro político. No artigo de novembro, declara voto a Lula e diz que sua inscrição no PSOL se trata de “reserva técnica”. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaoziraldo/ziraldo-declaracao-de-voto-1.201300> e <https://www.otempo.com.br/opiniaoziraldo/ziraldo-meu-caso-com-o-lula-1.487>. Acesso em: 27 abr. 2021

³³ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/oficial-de-justica-fiscaliza-festa-do-psol,20060612p58053>. Acesso em: 20 abr. 2021

³⁴ A Fundação homenageia duas importantes personalidades para o PSOL: Lauro Álvares da Silva Campos e Marielle Franco. Lauro Campos foi um economista e político brasileiro, grande crítico da política neoliberal. Iniciou sua trajetória política no PT, partido do qual posteriormente se desfilou. Chegou até o cargo de Senador. Faleceu ainda em 2003. O primeiro estatuto da Fundação é datado de 11 de abril de 2007, levando somente o nome de Lauro Campos. Já Marielle Franco foi uma política brasileira eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL em 2016. Socióloga, LGBTQIA+, feminista negra e criada na Maré, Marielle dedicou a vida à luta pelos

desenvolvimento de atividades de formação cultural e teórica³⁵, através da construção de materiais de orientação crítica e anticapitalista. A Fundação oferta cursos, organiza e publica a Revista Socialismo & Liberdade, disponibiliza *lives* em formato de programa, organiza eventos, publica artigos na página, entre outros. Os cursos da Fundação versam temáticas como democracia e sistema eleitoral, mundo do trabalho, racismo e luta de classes e feminismo.

No primeiro estatuto do partido, em 2004, consta já a destinação de fundo partidário à criação de uma “Fundação ou Instituto de Pesquisa”. Tal espaço estaria centrado no debate de orientações programáticas e de formação e formulação teórica dos quadros do partido. Segundo os dirigentes do PSOL, essa fundação ambiciona ser uma “usina de ideias”, com prospecção mais ampla ao próprio partido: “um fórum amplo dos que na sociedade brasileira se identificam com os valores do socialismo e da liberdade” (FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO, s. d.).

Na leitura gramsciana, o partido é assume o papel do “Moderno Príncipe”, um intelectual coletivo, a dirigir uma “reforma intelectual e moral”, em busca de uma hegemonia dos dominados (GRAMSCI, 2019). No endereço eletrônico da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, na aba “Sobre”, é assim narrado³⁶:

Aí tem-se adotado uma linha editorial de difusão de ideias e noticiário que vão a contrapelo do pensamento único veiculado pelos meios de comunicação de massa. Desse modo, trava-se a luta ideológica em vez de adular a doxa (a opinião consensual). Esse é o primeiro passo para a organização de um novo consenso permeado por um feixe axiológico anticapitalista.

Nota-se a utilização de termos bastante acadêmicos no trecho construído pela própria Fundação para apresentar a si própria. “Doxa” e “axiológico”, não são termos usados correntemente fora dos circuitos acadêmico-intelectuais, nem comunicam de forma direta e simples o que constitui o trabalho da organização. Quando a fundação, em sua autodescrição, acaba por utilizar desta lógica de funcionamento e narrativa, informam na verdade, através do uso desse vocabulário rebuscado e científico, como se desenha o trabalho da própria organização e sua comunicação. É crucial, nesse sentido, lembrar do trabalho de Da Silva (2013) que, em pesquisa afim de compreender a coalizão dominante do partido (Comissão

direitos humanos. Em 2018, foi assassinada por motivos políticos. Diversos campos do endereço eletrônico da Fundação ainda não tem a adição do nome de Marielle Franco ao título da instituição. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/fundacaolaurocampos/> Acesso em: 20 dez. 2021.

³⁵ O PT, por exemplo, tem a Fundação Perseu Abramo, que se constitui com um espaço do partido para debates, estudos e pesquisas. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/> Acesso em: 20 dez. 2021

³⁶ Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/fundacaolaurocampos/#fundacao>. Acesso em: 12 mar.2021

Executiva Nacional e representação parlamentar), ressalta o amplo número de docentes, dando ênfase a importância da atividade intelectual como critério não-formal a participação na coalizão dominante, entre outros aspectos.

O PSOL é um partido de tendências, ou uma “frente de tendências” (DA SILVA, 2013). Trata-se de um partido marcado pela intensa pluralidade intrapartidária. A organização pelo que se designa “tendências” é uma herança do PT. Ainda na fundação do partido, três dos quatro fundadores, parlamentares petistas, constituíam tendências no antigo partido.

Segundo Padilha (2017), as correntes de Babá e Luciana Genro, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e Movimento Esquerda Socialista (MES), respectivamente, consideraram-se expulsas do partido junto com os deputados. A corrente de Heloísa Helena, Democracia Socialista (DS) resolve não romper com o PT, mesmo que alguns de seus filiados o tenham feito (PADILHA, 2017). Para a formação do partido houve também influência inicial do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

Oliveira (2017) entende que essa característica é não só uma herança petista, mas produto da lógica de conflito com que se deu o surgimento do novo partido. A ruptura com o PT ocorreu exatamente por visões diferentes internas contrastantes, não à toa a carta assinada pelos apoiadores dos quatro parlamentares defende a pluralidade de visões, contra a expulsão. O estatuto do PSOL assim elabora a respeito das tendências:

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO DAS TENDÊNCIAS

Art. 88– A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências.

§ 1o As tendências poderão constituir-se a qualquer tempo em âmbito municipal, estadual ou nacional, devendo ser comunicado ao respectivo organismo dirigente e ao Diretório Nacional.

§ 2o Está garantida às tendências a expressão de suas posições nos órgãos internos do Partido e nos órgãos de imprensa públicos, conforme o apresentado no Art. 40 letra p, e internos, conforme Art. 11 letra d.

§ 3o As tendências organizam-se livremente, sem nenhum controle ou ingerência das direções do Partido, com a condição de não se contraporem aos fóruns e reuniões dos organismos do Partido.

§ 4o A constituição e definições políticas das tendências estão submetidas aos princípios programáticos do Partido SOCIALISMO E LIBERDADE.

No cotidiano da militância psolista, “tendências” e “correntes” designam o mesmo tipo de organização, sendo o segundo termo mais frequentemente usado. Como desenvolvido na seção 2.2, Rose (1974) e Panebianco (2005) oferecem ferramentas para refletir sobre as organizações intrapartidárias psolistas. A partir dessas leituras, essas organizações intrapartidárias do Partido assumiriam então o papel de facções, por serem grupos com autonomia e força enquanto organizações (em alguns casos inclusive extrapolando o Partido), com alta percepção de unidade entre seus membros, englobando diversas pautas e temas em seus debates e demandarem certo grau de unidade e coesão em suas instruções e discursos de seus militantes. Algumas das organizações intrapartidárias do partido remontam historicamente a grupos presentes há décadas na sociedade brasileira.

Ainda que o PSOL use “tendências” ou “correntes” para suas próprias organizações intrapartidárias, o termo tendências, de acordo com os autores, designaria organizações mais fracas. As tendências seriam menos fixas no tempo, menos dotadas de autoconsciência organizativa ou sentido de unidade. Diriam mais a respeito de uma série de posicionamentos compartilhados entre um grupo, constituindo um sentido político filosófico, entre várias outras atitudes não necessariamente também compartilhadas.

A rigor, as tendências, por outro lado, configuram uma organização extraoficial em torno de uma visão de partido, menos organizada, segundo os autores. As facções, ao contrário, têm forte sentido de pertencimento, com unidade e coesão, e abarcam a mais ampla gama de posicionamentos e pautas. Ainda, seus membros não costumam estar outros grupos do mesmo tipo ao mesmo tempo, não se é membro de duas facções ao mesmo tempo, mas se pode fazer parte de duas tendências, no entendimento do termo segundo Panebianco (2005). A caracterização dos grupos intrapartidários do PSOL como facções, no conceito de Panebianco (2005), é amplamente utilizada pela literatura existente sobre o partido.

Emerge no PSOL, ainda, a condição dos independentes, isto é, militantes que não se engajam em nenhuma corrente. Além de facção e tendência, Rose (1974) trata também de “partidários não-alinhados” (*non-aligned partisans*), um terceiro grupo, identificados com o partido como um todo, excluídos os segmentos facção ou tendência. Vários interlocutores narraram a frequência e força de militantes não se organizarem em correntes como uma característica do Rio de Janeiro, que se diferenciaria então do PSOL em outros lugares. Não foi possível, nessa pesquisa, elaborar algum tipo de comparativo afim de uma verificação, ainda que essa narrativa seja por si só interessante.

Em paralelo, em uma das entrevistas, uma interlocutora demarcou alguns prós e contras de hoje não se articular em nenhuma corrente. Um ponto negativo seria “perder

informação”, o que, no caso dela, é compensado pelo “tempo” de militância e redes construídas. Ela levanta como ponto positivo, porém, a autonomia. Argumenta que, por não se articular em nenhuma corrente, seus posicionamentos são assim individuais, pessoais, tendo, no entanto, liberdade para se manifestar ou não e poder dialogar com todos, poder assim “transitar”.

No caso, ser “independente”, ou um indivíduo não-faccionado (ROSE, 1974), tampouco significa falta de articulação. Dentre os motivos para não se articular em correntes, apareceram, em campo, tanto aqueles desinteressados nas pautas pensadas por essas organizações, quanto aqueles orientados pela negação das correntes enquanto tal, como formato dentro do partido. A partir do que foi observado nessa pesquisa, está posta também a existência grupos políticos de independentes, pessoas não organizadas em facções, mas que se organizam com base nessa característica em comum. Uma das críticas que a orientar é a forte fragmentação das facções, também assinalada por Panebianco(2005), em detrimento de um sentido unitário de partido, o que tornaria a disputa interna mais central que a disputa da sociedade.

Em material de divulgação do PSOL Carioca chamado “O Que é o PSOL?”, logo na primeira página aparece assim:

O PSOL é um partido político. Partido, para nós, são pessoas, uma parte da sociedade que se organiza para entender e transformar a realidade. Política, para nós, está bem além do jogo eleitoral que se repete de 4 em 4 anos. Política, para nós, é a vida cotidiana – a qualidade das escolas, a existência de trabalho digno para todos e todas, é o direito a um teto seguro, é a preocupação com a destruição da natureza, é o preço dos alimentos, a discriminação das pessoas por causa da sua cor, gênero ou orientação sexual e a luta contra qualquer forma de injustiça. Política, para nós, serve para lutar por dias melhores, não para alguns, mas para a maioria da população, sujeita ao descaso dos que usam a política para benefício próprio. Partido, para nós, é uma forma de encontrar irmãos e irmãs que andam de braços dados pra que possamos fazer com nossas mãos um mundo melhor e uma vida com dignidade.

O PSOL é um partido que nasce já com forte identidade ideológica, mesmo que advindo de um contexto parlamentar, exatamente como consequência de sua própria dinâmica de surgimento (OLIVEIRA, 2017). A atuação parlamentar do PSOL, na esfera federal, carrega a dimensão ideológica de esquerda presente em seu programa (OLIVEIRA, 2017). Utilizando um modelo MRG adaptado à sociedade brasileira, Oliveira (2017) faz uma análise dos Projetos de Lei dos parlamentares psolistas, a fim de investigar se o que está disposto nos documentos do Partido se reflete na atuação de seus políticos no Congresso Nacional e Senado. O autor analisa PLs dos períodos entre 2007 e 2008 e entre 2015 e 2016, tomando assim os dois primeiros anos da 53^a e 55^a Legislatura.

As PLs versam dimensões como “classe trabalhadora: positivo”, “regulamentação de mercado”, “expansão do welfare state”, “economia controlada”, “expansão da educação pública”, entre outros. Várias delas não possuem associação com as categorias de compreensão ideológica usadas, por tratarem de outros assuntos específicos, o que já era esperado pelo autor. No primeiro biênio analisado, foi identificada uma PL com conteúdo relacionado a escala ideológica da direita, categorizada como “forças armadas: positivo”, que tratava sobre uma melhoria trabalhista à classe militar (OLIVEIRA, 2017, p. 152).

A identidade político-ideológica do PSOL está expressa em seu programa de estratégias, cabendo destacar alguns pontos centrais: “socialismo com liberdade e democracia, como princípio estratégico para a superação da ordem capitalista”; ruptura com a dominação imperialista; resgate da luta de classes, rechaçando a “conciliação de classes”; a defesa de reformas para além do circunscrito na ordem do momento ou do capitalismo como um todo, e; a retomada de um “internacionalismo ativo”.

O PSOL destaca-se então como um partido parlamentar, tanto no sentido de ter nascido de um racha de parlamentares de uma sigla que, juntos, resolveram fundar uma outra, quanto do fato de sua atuação em relação ao Estado ser principalmente parlamentar. Em todo o Brasil, o PSOL tem atualmente 5 prefeitos eleitos, sendo somente 1 de uma capital, Edmilson Rodrigues, em Belém – PA. Nenhum governador eleito pelo partido. Ao mesmo tempo, tem 8 parlamentares na sua bancada federal e 14 deputados estaduais, distribuídos em 9 unidades federativas.

Na cidade do Rio de Janeiro, tem hoje 7 representantes parlamentares eleitos, formando uma das três maiores bancadas da Câmara Municipal. Em uma entrevista com um membro da Executiva Municipal, o lugar da atuação parlamentar no Partido foi avaliado da seguinte forma:

A nossa atuação na política cotidiana se dá a partir dessa relação dialógica, entendendo que o parlamento, que a nossa atuação parlamentar, é muito importante pra vocalizar de maneira mais abrangente as nossas pautas e mesmo pra fazer disputas internas, que a gente perde na maioria das vezes, porque somos minoria nos espaços de parlamento. Mas também temos vitórias importantes e aqui no município no último período tivemos várias significativas, acho que nossa atuação na bancada municipal foi de fato bastante exemplar. (ENTREVISTADO 01, ENTREVISTA REALIZADA EM 31 JAN. 2020)

Para melhor compreensão da identidade político-ideológica, é importante notar a existência e atuação das setoriais. Em seu sentido mais direto, setoriais são estruturas organizativas para diálogo em torno de um certo conjunto de temáticas. Lá estão articulados

aqueles membros diretamente interessados naqueles temas e suas movimentações na sociedade brasileira e no Partido. São 4 as setoriais informadas como nacionais no endereço eletrônico do partido: mulheres, negras e negros, pessoas com deficiência e ecossocialismo. Podem assumir amplitude municipal, regional, estadual e nacional. As setoriais constituem uma instância de base.

As setoriais têm uma projeção para dentro do Partido e para fora. São a ponte, na base, entre movimentos sociais, diretório e parlamento. Algumas setoriais estão diretamente ligadas a concepção de opressões, onde grupos de determinadas identidades são oprimidos por outros, devido àquelas características. É o caso do setorial de mulheres, de negros e negras e de pessoas com deficiência, em escala nacional. Assumem uma interlocução tanto a respeito de âmbitos externos ao Partido, quanto acerca da luta por espaço dentro dele. A paridade de gênero de representação nas instâncias nacionais e cotas raciais são conquistas de seus respectivos setoriais. Seja em torno de identidade do grupo em questão, como o de mulheres ou de pessoas com deficiência, que produz uma visão sobre a luta anticapitalista, seja em prol de um projeto anticapitalista específico, como o ecossocialista, os setoriais podem abarcar as mais diversas temáticas. Os setoriais são tratados da seguinte forma no estatuto do Partido:

CAPÍTULO X – DOS SETORIAIS

Art. 65 – Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Art. 66 – Os Setoriais se organizarão em âmbito municipal, estadual ou nacional, inclusive no que diz respeito ao seu funcionamento interno, mediante referendo das instâncias de direção correspondentes e/ou do Diretório Nacional.

Art. 67 – Os Setoriais estarão vinculados à Secretaria de Movimentos Sociais e será constituído um coletivo composto dos titulares desta Secretaria e pelos representantes públicos dos coletivos nacionais dos setoriais, eleitos nos respectivos encontros nacionais.

Parágrafo único: A denominação da representação pública dos coletivos nacionais, bem como sua composição e suas atribuições, inclusive com a possibilidade de que estas sejam de âmbito exclusivamente interno ao partido, deverá ser objeto de apreciação dos encontros nacionais e estaduais dos respectivos setoriais.

Art. 68 – Os Setoriais terão atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

Art. 69 – Serão realizados Encontros Setoriais, que serão abertos à participação de todos os filiados que atuam junto ao respectivo setor de atividade partidária.

Art. 70 – Os coletivos nacionais dos setoriais definirão uma proporção única para todos os estados da delegação dos encontros nacionais a partir dos encontros estaduais, o número de delegados ao Encontro Setorial Nacional, o quórum mínimo de participantes, bem como estabelecer a exigência de realização de um número mínimo de Encontros Setoriais Estaduais para que possa ser realizado o Encontro Setorial Nacional, mediante referendo do Diretório Nacional.

§1º – Nos casos em que os setoriais ainda não formaram coletivos nacionais, o Diretório Nacional definirá a proporção de delegados do encontro estadual para o nacional.

§2º – Os Encontros Setoriais Nacionais e Estaduais elegem os respectivos Coletivos e seus representantes públicos.

§3º – Os Encontros Setoriais Estaduais elegem o Coletivo, os representantes públicos e os delegados ao Encontro Setorial Nacional na proporção referendada pelo Diretório Nacional.

§4º – Os representantes públicos definidos pelos coletivos setoriais, não sendo membros efetivos do Diretório Estadual correspondente, terão assento, com direito a voz, no Diretório Estadual e na respectiva Comissão Executiva.

§5º – O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos coletivos nacionais de cada setorial em relação à instância nacional de direção.

§6º – As deliberações dos Encontros Setoriais deverão ser encaminhadas ao Encontro e/ou Congresso do mesmo nível, Estadual ou Nacional, para que sejam obrigatoriamente apreciadas.

§7º – Os Diretórios Nacionais e Estaduais deverão viabilizar estruturalmente a realização dos encontros setoriais e a participação dos representantes públicos nas reuniões dos Diretórios Nacionais e estaduais bem como sua comissão executiva.

As setoriais também são uma herança dos modos de organização política do PT, caracterizados por uma estrutura de gestão interna não centralizada. Dentre esses setoriais, um dos que merece destaque por sua influência e longevidade é o setorial de mulheres, situado entre os mais antigos setoriais dentro do partido (LOPES; CARNEIRO, 2021). O setorial de mulheres conta com uma estrutura e gestão solidamente organizadas, baseado em um princípio de “auto-organização exclusivamente feminina” que assegura o protagonismo das mulheres na formulação de políticas públicas e reivindicação de direitos para as militantes no interior do partido (LOPES; CARNEIRO, 2021), tendo em horizonte sempre uma inserção política das mulheres dentro das dinâmicas partidárias. Portanto, por sua organização e histórico de reivindicações, trata-se de um setorial capaz de exercer, mesmo com resistências, influências dentro das dinâmicas. É válido então perceber que o PSOL herda PT algumas políticas e, sobretudo, reivindicações de ampliação do protagonismo feminino trazidas por suas militantes, que já vinham de experiências petistas³⁷ (LOPES; CARNEIRO, 2021).

Vale ressaltar que esse movimento pela paridade de gênero na política, utilizado também para fins de demarcação ético-política pelo PSOL, não foi dado de modo súbito ou automático, desde a formação do partido. Apenas houve ampliação da atuação feminina, ao ponto da existência de regulamentos internos voltados à paridade, a partir das mobilizações internas do setorial. (LOPES; CARNEIRO, 2021)

Conforme tratam Lopes e Carneiro (2021), um dos exemplos de reivindicações políticas bem-sucedidas, que demonstra a capacidade de articulação desse setorial, é a disputa pela paridade de gênero. No contexto dessa disputa, o setorial teve protagonismo, encabeçando

³⁷ No PT, desde 1992, havia cota mínima de 30% para mulheres nas instâncias diretas (LOPES; CARNEIRO, 2021).

movimentações constantes e atuando em marcos importantes, como IV Congresso Nacional do PSOL, realizado em 2013, onde foi aprovada a paridade de gênero de modo amplo e abrangente dentro das mais diversas instâncias do partido (LOPES; CARNEIRO, 2021).

4 O PSOL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Logo na fundação do partido, oficializado em 2005, criou-se o PSOL Rio de Janeiro, que reunia as atividades a nível estadual e municipal. Só em 2013 é criada uma instância a nível exclusivamente municipal para o Rio, o PSOL Carioca. Até então, decisões a nível estadual e municipais estavam concentradas em uma única instância, o do PSOL Rio de Janeiro. Logo o termo “PSOL Carioca” diz respeito ao Diretório e Executiva do partido na cidade, em nível municipal.

4.1 O PSOL Carioca

Mesmo no estado do Rio de Janeiro já existiam diretórios municipais, mas para algumas outras cidades que não a capital. Segundo informações coletadas em conversas informais em campo, a articulação para a construção de uma direção municipal para o Partido na cidade do Rio de Janeiro partiu da percepção da falta dessa instância a nível municipal como problema político de concentração de poder. A criação desta instância foi então concretizada, marcando o 1º Congresso Municipal do PSOL Carioca. Nesse Congresso houve então a eleição do primeiro diretório municipal. Apesar da divisão organizativa, os dois diretórios, municipal e estadual, funcionam no mesmo espaço físico, na Lapa. Nessa subseção, traz-se uma breve discussão em torno do PSOL Carioca enquanto instância organizativa do Partido à nível municipal.

O Congresso é a instância superior partidária, a principal instância deliberativa de todo o Partido. São nos Congressos que são definidos os direcionamentos do partido, tanto mais gerais, quanto mais específicos. Principalmente, nestes espaços é onde é eleito o diretório. Existem os Congressos Municipais, os Estaduais e o Nacional. O Congresso então, desde que devidamente realizado de acordo com o estatuto, é o espaço maior de decisões, de modo coletivo e democrático. Nessa época da fundação do PSOL Carioca, os congressos tinham um intervalo de dois em dois anos, o que estipulava o tempo de gestão de cada diretório. Posteriormente, a gestão passou a compreender um triênio.

A mudança na direção partidária atual estava prevista para ocorrer no ano de 2020. Grande parte da movimentação em torno do processo congressual pode ser percebida no trabalho de campo presencial dessa pesquisa, com a interpelação de informativos e alguns debates nos eventos que foram acompanhados no âmbito da observação em campo. Nesse

período, ocorreram algumas plenárias de base do período pré-congressual e teses foram produzidas. Porém, devido à pandemia do COVID-19 e à impossibilidade de prosseguimento, o processo foi interrompido e os mandatos vigentes (a nível municipal, estadual e nacional) prorrogados até o início de 2021³⁸.

Antes dos congressos existe o chamado Período Pré-Congressual. Os Congressos possuem uma Comissão Organizadora, formada ainda no período pré-congressual e responsável por estipular prazos, etapas e regulamento, tudo sob a forma de edital. Esse período pré-congressual está dividido em várias outras etapas. A primeira etapa corresponde às plenárias de base. No município do Rio, essas plenárias de base acontecem por zonais: são duas plenárias na Zona Oeste, com a subdivisão de Zona Oeste 1 e 2, por ser uma região muito extensa e de realidades socioeconômicas muito distintas; uma na Zona Sul; outra no Centro; e mais duas da Zona Norte, sendo uma delas a plenária da Grande Tijuca. Essas plenárias são “abertas a toda militância”, mas somente os filiados têm direito a voto. São nessas plenárias em que se decidem as teses e as delegações do Congresso. No Congresso só tem poder de voto delegadas e delegados, eleitos nas plenárias de base, mesmo que todo militante tenha direito a acompanhar o evento.

A eleição do Diretório ocorre por teses, as teses são grandes textos construídos coletivamente e cada tese é elaborada por um grupo político do partido. Esses grupos podem corresponder a uma corrente, a um conjunto de correntes ou a grupos de independentes. Essas teses dizem respeito aos rumos do partido, inserindo-se em um debate de programa geral. Elas buscam abarcar tanto o que o partido deve ser para fora, quanto internamente. Diferentes grupos podem fazer alianças para construção de um projeto unitário, consubstanciado em uma tese, para o Congresso. De acordo com um entrevistado:

E aí principalmente as correntes organizadas, que são várias que existem no partido, todas elas vão ter a iniciativa, ou de propor uma tese própria, como algumas correntes fazem- *Não, essa aqui é a tese da CST, essa corrente em específico*. Ou, como a Insurgência costuma fazer, começar a articular um campo político de aliados maior, construir em conjunto uma tese. A gente geralmente constrói uma tese em conjunto com um campo um pouco mais amplo do que só a nossa própria corrente. Então, a gente vai procurar lideranças, vai procurar militantes independentes, a gente marca reuniões, rodas de conversa, a gente vai debater alguns eixos temáticos do debate político e, nesse processo, a gente vai construindo o que a gente chama de tese. (ENTREVISTADO 05, ENTREVISTA REALIZADA EM 13 JUL 2020)

³⁸ A votação em urnas do Congresso do PSOL Carioca ocorreu nos dias 28 e 29 de agosto de 2021. O Congresso Nacional do PSOL, por sua vez, ocorreu nos dias 25 e 26 de setembro de 2021. Disponível em: <https://psol50.com.br/congresso2021/>. Acesso em: 31 dez. 2021

O que legitima uma tese é o número de assinaturas coletadas em torno dela. Toda tese, para ser considerada legítima e seguir no processo, deve ter um número mínimo específico de assinaturas, determinado em edital e variando de acordo com o Congresso. Para além da oficialidade do regimento, esse número de assinaturas funciona, na prática, somente como um piso, visto que existe um peso simbólico em torno dessa coleta de assinaturas. Para a Comissão Organizadora, mediante regulamento, não é central quantas assinaturas uma tese tenha sido capaz de aglutinar, desde que possua o número mínimo, o que, por si só, comprova que ela é minimamente pertinente ao conjunto da militância. Porém, no processo político além edital, quanto mais assinaturas uma tese e seu respectivo grupo político é capaz de coletar, mais forte essa tese é considerada. Essa dimensão das assinaturas, funciona, na verdade, como um endosso da força política de uma tese, e logo, de um grupo que responde por sua autoria.

As teses são defendidas por chapas. As disputas em torno de escolha das teses e chapas são marcadas por dinamicidade, podendo, até o último momento de decisão, serem criadas novas alianças entre chapas e, logo, influenciando na definição das teses. As teses são todas publicadas no site do Partido, para fins de publicização do processo para o máximo de filiados. A votação, logo, diz respeito a teses e ao número de delegados representantes. Nesse momento do processo ainda não está estipulado quem serão esses delegados, ou seja, que pessoas, mas o número de integrantes que formarão essa delegação. Quem indica quem serão esses representantes é a chapa, aquela formada no momento das plenárias de base.

No Congresso, apenas os membros de delegação têm voto, tendo todos o mesmo poder de decisão em qualquer deliberação. Cabe destacar que os congressos municipais, estaduais e o nacional, a escolha de teses e delegação se dá da mesma forma em todos esses níveis, ou seja, o processo organizativo é o mesmo, a partir das mesmas plenárias de base. O que muda de fundamental de um nível para outro é a proporção de delegados eleitos, que varia de acordo com o nível de abrangência: municipal, estadual ou nacional. Na eleição do Diretório, que ocorre no Congresso e mediante votos desses delegados, a votação é proporcional. Dessa forma, não é somente a chapa com mais votos que passa a conduzir o partido, mas o conjunto das forças existentes, proporcionalmente. O Congresso é, assim, a maior instância de decisão do partido e o Diretório a segunda, sendo esta determinada por aquela primeira e constando até a realização do próximo congresso.

É o Diretório que lida com todas as decisões políticas do dia a dia, durante o período do mandato. Existe ainda uma outra equipe, a Executiva. Esse grupo é responsável pela execução de determinadas atividades do Partido. É uma instância menor, composta por um número mais limitado de pessoas. Quem tem a prerrogativa de eleger quem vai compor a

Executiva é o Diretório. Assim, pelo menos em teoria, representa a correlação de forças determinada pelo Congresso. Dentre as tarefas da Executiva estariam questões organizativas, operacionais e burocráticas.

É também no Congresso que é escolhido um presidente. Assim, existe um presidente nacional, presidentes estaduais e municipais. A nível nacional, formam a Comissão Executiva do Diretório: Presidente, Secretário Geral, Segundo Secretário, Tesoureiro Geral, Segundo Tesoureiro, Segundo Secretário de Formação Política, Segundo Secretário de Comunicação, Secretário de Relações Internacionais, Primeira Secretaria de Organização, Segunda Secretaria de Organização, Primeira Secretaria de Movimentos Sociais, Segunda Secretaria de Movimentos Sociais, Primeira Secretaria de Ação Institucional e Políticas Públicas e Segunda Secretaria do mesmo (ESTATUTO, 2017).

É esta instância da executiva que lida com o financeiro, com a contratação de funcionários na sede, com a organização prática de atividades, o processo eleitoral, entre outros. O Diretório estaria circunscrito a debates essencialmente políticos. Um dos entrevistados utilizou o termo “profissional” para se referir às questões com as quais lidam essa instância. No entanto, é necessário destacar que a partir da observação sistemática do desenrolar do processo eleitoral de 2020, longe do que foi afirmado, pode-se perceber que essa direção da Executiva é também uma instância bastante “política” e influente no processo eleitoral, longe de uma noção de um trabalho “técnico”. É, nesse sentido, útil a noção de zonas de incerteza de Panebianco (2005) e a própria concepção de coalizão dominante. Esse poder que detém a Executiva define, por exemplo, quem pode se candidatar.

Quanto as eleições a cargos de representação nas câmaras municipais estaduais, sendo prefeitura, governadoria e presidência da república, constituem eventos mobilizadores do Partido, com atribuições diferenciadas. A sede fica responsável pela condução das campanhas das candidaturas ao Executivo. Quem conduz as campanhas para o legislativo são os próprios candidatos e suas correntes. Nesta perspectiva eleitoral, o PSOL trabalha com a concepção de “programa-movimento”, buscando a construção de um programa político-partidário que estaria inspirado enquanto movimento social, com a proposta de acolher organizativamente as demandas construídas na base. Nesse sentido, os setoriais e, principalmente, os núcleos são espaços importantes, por serem aqueles internos ao partido para organização das demandas da base.

4.2 As Instâncias de Base

No PSOL do Rio de Janeiro constam dois tipos de organização para articulação da militância na base: setoriais e núcleos. De acordo com o estatuto do partido (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2010), todo filiado deve engajar-se em suas atividades políticas de base. Os núcleos, ainda que existam no estatuto, assumem no Rio de Janeiro contornos mais particulares.

De acordo com o documento, os núcleos de base seriam agrupamentos baseados em “regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário” (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2010), afim de organizar a militância em torno do debate de temas da atualidade, impulsionar a militância em prol das diretrizes instituídas pelas outras instâncias organizativas do partido e realizar atividades de formação. A partir desses núcleos que viriam a se organizarem as setoriais, segundo o estatuto, “tais como a da mulher, do movimento negro, dos homossexuais, dos indígenas, dos estudantes, do movimento sindical, e todos aqueles que possam ser incluídos pelo Partido” (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2010).

Os setoriais estão diretamente ligados a eixos temáticos específicos, em uma atuação articulada a movimentos sociais organizados. Organizam-se em âmbito municipal, regional e nacional. Tem atuação permanente e cumprem um papel de formulação partidária. Tem participação, através de seus representantes, nas reuniões do Diretório de seu respectivo âmbito e em suas comissões executivas. Seus representantes, das setoriais de nível nacional, compõem coletivo junto a dirigentes da Secretaria de Movimentos Sociais do partido. Assim, são esses espaços que funcionam como canal de demandas mais amplas e externas ao partido, adquirindo importância então na construção da atuação partidária.

No município do Rio de Janeiro constam as seguintes instâncias setoriais de base: Setorial de Mulheres, Setorial de Favelas, Setorial de Negritude, Setorial de Cultura e Comunicação, Setorial de Saúde Vitor Valla, Setorial Ecosocialista, Setorial LGBTQIAP+, Setorial Jurídico e o Setorial de Políticas sobre Drogas/Antiproibicionista. Os grupos que existem nessa categoria variam também de acordo com a articulação das pessoas de determinada localidade e suas lutas, trazendo também um aspecto conjuntural e histórico de como se articulam as lutas em determinada localidade.

Já os núcleos, no PSOL do Rio de Janeiro, aparecem para articular pessoas de determinada área, por local de moradia, trabalho e/ou estudo, a partir das pautas ligadas às

necessidades daqueles que vivenciam determinada localidade, geralmente um bairro ou conjunto deles. Conforme narrativa do Diretório, os setoriais e, principalmente, os núcleos, são lugares privilegiados, por serem aqueles espaços internos ao Partido de organização das demandas da base. Em entrevista, o mesmo participante da Executiva afirma:

Isso [nucleação] foi fundamental naquele momento [eleições municipais de 2016, quando Marcelo Freixo vai ao segundo turno contra Crivella] e principalmente por que a gente também fazia uma aposta estratégica na cidade via processo eleitoral de construção do programa movimento, que é essa ideia de construção programática num diálogo constante com a base, trazendo movimentos sociais pra contribuir e em processo sempre. O programa movimento não é somente pra criar um programa eleitoral, mas é também para atualização programática do próprio partido. (ENTREVISTADO 01, ENTREVISTA REALIZADA EM 31 JAN 2020)

Núcleos começam a se organizar na cidade ainda em 2007, como necessidade estabelecida pelo estatuto para a dinâmica de articulação para o Primeiro Congresso Nacional do partido, que veio inclusive a ocorrer no município. Os núcleos de base estão concebidos no estatuto do partido de forma ampla (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE, 2010):

Art. 61 - Os Núcleos de Base formar-se-ão em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais, e todos aqueles que possam ser considerados importantes pelo Programa partidário.

O caráter territorial dos núcleos no município aparece no discurso dos agentes partidários como pioneirismo do PSOL do Rio de Janeiro. Núcleos por localidade e/ou região também constam no PSOL do município de São Paulo, com narrativa muito similar a existente no Rio de Janeiro, inclusive com a utilização da palavra “nucleação” como estratégia política para ampliação das bases e defesa do espaço público³⁹. Não foi possível a essa pesquisa averiguar a dimensão e as dinâmicas ou pormenores do formato que assumem os núcleos no município de São Paulo, a fim de uma comparação justa.

Cabe delimitar uma questão observada na organização do PSOL Carioca. Muito além da categoria bairro usada enquanto sinônimo de espaço ou extensão de chão, o que está tentando buscar é uma noção de comunidade ligada as localidades. Em teoria, abriasse, com a existência e atuação dos núcleos, uma via de mão dupla: demandas dos territórios e comunidades podendo ser elaboradas e/ou vocalizadas utilizando-se dos espaços do partido e o

³⁹ Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/events/os-mandatos-do-psol-a-cidade-e-a-nucleacao/>. Acesso em: 23 fev. 2022

PSOL, que possui já uma concepção político-ideológica e uma agenda mais ou menos definida, passando a atuar e/ou, ao menos, dinamizar a militância na comunidade e/ou região.

Os núcleos estão intimamente ligados a própria concepção de comunidade e se articulam à noção de direito à cidade, mote da campanha do PSOL para a prefeitura do Rio em 2016, construída em torno das dinâmicas dos núcleos e da Internúcleos (CARTILHA DA INTERNÚCLEOS, 2017). Dentro da campanha “Se a Cidade Fosse Nossa” foram organizados diversos encontros públicos por localidade para discussão das necessidades do território, “Se o [nome do bairro] fosse nosso”, um acúmulo do movimento de nucleação. Houve ainda encontros como o “Se a Cidade Fosse Laica” e o “Se a Educação Fosse Nossa”.

Em termos de organização do PSOL carioca, existem hoje registrados no Rio de Janeiro núcleos territoriais em todas as áreas de planejamento da cidade, totalizando 28 núcleos. Os núcleos são ainda categorizados pelo partido por zonal, sendo eles: Zona Sul/ Centro, Zona Norte e Zona Oeste. Na categoria zona sul e centro estão: Núcleo Botafogo; Núcleo Copanema⁴⁰; Núcleo Largo do Machado⁴¹; Núcleo Pequena África⁴²; Núcleo Tia Ciata⁴³; Núcleo Darcy Ribeiro⁴⁴. Na zona norte: Núcleo 8 de Março⁴⁵; Núcleo Maracajás⁴⁶; Núcleo Grajaú-Andaraí; Núcleo Anticapitalista 1º de Maio;⁴⁷ Núcleo Gonzaguinha; Madureira; Núcleo Manguinhos e Jacarezinho⁴⁸; Núcleo Marielle Franco⁴⁹; Méier; São Cristóvão; Vila da Penha; Núcleo Leopoldina; Núcleo Salvador Allende⁵⁰; Núcleo Vila Isabel. Zona Oeste: Núcleo Bangu; Núcleo Cosmo; Guaratiba e Sepetiba; Marambaia; Marinheiro João Candido⁵¹; Núcleo Marcelo Yuka⁵²; Núcleo Jacarepaguá; Núcleo Resistência Ecosocialista⁵³.

⁴⁰ O núcleo aglutina em seu nome os bairros limítrofes de Copacabana e Ipanema.

⁴¹ Importante praça no bairro de Botafogo.

⁴² Pequena África é como é conhecida a zona portuária do Rio de Janeiro, por seu lugar histórico de resistência negra. No núcleo do PSOL, articulam-se filiados da Lapa e do Centro.

⁴³ Homenagem a Tia Ciata. Reúnem-se militantes do Estácio, Catumbi e Rio Comprido.

⁴⁴ Referência ao antropólogo, político e educador Darcy Ribeiro.

⁴⁵ Núcleo da Ilha do Governador. Nome faz referência a luta das mulheres, na forma do Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

⁴⁶ Núcleo também da Ilha do Governador.

⁴⁷ Organizam-se os bairros da Grande Tijuca. Faz referência a luta dos trabalhadores, na forma do Dia do Trabalhador, 1º de maio.

⁴⁸ Também conhecido como Núcleo Jacaré-Manguinhos.

⁴⁹ Antigo Núcleo Maré, renomeado em homenagem a Marielle Franco.

⁵⁰ Em memória de Salvador Allende, liderança chilena deposta pela ditadura de Pinochet. O núcleo também é designado pelo nome “suburbano”.

⁵¹ O núcleo homenageia João Candido, importante liderança negra na história do Rio de Janeiro. João Cândido Felisberto, o “almirante negro”, como ficou conhecido, foi líder da Revolta da Chibata, rebelião do começo do século XX contra os maus-tratos racistas dentro da Marinha brasileira. No episódio, navios foram ancorados na Baía de Guanabara com canhões apontados para a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

⁵² O Núcleo, de Campo Grande, homenageia Marcelo Yuka, músico e ativista candidato a vice-prefeito pelo PSOL em 2012. O músico, um dos fundadores da banda O Rappa, foi filiado ao PSOL por 8 anos, até sua morte, em 2019.

⁵³ O núcleo abrange os bairros do Recreio, Barra e Vargens.

Os nomes dos núcleos são escolhidos por seus próprios participantes, de forma coletiva. Alguns núcleos articulam em seus nomes a memória de lideranças ou lutas importantes, como o Núcleo 8 de Março, da Ilha do Governador, pelo Dia Internacional da Mulher, ou o Núcleo Tia Ciata, dos bairros do Estácio, Catumbi e Centro, que homenageia a Tia Ciata, importante liderança política, cultural e religiosa brasileira⁵⁴. Outros, mencionam de forma direta as localidades que abrangem, como o Núcleo Méier, do Grande Méier.

Alguns núcleos são de apenas um bairro, outros de vários bairros de uma região. No vocabulário do discurso do Partido, utiliza-se os termos bairros e favelas, como dupla para designar a diversidade das localidades no espaço urbano do Rio de Janeiro⁵⁵. Apenas dois núcleos são exclusivamente de favelas, o Núcleo Maré e o Núcleo Jacaré-Manguinhos. Alguns outros núcleos de conjunto de bairros também contam com favelas.

O fato de os núcleos estarem registrados junto ao Diretório Municipal não significa, necessariamente, estarem organicamente ativos, com mobilização e encontros periódicos. Essa verificação e articulação é papel da Internúcleos, uma instância diretamente vinculada ao Diretório Municipal. A instância tem como objetivo funcionar como ponte entre os diferentes núcleos entre si e entre eles e a direção municipal.

A Internúcleos do PSOL Carioca foi fundada já no seu 1 Congresso, em 2013. Naquele momento, a Internúcleos foi criada com a existência prévia e contribuição dos núcleos de Botafogo-Copacabana, Maré (posteriormente renomeado de Núcleo Marielle Franco), Núcleo Marinheiro João Cândido, Núcleo Barra-Jacarepaguá, Núcleo 1º de Maio, da Grande Tijuca, e Núcleo Largo do Machado (CARTILHA DA INTERNÚCLEOS, 2017). Um marco para a expansão dos núcleos e esse caráter territorial que foi assumindo é o ano de 2012⁵⁶ e, depois, de 2016, eleições em que o PSOL obteve visibilidade e grande número de votos na disputa para a Prefeitura. Foi dentro do contexto das atividades da Internúcleos que foi construído o Se A Cidade Fosse Nossa, que se tornou a campanha de 2016 do PSOL para a disputa a prefeitura (CARTILHA DA INTERNÚCLEOS, 2017).

⁵⁴ Tia Ciata, ou Hilária Bastista de Almeida, nasceu em 1854, em Santo Amaro, Bahia. Ainda no Recôncavo Baiano, engajou-se na Irmandade da Boa Morte, tradicional e histórica associação de mulheres negras de cunho político-religioso. Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 22 anos e ocupou diversos endereços da região central da cidade, conhecida como Pequena África. Foi quitudeira, respeitada mãe de santo, tia baiana, partideira e importante liderança política, religiosa e cultural. Sua casa foi considerada o berço do samba, ponto de encontro de trocas que efervesciam a cena preta na cidade.

⁵⁵ Deve-se notar que a dicotomia bairro e favela se insere em um debate prévio existente no Rio de Janeiro, relativo ao espaço urbano do município, que remonta a antiga oposição asfalto x favela e suas contraposições.

⁵⁶ Em 2012 a chapa do PSOL obteve 28,15% dos votos, tendo ficado em segundo lugar na disputa, que se encerrou no primeiro turno elegendo Eduardo Paes (PMDB).

É a Internúcleos que regulamenta também a fundação de novos núcleos. A criação dessa instância ganhou sentido para os militantes primeiramente por terem constatado, fruto da dinâmica de campanha, a criação de muitos núcleos territoriais. Formalmente, é necessário que seja construída uma ata do encontro de fundação, com a presença de um representante do Diretório Municipal e a assinatura dos presentes. Segundo um dos fundadores da Internúcleos, em entrevista, a Internúcleos do PSOL Carioca seria a primeira Internúcleos a ser fundada dentro do PSOL, em todo o Brasil. Surgiu, posteriormente, a demanda de que a instância incorporasse o mesmo trabalho de articulação em relação as setoriais, que a renomeou então para Internúcleos/Intersetoriais. O que fica evidente é o papel de enraizamento projetado para os núcleos no município, como estratégia política de crescimento partidário.

Os núcleos são instâncias de base então pautadas em território. Carregam a função de congregar militantes por local de moradia ou trabalho, e de organizar, politicamente, as pautas e demandas, relacionadas a um espaço urbano específico. As eleições, para o partido, assumem um papel de janela de comunicação e visibilidade com o grande público. Pelos ditames da sociedade brasileira, é o momento em que os cidadãos se voltam, pela obrigatoriedade do voto e pela emergência do assunto na vida pública, para a política. O período pós-eleições é, para o PSOL, o de construção da campanha de filiação e da tentativa de engajar os recém aproximados na militância do partido, o que inclui os núcleos e as setoriais.

4.3 As campanhas eleitorais

O PSOL disputou sua primeira eleição em 2006, quando lançou Heloísa Helena à Presidência da República. No estado do Rio de Janeiro, Milton Temer foi o nome escolhido pelo partido como candidato a governador. Nenhum dos dois foi eleito. Para o Senado, o Partido não propôs nenhum nome fluminense. De saldo total no Rio de Janeiro, foram eleitos pelo partido Chico Alencar, em uma reeleição para o cargo de deputado federal, agora pelo PSOL e não pelo PT, e Marcelo Freixo, que assumia seu primeiro mandato na política⁵⁷, para deputado estadual.

O partido está presente nas eleições municipais do Rio de Janeiro desde 2008, ano em que formou coligação com o PSTU. Naquele ano, foi eleito vereador pelo PSOL Eliomar Coelho⁵⁸. O candidato vinha de uma vida política no PT, tendo assumido o primeiro mandato

⁵⁷ Em termos de política parlamentar, Freixo havia também sido assessor de Chico Alencar.

⁵⁸ Eliomar Coelho foi filiado ao PT de 1980 a 2005, quando se filiou ao PSOL. Esteve vereador do município do Rio de Janeiro desde 1987. Deixou o PSOL em 2022, para filiar-se ao PSB.

como vereador do Rio de Janeiro em 1987. Ingressou no PSOL ainda em 2005 e foi, já no ano seguinte, candidato a vice-governador de Milton Temer. Sua vitória na eleição de 2008 foi, na verdade, uma reeleição.

Em 2008, o nome escolhido para candidato a prefeito foi Chico Alencar, que estava então o cargo de deputado federal. Chico Alencar começou sua militância política no movimento estudantil, no final da década de 1960, tendo se tornado vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1989, pelo PT. Foi na época o vereador mais votado. Na década seguinte, foi também deputado estadual e passou por diversos outros cargos. Ingressou no PSOL em 2005⁵⁹, enquanto era deputado federal, até então pelo PT. Naquela eleição municipal de 2008, Eduardo Paes (PMDB), com vice do mesmo partido, foi eleito no segundo turno contra Fernando Gabeira (PV). Chico Alencar obteve 1,81% dos votos.

Eduardo Paes estava naquela ocasião sendo eleito prefeito do Rio de Janeiro pela primeira vez, o que veio a se repetir em 2012, mandato seguinte, e em 2020, após a gestão Crivella. Começou sua carreira como sub-prefeito da Zona Oeste, durante a prefeitura de César Maia (PMDB), de 1993 a 1996. Nesse intervalo, filiou-se e desfilou-se do Partido Verde (PV). Quando foi eleito vereador, em 1996, estava já filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL). Foi também deputado federal, de 1999 a 2007. Esteve entre idas e vindas com o PFL e por um breve período esteve filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 2003, foi para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com o qual disputou o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro em 2006. No segundo turno, apoiou Sérgio Cabral (PMDB), que venceu a disputa. Assumiu no novo governo a Secretaria de Esportes e Turismo⁶⁰ do novo governo, além da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) e da Companhia de Turismo do Estado (TurisRio). Deixou o PSDB e foi para o PMDB. Ainda naquele ano, em 2007, ocorreram na cidade os XV Jogos Pan-Americanos, evento tido pelo poder público como uma primeira experiência para construção de uma cultura de realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, projeto político do grupo em questão. Em 2008, quando Eduardo Paes concorreu a prefeito do Rio de Janeiro, teve o apoio direto de Sérgio Cabral. Parte importante da atuação política do PSOL no Rio de Janeiro se baseia na oposição aos mandatos de Eduardo

⁵⁹ Ainda em 2003, Chico Alencar esteve envolvido na polêmica da Reforma da Previdência. Contrário à orientação 98 de seu partido, o PT, absteve-se no primeiro e segundo turno da votação na Câmara. Sofreu sanção do partido, tendo seus direitos partidários suspensos. Desde o início do governo Lula, em 2003, quando também assumiu o cargo de deputado federal, fez críticas à política econômica de Lula e a uma série de nomeações. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alencar-chico>>. Acesso em: 11 abr. 2021

⁶⁰ A fusão das pastas veio a ocorrer exatamente na gestão de Sérgio Cabral, dentro do projeto de um Rio de Janeiro como grande realizador de eventos, como forma de atrair lucros advindos do turismo. Naquele ano, em 2007, ocorreram os Jogos Pan-americanos na cidade, .

Paes na prefeitura, marcados pela realização de megaeventos esportivos e controversas reformas urbanas⁶¹.

Cabe configurar o quadro da disputa eleitoral em 2008: o PCdoB, em coligação com o PSB, lançou Jandira Feghali (9,79% dos votos); o PT, Alessandro Molon (4,97% dos votos); o PDT, Paulo Ramos (1,80%); o PCB, Eduardo Serra (0,08%) e; o PCO, Antônio Carlos Silva (0,03%). No segundo turno, a disputa eleitoral ficou entre Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Gabeira (PV). Avançando na delimitação do quadro, a coligação de Paes, “Unidos pelo Rio”, que contava com quatro partidos (PMDB-PP-PTB-PSL), passou a receber apoio de outros 13 partidos, incluindo a figura de Crivella (PRB), o de Jandira Feghali (PCdoB), bem como do PT⁶², que, tinha então, como objetivo, combater a oposição a Lula, na figura de Gabeira. Gabeira estava coligado com PSDB e PPS e passou a receber apoio do DEM, que era contrário à Eduardo Paes⁶³. Marina Silva (PT), contrariando ao seu então partido, apoiou a candidatura de Gabeira. Diversos artistas manifestaram apoio a Gabeira⁶⁴.

Nicolau e Terron (2012), em uma pesquisa sobre a eleição de 2008 no Rio de Janeiro, usou a expressão “cidade partida” para tratar da relação entre o perfil social dos bairros (ou eleitorado) e a votação em cada candidato. O autor observou que Gabeira obteve mais expressiva votação em bairros de maior renda, enquanto em bairros com população de baixa renda foi Paes quem foi vitorioso.

Na eleição municipal de 2012, o candidato do PSOL foi Marcelo Freixo, que, em 2010, havia sido reeleito ao cargo de deputado estadual pelo Partido. Nessa eleição, Eduardo Paes (PMDB) venceu ainda no primeiro turno, indo para seu segundo mandato, dessa vez com candidato a vice do PT, Adilson Pires. Teve apoio da então governador Sérgio Cabral, da presidenta Dilma Rousseff e de Luiz Inácio Lula da Silva. Sua coligação somava 20 partidos.

⁶¹ Na ocasião da inauguração da primeira fase das obras da Zona Portuária do Rio de Janeiro, renomeado, neste projeto político, de “Porto Maravilha”, o então prefeito Eduardo Paes comparou-se, ele mesmo, a Pereira Passos. Pereira Passos foi prefeito do Rio de Janeiro (1902-1906), conhecido por uma radical reforma urbana do centro do Rio de Janeiro, afim de “modernizá-lo”, ficou popularmente conhecida porém como “Bota-Abaixo”, pela forma removeu os pobres e suas habitações. O planejamento urbanístico de Eduardo Paes teve como palavras-chave os termos revitalização e modernização, com foco na construção de arenas esportivas e na reforma da zona portuária, em prol da preparação para os megaeventos esportivos, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Foi marcado, sobretudo, pela remoção forçada da população pobre dessas regiões a serem “modernizadas”. Disponível em:

[https://wikifavelas.com.br/index.php/O_%E2%80%98progresso%E2%80%99_e_o_direito_%C3%A0_moradia_um_Rio_de_remo%C3%A7%C3%B5es_\(Artigo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/O_%E2%80%98progresso%E2%80%99_e_o_direito_%C3%A0_moradia_um_Rio_de_remo%C3%A7%C3%B5es_(Artigo)). Acesso em: 09 jan. 2022

⁶² Alessandro Molon não esteve presente nos eventos de apoio a Eduardo Paes. Já no fim de 2011, encabeçou a oposição a aliança do PT com o PMDB no estado. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/sob-mal-estar-pt-pmdb-selam-alianca-no-rio-3331972.html>>. Acesso em: 11 abr. 2021

⁶³ O DEM havia pedido a impugnação da candidatura de Eduardo Paes, com base em uma suposta ilegalidade em relação a ocupação do cargo de secretário e sua candidatura. O TSE negou o pedido de impugnação.

⁶⁴ Ver em <<https://www.youtube.com/watch?v=VyJcaDC9C9I>> e <<https://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/rio-de-janeiro/2008/10/21/ult6022u404.jhtm>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

O candidato do PSOL, que era o principal nome da oposição, foi o segundo mais votado, com 28,15% dos votos.

Naquele ano, quatro vereadores foram eleitos pelo PSOL: Paulo Pinheiro, Renato Cinco, Jefferson Moura e Eliomar Coelho. Jefferson Moura esteve na criação do PSOL, desde 2003 e, anteriormente, compunha o PSTU. No PSOL, foi candidato a governador em 2010 e exerceu um mandato como vereador em 2012. Deixou o partido ainda naquele mandato, para construir o Rede Sustentabilidade. Já Paulo Pinheiro ingressou na vida pública no Partido Popular Sindicalista (PPS), foi eleito pela primeira vez em 1996 e entrou no PT no ano 2000. Quando se uniu ao PSOL, em 2011, estava exercendo mandato de vereador pelo PT, tendo sido então reeleito em 2012 na nova sigla. Por último, foi eleito também naquele ano Renato Cinco, figura que iniciou sua militância partidária já no PSOL. Renato Cinco vinha do ativismo pela legalização da maconha e foi reeleito em 2016. Desligou-se do partido recentemente, ao fim de 2020. Naquela eleição, além de não ter sido reeleito vereador, protagonizou junto a outras lideranças uma divergência em relação ao nome do Partido que deveria ser candidato à Prefeitura.

No ano de 2016, foi novamente o nome de Freixo à disputa pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa vez, foi ao segundo turno contra Crivella (PRB, atual Republicanos), candidato bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Eduardo Paes não pode disputar uma reeleição. Para vereança, foram reeleitos do PSOL Paulo Pinheiro e Renato Cinco. Foi naquele ano eleita a primeira mulher negra, pelo partido, a nível municipal, na figura de Marielle Franco. Também foram eleitos, no âmbito do PSOL, pela primeira vez, Tarcísio Motta, David Miranda⁶⁵ e Leonel Brizola Neto⁶⁶. Apesar do Partido não ter conseguido chegar ao Executivo Municipal, foram naquele ano conquistadas 6 cadeiras na Câmara.

Tarcísio Motta, Marielle Franco, Renato Cinco e Paulo Pinheiro tiveram seu maior percentual de votos válidos vindos da 16ª zona eleitoral (Cosme Velho e Laranjeiras). Seguido pela 4ª (Botafogo e Humaitá) no caso de Paulo Pinheiro, Marielle Franco e Renato Cinco e pela 228ª (Maracanã e Tijuca) na votação de Tarcísio Motta. No caso de Leonel Brizola, a zona que deu ao candidato o maior percentual de votos válidos foi a 252 (Copacabana, Ipanema e Lagoa) e a David Miranda, a 166ª (Botafogo e Urca). Todas as zonas eleitorais citadas, com exceção de Maracanã e Tijuca, estão localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro. Sobre as zonas com

⁶⁵ David Miranda anunciou saída do PSOL no início de 2022, para se unir ao PDT. Em seu anúncio, afirma que a escolha se deu em prol da memória do trabalhismo de Brizola e contra a polarização entre Bolsonaro e Lula, que o PSOL teria aderido. David Miranda compunha, no PSOL, o MES. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/01/Carta-aberta-David-Miranda.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

⁶⁶ Leonel Brizola Neto deixou o PSOL em 2021, compondo agora o PT.

maiores percentuais na votação para cada candidato eleito pelo partido naquele ano, ver recorte feito no anexo A.

A eleição de 2016 foi um marco para o PSOL do Rio de Janeiro, por ter conseguido, pela primeira vez, colocar o partido no segundo turno do pleito para a Prefeitura. Isto é, 1.163.662 cariocas acreditaram no projeto psolista de Rio de Janeiro como posição (e não somente oposição). Sob o nome “Mudar é Possível”, o PSOL formou coligação com o PCB. A chapa era formada por Marcelo Freixo e Luciana Boiteux. Naquela eleição, com a proposta de pautar uma construção coletiva, o nome de Luciana Boiteux foi apresentado ao eleitor como uma co-candidatura, em uma co-prefeitura, dentro de um ideal de subversão de hierarquias e, no caso, principalmente, as de gênero. A candidata, que havia entrado no PSOL meses antes, convidada em prol da candidatura, teve como sua maior pauta o feminismo.

A marca da campanha de 2016 foi o programa-movimento “Se a Cidade Fosse Nossa”. Foi lançado ainda em meados de 2015, em um evento no centro do Rio de Janeiro⁶⁷ e contou com a participação de Wladimir Safatle, Raquel Rolnik, Mônica Cunha e Marcelo Freixo. Na leitura, o projeto de cidade vigente estaria marcado pela “falta de transparência pública, na desigualdade social, na destruição ambiental, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na homofobia e no fundamentalismo religioso”⁶⁸, características quais o projeto psolista traria a superação. Dentro do projeto foram organizados diferentes encontros por bairros da cidade, com a concepção de discutir as necessidades de cada território. Os encontros eram intitulados “Se o [nome do bairro] fosse nosso”. Houve ainda encontros como o “Se a Cidade Fosse Laica” e o “Se a Educação Fosse Nossa”.

A concepção do projeto era que fosse mais que uma campanha eleitoral, fosse um movimento social, algo mais amplo, para reunir demandas e formular horizontes para a cidade. Nesse sentido, na leitura de que as campanhas eleitorais seriam somente diretamente utilitárias ao propósito da eleição, prática da qual o Partido estaria almejando se afastar. O lançamento se deu em 2015, no evento aqui mencionado. Sua plataforma virtual ficou ao ar até 2019. Recebeu apoio de artistas e intelectuais como Virgínia Fontes, David Harvey, Raquel Rolnik e outros.

A conjuntura eleitoral do pleito de 2016 para prefeito apresentou alguns pontos em comum com 2008. Em ambas houve o antagonismo entre um candidato à direita e outro mais à esquerda, o que ficou claro no segundo turno. Quanto a votação, a relação entre esta e características socioeconômicas do eleitorado é similar. Como percebe Nicolau e Terron (2012)

⁶⁷ Disponível em: <<https://biblioo.info/se-a-cidade-fosse-nossa/>>. Acesso em: 13 mai.2021

⁶⁸ Ver texto na íntegra em <https://ms-my.facebook.com/psolcarioca/videos/se-a-cidade-fosse-nossa-psol-carioca/1285166628179467/>. Acesso em: 29 jun. 2022

acerca de 2008, com Gabeira (PV) e Paes (PMDB), e como notou essa pesquisa acerca de 2016, é possível um corte na cidade, entre bairros (ou zonas eleitorais) mais abastados apoiando Freixo (PSOL) e mais populares, Crivella (PRB).

Como já comentado aqui, em uma das entrevistas (03), um interlocutor comentou sobre a surpresa e o despreparo que o Partido enfrentou quando se percebeu no segundo turno para a Prefeitura. A ocasião foi o mais próximo que o Partido chegou na disputa do poder Executivo Municipal, ainda que seja um partido com relativa alta representação parlamentar na cidade. Foi aquela a primeira vez que o PSOL foi ao segundo turno na capital fluminense.

Em 2020, o segundo turno para a prefeitura ficou entre Eduardo Paes (DEM) e Crivella (Republicanos), que tentava uma reeleição. Paes tornou-se prefeito com 64% dos votos. O PSOL disputou com o nome de Renata Souza, então deputada estadual, e obteve 3,24% dos votos. Ficou à frente a Delegada Martha Rocha, pelo PDT, e Benedita da Silva, do PT.

Para vereança foram 7 cadeiras conquistadas pelo PSOL: Tarcísio Motta, Chico Alencar, Monica Benicio, Paulo Pinheiro, Thais Ferreira, William Siri e Dr. Marcos Paulo. Tarcísio Motta, Chico Alencar, Paulo Pinheiro e Dr. Marcos Paulo⁶⁹ já haviam ocupado cargo parlamentar pelo partido. Monica Benicio⁷⁰ foi eleita com 22.919 votos, tendo sido essa sua primeira eleição disputada. Já Thais Ferreira e William Siri já haviam pleiteado cargo parlamentar anteriormente pelo partido.

Chico Alencar, Mônica Benício e Thais Ferreira tiveram seu maior percentual de votos vindos da 4ª zona (Jardim Botânico) e Dr. Marcos Paulo e Tarcísio Motta, na 16ª. Paulo Pinheiro, a 211ª (Jardim Botânico). Como pode ser visto no anexo II, outras zonas eleitorais comuns no ranking foram a 5ª (Copacabana), a 7ª (Tijuca), a 9ª (Barra da Tijuca), a 17ª (Jardim Botânico), 8ª (Del Castilho), 14ª (Todos os Santos), 119ª (Barra da Tijuca), a 170ª (Maracanã), 185ª (Taquara), 192ª (Portuguesa), 211ª (Jardim Botânico), 214ª (Méier), 216ª (Del Castilho), 229ª (Maracanã). O candidato com votação mais destoante de seus companheiros foi William Siri, as dez zonas eleitorais que mais votaram no candidato estão localizadas na zona oeste, região de onde é o político.

Na figura 4 estão todos os nomes de candidatos, a nível municipal, estadual e federal, que estiveram disponíveis ao eleitor carioca. Em relação ao Legislativo, considerando o altíssimo número de candidatos, foram inseridos apenas os nomes eleitos, com exceção do Senado.

⁶⁹ Ficou como suplente em 2016, assumiu uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no início de 2019.

⁷⁰ As principais bandeiras de Monica Benicio envolvem a luta de mulheres e LGBTQ+. Monica Benicio entrou para a política após o assassinato de sua noiva, Marielle Franco.

							Chico Alencar
							Mônica Benício
							Paulo Pinheiro
						Renata Souza	Thaís Ferreira
							William Siri
							Dr. Marcos Paulo

· Devido ao grande número de candidaturas aos cargos do legislativo, foram inseridos apenas os nomes eleitos, com exceção do Senado. Candidatos eleitos estão marcados pela cor verde e não eleitos pela cor vermelha.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

5 AS SEMENTES DE MARIELLE

Na noite do dia 14 de março de 2018, notícias explodiram pelos jornais, links em grupos de mensagem, *tweets*, publicações de *Facebook*. Marielle Franco, vereadora do PSOL, havia sido executada no Estácio, centro da cidade. Ainda que muitas pessoas, naquele momento, desconhecassem o trabalho de Marielle, o ocorrido estava posto publicamente: uma vereadora negra, de esquerda, do município do Rio de Janeiro, uma das cidades de maior influência política do país, havia sido executada.

Naquele período, ainda em março de 2018, a candidatura do Bolsonaro já era um cenário claro. Por mais que a violência contra pessoas negras, sabemos, seja constante na história brasileira, havia a especificidade ali de se tratar da execução de uma liderança em cargo parlamentar de destaque, dentro de um suposto Estado democrático de Direito. A notícia foi na mesma noite para os jornais. O assunto foi ao *trending topic* do *Twitter*. No dia seguinte, foi o assunto mais comentado do *Twitter* Mundial. O nome Marielle Franco teve o ápice de buscas na plataforma Google entre 11 e 17 de março daquele ano. Diversos jornais nacionais e internacionais veicularam o ocorrido.

Em todas as entrevistas formais dessa pesquisa, Marielle foi citada, como conhecida próxima, por gente que trabalhava com ela, que militava, que só não esteve com ela no evento que antecedeu seu assassinato por um desencontro da vida. Em todas as entrevistas realizadas, sem exceção, a figura de Marielle foi mencionada. Uma das interlocutoras narrou, em um longo escrutínio, todo o adoecimento que a impediu de estar com a companheira no evento na Casa das Pretas. A violência ocorreu quando Marielle voltava de um evento da campanha 21 Dias Contra o Racismo, na Casa das Pretas, uma ONG feita para formação política e desenvolvimento de mulheres negras.

Marielle Franco foi eleita em 2016 ao cargo de vereadora, com mais de 46 mil votos. Criada no Morro do Timbau, no Complexo da Maré (conjunto de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, forma também o bairro Maré), “cria da Maré”, como ela mesma se referia. Sua militância começou na base, engajada nas demandas de sua comunidade. Foi estudante do pré-vestibular comunitário da Maré, fato importante em sua trajetória.

Sua experiência na política parlamentar se iniciou ainda em 2006, quando se tornou assessora de gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no mandato de Marcelo Freixo (na época, PSOL). Na ALERJ, Marielle Franco compôs por cerca de uma década a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Foi candidata a vereança somente em 2016 e eleita com 46.502 votos.

No breve tempo em que pode atuar como vereadora, mandato que iria de 2016 a 2020, Marielle presidiu a Comissão da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e propôs 13 projetos (9ª Legislatura), entre eles: uma PL para garantir na prática o aborto legal em casos já previstos por lei⁷¹; a PL Projeto Coruja, para criar creches noturnas para responsáveis que trabalhem no turno da noite; outro projeto para a criação de mais casas de parto no município; um último pela construção do Dossiê da Mulher Carioca, para monitoramento da violência contra a mulher a nível municipal. Além de participação em atos e debates na rua, visita a instituições, organização de audiências públicas, campanhas e eventos, denúncias à gestão Crivella, entre outras diversas atividades⁷².

Marielle era socióloga, mestre em Administração Pública. Em sua produção, abordava a violência a partir de uma perspectiva antipunitivista, da justiça restaurativa, buscando pensar um novo modelo de Estado (FRANCO, 2014; 2018). Sua dissertação, intitulada “UPP – a redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, busca compreender que mudanças a política de segurança das Unidades de Polícia Pacificadora de fato representaram, ou seja, se existiram e quais foram as alterações na realidade social das comunidades.

Utilizando do conceito de Estado Penal, de Wacquant (2002), a socióloga conclui que as UPPs, na verdade, reforçam o modelo hegemônico. Inspirada na política aplicada a Medellín (Colômbia), a política das UPPs teria em seu planejamento quatro etapas: intervenção tática, estabilização, implementação e monitoramento. No entendimento da autora, a política carioca nunca passou da segunda etapa, deixando às populações de favela somente um regime militarizado. Comenta ainda que o próprio nome do projeto indica o caminho da manutenção das políticas de (in)segurança, centralizado na polícia. Franco traz então um direcionamento propositivo, de um projeto em que UPPs, sejam, na verdade, Unidades de Políticas Públicas – e não “polícia pacificadora”. (FRANCO, 2014; PINTO, 2019)

A violência política contra Marielle teve como alvo sua atuação militante, familiar a militantes de direitos humanos por todo o Brasil⁷³. Diversas reações de resistência passaram a serem desenhadas desde então, dentro e fora do PSOL. No dia seguinte, foi realizada uma marcha no centro do Rio de Janeiro em memória de Marielle Franco e Anderson Gomes,

⁷¹ Disponível em: <https://prafazerveraler.mariellefranco.com.br/>. Acesso em: 22 mai. 2022

⁷² A íntegra da retrospectiva do mandato de Marielle Franco pode ser vista na página oficial dele, em <https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>. Acesso em: 22 mai. 2022

⁷³ Outros nomes do Partido já haviam sofrido ameaças de morte nos anos anteriores, como o próprio Marcelo Freixo.

motorista que acompanhava a vereadora. Foram registrados atos públicos em outras 19 capitais brasileiras, em homenagem aos dois.

Como pode ser visto mesmo em suas diversas falas e discursos, Marielle se apresentava como mulher, negra, favelada, mãe, parte da comunidade LGBTQIAP+, entre outros. Em uma fala no seminário “Diálogos difíceis, diálogos possíveis: questões contemporâneas dos feminismos”, do Instituto Equit, em 2017:

A gente fez um seminário de mulheres do PSOL no sábado e o tempo todo se falava do quanto a gente precisa estar mais nas favelas, no interior, na construção dessa vida cotidiana e essa é uma das pautas centrais onde a gente tem organizado o mandato, como o debate, ainda, sobre o direito a creche; o debate, ainda, sobre as feiras artesanais de empreendedoras que possam ser viabilizadas pelo Estado, pelo município. Enfim, questões que possam dar um processo autônomo para além do processo conceitual do que está colocado até aqui. Para mim passa pela luta de Direitos Humanos e de um feminismo que é de dia-a-dia. E a gente coloca o mandato, o PSOL, a gente na Comissão da Mulher, à disposição para travar essa disputa muitas vezes conceitual, mas para travar essa disputa da luta cotidiana na prática. (FRANCO, 2018, p. 29)

Sua trajetória política e produção intelectual estavam ligadas a esse lugar, como feminista negra mãe LGBTQIAP+ e de favela, entre vários outros.

5.1 O Feminismo Negro

Mulheres negras estão historicamente presentes na vida política brasileira, ainda que sub-representadas (ABREU, 2021). O feminismo negro parte da luta das mulheres negras em torno de suas pautas, subvertendo a cristalização das categorias e lutas de mulheres e negros como apartadas entre si.

A frase histórica “Não sou eu uma mulher?”, famoso mote do discurso de Sojourner Truth, reflete bem o estado da construção do debate entre o gênero e a raça. O discurso foi proferido em 1851, em uma convenção de mulheres nos Estados Unidos. No episódio, em que se debatia o sufrágio feminino, um homem declarou-se contra utilizando de argumentos baseados em uma fragilidade feminina tida como natural. Sojourner Truth, mulher negra, argumentou, a partir de sua vivência de trabalhos no campo, de modo a desmontar o mito da feminilidade frágil enquanto categoria universal, na medida em que realizava tarefas que seriam lidas como masculinas para os padrões de feminilidade brancos e burgueses de sua época. Após os relatos, sua frase entoada “Não sou eu uma mulher?” denunciava a existência de uma diversidade dentro da própria categoria de mulher, além de mostrar os atravessamentos de raça

e classe como variáveis na divisão sexual do trabalho e nas relações de gêneros. Mais tarde, a frase tomou também uma dimensão de resposta às mulheres brancas. Nos Estados Unidos, por mais que muitas mulheres tenham engajando-se na luta abolicionista do século XVIII, nem sempre se refletia em uma ação ou revisão de suas atitudes racistas contra negros, em geral, ou contra mulheres negras, em específico (DAVIS, 2016).

Gonzalez (2020) assinala como a mulher negra é historicamente excluída no movimento feminista no Brasil, alheio a opressão racial. Aborda ainda como, no país, os grupos de mulheres negras emergem nos próprios movimentos negros (GONZALEZ, 2020), como forma de se organizarem também contra o machismo.

Historicamente, mulheres negras têm que lutar contra o patriarcado colonial (branco) e dinâmicas machistas e misóginas em geral, ao mesmo tempo em que tem que defender homens negros, constantemente acusados de propensos a violência sexual e estereotipados como maus pais e companheiros pela hegemonia branca (DAVIS, 2016), o que apaga a pluralidade de masculinidades presentes entre os homens negros e alimenta o racismo. Gonzalez (2020) explica como a articulação entre gênero e raça é uma luta histórica das mulheres negras no Brasil:

Nos encontros e congressos feministas brancos, mulheres negras eram frequentemente consideradas "agressivas" ou "não feministas" por conta de sua insistência em que o racismo precisava da parte da luta feminista, já que, assim como o sexismo, eram igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração. (GONZALEZ, 2020, p. 163)

A experiência de mulheres negras no geral e sobretudo das mulheres negras na política desafia a categorização simplificadora de gênero e raça como opressões separadas ou excessivamente particulares, diferentes e/ou distantes: “A reivindicação de mulheres negras não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres negras tenham que escolher entre a solidariedade com homens negros ou com mulheres brancas, entre “raça” ou gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto sua história” (KILOMBA, 2019, p. 108).

Kilomba (2019) explica essa dimensão da indissociação entre raça e gênero, negligenciada pelo feminismo hegemônico:

"Raça" não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da "raça". A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de "raça" e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem

como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como construções de gênero e de "raça" interagem. (KILOMBA, 2019, p. 94)

A polarização entre raça e gênero e cristalização dessas como lutas apartadas funciona em prol da invisibilização de mulheres negras, devendo-se então pensar essas opressões como interseccionais, e não cumulativas (KILOMBA, 2019). Gonzalez (2020), Davis (2016) e Kilomba (2019), entre diversas outras autoras, desafiam e expõem as articulações das dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade na sociedade capitalista. Pessoas de minorias sociais lidam, na maioria das vezes, com múltiplas estruturas opressivas. Assim é possível pensar os entrecruzamentos entre raça, gênero, sexualidade e a própria exploração capitalista.

Esse engendramento entre gênero, raça e classe estava bem circunscrito na atuação política de Marielle. Isso pode ser notado, por exemplo, quando ela sublinhava ser uma mãe de favela, levantando a maternidade a partir da favela, em suas vivências e pautas⁷⁴. Partia de um lugar social que se refletia no seu fazer político, como pode ser visto no conteúdo dos projetos de lei lançados por seu mandato, conforme anteriormente citados. Inclusive mostrando a subversão da relação sujeito e objeto, relação esta tão cara à colonialidade (KILOMBA, 2019), na construção de políticas.

Um discurso de Marielle se tornou muito famoso, visualizado milhares de vezes nas redes sociais após o ocorrido no dia 14 de março. Nele, ao receber palavras de ódio de um homem na tribuna da Câmara interrompendo sua fala, ela entoou: “Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa”⁷⁵. Naquele discurso, do dia 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Marielle pronunciou:

⁷⁴ Acerca do movimento político de favelas, Gonzalez (2020) explica: “Enquanto o movimento negro teve origem nos setores da classe média negra, o movimento de favelas foi criado pelo subproletariado urbano, habitante das favelas e regiões periféricas, em associações de moradores. Vimos antes que a população das favelas, em especial nos grandes centros urbanos do Sudeste (Rio e São Paulo), cresceu enormemente e hoje constitui uma parcela significativamente alta dessas populações urbanas. Suas reivindicações dizem respeito a melhores condições de transporte, moradia, educação, saúde etc. e a questões sobre os títulos de propriedade das terras que ocupam. Desnecessário dizer que a presença de mulheres negras no movimento negro tem sido muito significativa. Dado o seu caráter inovador em termos da sociedade brasileira, o movimento de favelas (como o movimento negro, que iniciou o processo de germinar uma consciência nacional antirracista) também influenciou setores da classe média branca na organização do que veio a ser conhecido como os movimentos de bairros. Em termos de Rio de Janeiro, por exemplo, temos dois tipos de organização que correspondem a ambos os movimentos: a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), um movimento de favelas, e a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), um movimento de bairros.” (GONZALEZ, 2020, p. 162)

⁷⁵ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/quebrandootabu/videos/eleitas-marielle-franco/734179084061629/>. Acesso em: 23 jun. 2022

Este 8 de março é um março histórico, um março em que falamos de flores, lutas e resistências, mas um março que não começa agora e muito menos é apenas um mês para pautar a centralidade da luta das mulheres. A luta por uma vida digna, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo direito à vida das mulheres precisa ser lembrada, e não é de hoje, é de séculos, inclusive com origem em séculos passados, quando nas greves e manifestações, principalmente as russas, no período pré-revolucionário, mulheres lutaram com firmeza, lutaram pelos direitos trabalhistas. Eu fico muito à vontade porque esta Tribuna, este lugar legítimo, que não ocupamos só no 8 de março, é onde podemos falar contra as reformas da Previdência, onde podemos falar sobre a nossa posição em oposição ao Governo Marcelo Crivella, onde podemos falar sobre o processo da intervenção federal. E ocupar este dia no Grande Expediente, na luta por direitos, vem reforçar o simbólico e o objetivo da luta das mulheres.

Mas a luta das mulheres começa, como falei, lá atrás, na revolução em que comemoramos, lutamos e reverenciamos, em 2017, um século da luta das mulheres indígenas por demarcação; da luta das irmãs mulheres negras, que vieram antes de nós, que resistiram a tamanho absurdo que foi o período da escravidão; da luta pelo fim de toda forma de opressão, que se reflete no racismo, na misoginia, na luta contra o patriarcado. Assim, seguimos lutando.

Nele, é possível entender a visão sobre o feminismo da qual partilhava a liderança. Um feminismo com memória na luta soviética, na luta indígena por demarcação, na luta das mulheres negras contra a escravidão etc. Todas lutas de mulheres, com mulheres em posições de liderança e resistência. Principalmente, articulando gênero enquanto categoria não cristalizada, que se intersecciona com outras demarcações sociais, produzindo assim vivências amplas. Ainda mais além, pautando gênero e quaisquer outras categorias a partir de uma perspectiva centrada na luta dos dominados.

Para além da violência sofrida por mulheres negras em geral, objeto de discriminações que passam pelo racismo e sexismo, animalizadas, tanto no lugar de produtoras (trabalho), como reprodutoras, ao longo da história⁷⁶, e vistas na qualificação de “domésticas e mulatas” (GONZALEZ, 2020, p. 59), mulheres negras que adentram a política institucional são objeto de ainda mais violência, relacionada a tentativa de cerceamento de seus direitos políticos. O Brasil é um dos países que mais matam militantes de Direitos Humanos no mundo, sobretudo da luta ambiental e de direito à terra⁷⁷.

Segundo relatório da ONU Mulheres, a violência política contra mulheres é “toda ação ou omissão - incluindo a tolerância – baseada no gênero, com o objetivo de restringir e/ou

⁷⁶ No sistema colonial, as mulheres negras não são tidas apenas como produtoras, como força de trabalho, mas também reprodutoras. “De modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade brasileira a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata.” A mulata, como produto de exportação. Ver mais em GONZALVEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁷⁷ Ver mais no relatório da Anistia Internacional. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/documents/pol10/4870/2022/bp/>. Acesso em 29 jun. 2022. E no relatório da Global Witness. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>. Acesso em: 29 jun. 2022

anular o exercício de seus direitos político-eleitorais” (PNUD; ONU MULHERES; IDEA, 2020, p. 161). Em mapeamento produzido pelo Instituto Marielle Franco acerca da violência eleitoral contra mulheres negras candidatas em 2020, em todo o Brasil e de diversos partidos, concluiu-se que essas violências passam pela dimensão física, sexual, institucional, virtual (praticada na internet) e outras. Quase metade das participantes relatou ter sofrido algum tipo de violência física no período de eleições, houve ainda relatos de ataques racistas e ameaças de morte. Ao estudar as violências políticas contra as integrantes da Mandata Nossa Cara, mandato coletivo composto por três mulheres negras de periferia, também do PSOL, em Fortaleza-CE, Lindenmeyer e Lima (2021) observaram também o impacto negativo na saúde mental das parlamentares.

5.2 “Não serei interrompida”

A morte de Marielle assume uma dimensão muito importante, para a política brasileira, fluminense e carioca e, principalmente, para o partido aqui estudado. Essa consideração soa até óbvia, por mais que sociologicamente nada o seja: trata-se do assassinato de uma jovem política, negra e LGBTQIAP+, vereadora, conhecida precisamente pela sua luta por direitos humanos, dentro de um contexto de ascensão do bolsonarismo, em um ano de eleição. É possível observar quantas vezes o nome da parlamentar aparece em discursos de lideranças, disponibilizados em plataformas digitais, ou no número de vezes em que seu nome se repete na página oficial do partido.

Crucial compreender que a morte, precisamente da forma como ocorreu, foi marcante ao Partido aqui estudado e seus militantes. Não houve nenhuma entrevista, ainda que o nome de Marielle não tenha sido citado em nenhum roteiro, em que não tenha sido mencionada sua figura. Na entrevista a uma liderança da Internúcleos/Intersetoriais, foram enfatizados dois acontecimentos do ano de 2018 como desestimuladores e desarticuladores das atividades na instância.

“[...] com a conjuntura, período terrível por um milhão de motivos, ascensão da extrema direita, morte, antes disso, morte da nossa companheira, que abalou, a Marielle, o assassinato dela que abalou bastante grande parte da militância. E acabou que, por exemplo, durante 2019, né, o ano, primeiro ano aí do governo Bolsonaro, dessas duas tragédias que aconteceram em 2018, do assassinato político da Mari e da eleição do Bolsonaro, houve uma desarticulação, a Internúcleos praticamente não existiu em 2019. Teve essa crise política assim, de desorganização, de desarticulação.” (ENTREVISTADO 05, ENTREVISTA REALIZADA EM 13 JUL. 2020)

Em algumas dessas entrevistas, seu nome foi citado de forma bastante sensível e pessoal: militantes que trabalhavam diretamente com ela narravam episódios em que estiveram juntos. Marielle, nesse campo político, passa então para a dimensão simbólica. Em torno de seu legado, é muito frequente a comparação a uma planta: flor que germina, sementes que se espalham, brotam e crescem.

É fundamental então pensar as narrativas e o legado de Marielle, a partir dos discursos criados em torno dela. Isto é, a revisitação de seu legado e a construção de discursos se dá em torno da memória. A memória de Marielle, por sua vez, é usada criativamente, tanto porque não existe imparcialidade, ou porque memória é construída no presente, ou, por último, pela vida política ser mediada por relações diversas. Assim, não só se revisita a memória dela, mas se cria uma elaboração simbólica de seu legado.

Além do impacto na vida política brasileira, das esquerdas e do partido em questão, o assassinato de Marielle⁷⁸ enquanto fato político segue sendo bastante estudado pelas ciências humanas. Parte considerável dos estudos focam na disputa de narrativa, sobretudo nas redes, sobre o assassinato e a própria Marielle, desencadeada por falsas informações. São exemplos que versam a disputa de narrativas e *fake news* em relação ao caso os trabalhos de Soares et al (2019), Oeiras et al (2018), Biar e Paschoal (2020), Freitas (2020), Oliveira, Conceição Lima e Camargo Penteado (2020), entre diversos outros. Além dessas pesquisas e dialogando com essa dimensão do discurso de ódio, estão trabalhos que centram na discussão o racismo nos discursos pós-assassinato, como Danin e Júnior (2018). Outros, ainda, focam no legado de Marielle, como Lima (2017), Costa (2021), Silvério (2021), Silva, De Castro e Giacomini (2019), entre diversos outros.

O assassinato de Marielle provocou um impacto gigante, como já mencionado aqui. Como homenagem, seu nome virou nome de praça, placa de rua, compôs refrão do samba-enredo campeão do carnaval de 2019 do Rio de Janeiro, a Estação Primeira de Mangueira. Sua imagem, grafitti nos muros das mais diversas cidades do Brasil e do mundo, estampada em camisetas, cartazes, símbolo de resistência. Em sua homenagem, foi nomeado o Dicionário de Favelas Marielle Franco, ou Wikifavelas, com apoio da Fiocruz e Cnpq, uma plataforma virtual de verbetes sobre favelas e periferias.

O Setorial de Mulheres do Rio de Janeiro também passou a homenagear Marielle Franco em seu nome, ela que foi participante ativa do grupo político. Assim como o Núcleo Maré, do Complexo de Favelas da Maré, de onde era Marielle Franco, que passou a se chamar

⁷⁸ Até a presente data, o crime segue sem resolução, já que ainda não foram encontrados os mandantes do crime.

Núcleo Marielle Franco. Atualmente, a fundação de formação política do PSOL (nacional) também recebe seu nome, a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Em homenagem a vereadora, o nome de Marielle foi adicionado ao título da fundação, que antes era apenas Lauro Campos.

A organização, junto ao Setorial de Mulheres do Partido, construiu o projeto Escola de Formação Política Sementes de Marielle⁷⁹, para fortalecimento de candidaturas de mulheres. Com o objetivo de formação, o projeto é composto por um cronograma de cursos e oficinas, que precedem o período eleitoral. A Escola de Formação Política Sementes de Marielle teve atividade em duas eleições, as municipais de 2020 e as gerais de 2022.

Nesse sentido, é importante destacar também o Instituto Marielle Franco, ainda que não tenha relação com o PSOL. O instituto é uma organização sem fins lucrativos criado por iniciativa da filha, da irmã e dos pais de Marielle. A organização gerida pela família tem como pilares: lutar por justiça; defender a memória; multiplicar o legado; regar as sementes. Lutar por justiça relaciona-se ao processo legal quanto a resolução do crime, no sentido da busca pelo mandante político; defender a memória, especialmente diante da disputa de narrativa e das *fake News*; multiplicar o legado, através de ações que sigam os princípios carregados por ela; apoiar outras mulheres, pessoas negras e faveladas a ocuparem o espaço político. Dentre as ações já realizadas está: o Mapa dos Coletivos; a Agenda Marielle Franco; a Plataforma Antirracista nas Eleições; uma pesquisa sobre violência política contra mulheres negras, referenciada aqui anteriormente; a criação de uma HQ⁸⁰ sobre a vida de Marielle, entre outras. Merece especial destaque a Plataforma Antirracista nas Eleições e a Agenda Marielle Franco.

A Pane - Plataforma Antirracista nas Eleições⁸¹ concentrou-se em três frentes: pressão por tempo de propaganda e financiamento proporcionais para candidaturas negras, ação realizada em parceria com a Coalizão Negra por Direitos, a Educafro e o Movimento Mulheres Negras Resistem; a Agenda Marielle Franco; a publicação do livro *A Radical Imaginação das Mulheres Negras*⁸², com textos de Erica Malunguinho, Leci Brandão, Lélia Gonzalez, entre diversas outras. A Agenda Marielle Franco⁸³ constitui-se em uma carta de princípios, formada por 7 práticas e 7 pautas. As pautas envolvem temas como: justiça racial e defesa da vida;

⁷⁹ Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/2020/08/02/participe-da-escola-de-formacao-sementes-de-marielle/>. Acesso em: 16 mai. 2022

⁸⁰ História em quadrinhos.

⁸¹ Disponível em: <https://www.paneantirracista.org/>. Acesso em: 30 jun. 2022

⁸² Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2022

⁸³ O conteúdo da Agenda pode ser visto na íntegra no site oficial da Agenda Marielle. Disponível em: <https://www.agendamarielle.com/praticas/>. Acesso em: 30 jun. 2022

gênero e sexualidade; direito à favela; justiça econômica; saúde pública, gratuita e de qualidade; educação pública, gratuita e transformadora; cultura, lazer e esporte. Em 2020, das candidaturas assinantes, 81 foram eleitas, de 54 municípios diferentes.

Sabe-se que mulheres negras são sub-representadas na política. Como é possível notar, parte considerável das iniciativas em prol do legado de Marielle relacionam-se a excepcionalidade de, enquanto mulher negra, ter conseguido ocupar um cargo de representação política na democracia brasileira. Diversos projetos para fomento da participação e representação política de mulheres negras tiveram inspiração na figura de Marielle Franco. Essas ações visam aumentar quadros de representação política feminina e negra.

Marielle construía o Partido Socialismo e Liberdade há, pelo menos, uma década⁸⁴. Esteve presente no primeiro Congresso do partido no Rio de Janeiro, em 2006. Candidatou-se a vereadora em 2016 e foi eleita com 46.502 votos. Ou seja, compunha a militância do Partido, tinha inserção e uma rede de relações estabelecida. Tinha 46.502 eleitores, que deram seu voto para que a tivessem os representando. Trabalhava na defesa dos direitos humanos. Deve-se considerar, ainda, a brutalidade e o contexto do crime ocorrido. Todos esses aspectos permitem compreender como o assassinato da vereadora torna-se um marco na história do Rio de Janeiro, capital e estado, e do PSOL, Carioca, Rio de Janeiro e Nacional.

Desenhou-se, em um primeiro momento, após o ocorrido, uma série de desentendimentos em torno do legado de Marielle, entre familiares dela e a figura do Partido. Essa questão, complexa, de controvérsias e especulações, não cabe a natureza do trabalho aqui desempenhado. Cabe, apenas, demarcar a vereadora como fundamental a construção do Partido, enquanto militante há mais de uma década, e parte de uma coletividade, enquanto mulher, negra e de favela, com demandas e representação necessárias a qualquer organização que de fato se coloque à esquerda da sociedade brasileira. A violência política ocorrida naquela noite de março marcou a política carioca e nacional e, obviamente, o partido da parlamentar assassinada.

O nome de Marielle passou a receber destaque na esfera de Comunicação do partido. Seu nome constitui hoje aba principal própria no site oficial do PSOL Carioca⁸⁵, deu nome à Fundação de estudos e debates do partido a nível nacional (Fundação Lauro Campos e Marielle Franco), sua imagem estampa material gráfico de capa em todas as redes do PSOL Carioca⁸⁶. Na figura 11, está a arte que é imagem de capa do *Facebook* do PSOL Carioca. No

⁸⁴ Tornou-se assessora de gabinete pelo partido ainda em 2006.

⁸⁵ Disponível em: <https://psolcarioca.com.br/marielle/>. Acesso em: 28 jun. 2022

⁸⁶ Disponível em: <https://twitter.com/PsolCarioca50> e <https://www.facebook.com/psolcarioca/?fref=ts>. Acesso em: 27 jun. 2022

Twitter, a capa é a mesma arte, com pequenas variações ao formato da rede social. Todas as redes sociais do Partido a nível municipal seguem a mesma identidade visual e imagem da capa, com uma arte da foto de Marielle Franco em preto e branco e flores em volta, com fundo roxo e detalhes em amarelo alaranjado e branco (*cores do partido*). No texto, a frase: “Marielle sempre presente”.

Figura 9 - Imagem de capa do *Facebook* do PSOL Carioca



Fonte: perfil do *Facebook* do PSOL Carioca/ acervo da pesquisadora.

Os outros itens da barra de navegação do *site*, no menu central, são: “PSOL Carioca”, onde podem ser encontradas diversas outras subseções de conteúdo, como “Quem Somos”, “Formação”, “Filiação, e outros; “Notícias”; “Bancada”, onde traz-se uma relação de nomes e pequenos resumos da trajetória de cada vereador do partido eleito para a atual gestão; “Núcleos e Setoriais”, com um formulário para filiação, uma breve explicação acerca dos núcleos territoriais, da Internúcleos e das setoriais e uma lista dos núcleos e setoriais existentes, com meio de contato e localização no mapa do município; “Marielle”, que será aqui abordado a seguir; “Contato”, com um canal direto para envio de mensagens ao partido.

Na aba “Marielle” do menu principal do site oficial do PSOL do Rio de Janeiro, o usuário da página, filiado, eleitor ou interessado em geral, encontra: alguns parágrafos sobre a trajetória da política; um resumo de sua atuação parlamentar, com link para reprodução do vídeo em que diz “não serei interrompida”; um trecho intitulado “Sementes de Marielle”, em que o Partido menciona os nomes de Renata Souza, Mônica Francisco, Dani Monteiro, Talíria Petrone e Mônica Benício. Cinco mulheres eleitas depois do assassinato de Marielle Franco, as quatro primeiras mulheres negras e que carregam a bandeira do feminismo negro, eleitas em 2018, e Mônica Benício, mulher branca, viúva de Marielle, eleita em 2020.

A página se encontra dividida em 6 seções. Já no início, a mesma arte da figura 11 é encontrada com uma variação, a frase: “Espaço de memória permanente da vida e luta de Marielle Franco”. Na segunda seção, há um resumo da trajetória de vida da liderança. Em seguida, encontra-se um trecho intitulado “Atuação Parlamentar”, com pequenos textos, sobre o mandato e seus projetos de lei. Ao lado, está disposto uma janela com link para reprodução do vídeo intitulado “Não serei interrompida”, no canal do *youtube* do PSOL Carioca. A fala, já mencionada aqui, fez parte do discurso de Marielle Franco pelo 8 de Março, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 2018.

Na seção seguinte é intitulada “Sementes de Marielle”, momento em que o Partido menciona os nomes de Renata Souza, Mônica Francisco, Dani Monteiro, Talíria Petrone e Mônica Benício. Cinco mulheres eleitas depois do assassinato de Marielle Franco, as quatro primeiras negras e que carregam a bandeira do feminismo negro, eleitas em 2018, e Mônica Benício, viúva de Marielle, eleita em 2020. Ao lado do texto, há o vídeo de um discurso do Pastor Henrique Vieira, em um ato inter-religioso em memória de Marielle e Anderson. Abaixo, na seção seguinte, está um conjunto de falas de Marielle, em formato de citação. Por último, um banco de imagem de atos em homenagem à vereadora, ocorridos ao longo dos últimos 3 anos, como do “Amanhecer por Marielle e Anderson” e do “#1000DiasSemMarielle”. Há também um link para uma pasta de plataforma de armazenamento em nuvem, com material gráfico de livre acesso, para uso nas movimentações políticas.

Figura 10 - Página inicial do endereço eletrônico do PSOL Carioca



Fonte: acervo da autora.

Dentre as diversas informações sobre a trajetória e atuação da parlamentar, observa-se uma reprodução informativa e simbólica de suas contribuições. Nota-se ainda a ênfase na atuação de outros atores políticos inspirados e influenciados por Marielle, tanto na dimensão de continuidade de pautas, quanto de ocupação do espaço político por corpos também femininos, negros e/ou LGBTQIAP+. Partindo de um pressuposto coletivo das trajetórias, o destaque dado às denominadas "sementes de Marielle" tem como objetivo tanto passar uma noção de transmissão de "legado político", quanto demarcar o caráter não individualista e sim coletivo das lutas.

É importante notar que quando Marielle Franco foi eleita, em 2016, foi a primeira mulher negra eleita pelo Partido em todo o estado do Rio de Janeiro. Naquele contexto, era a única. Na eleição seguinte a sua vitória (e posterior ao seu assassinato), o número de mulheres negras eleitas pelo Partido no estado subiu para quatro. Três dessas quatro mulheres negras eleitas em 2018 são de favelas do município, assim como Marielle Franco: Mônica Francisco é do Morro do Borel, na Tijuca; Renata Souza é do Complexo da Maré, também na Zona Norte; Dani Monteiro do Morro de São Carlos, no bairro do Estácio, Zona Central.

Em verdade a eleição de tantas parlamentares, que são mulheres negras, em 2018, significa para o Partido um rumo mais popular. Essa ênfase nesses nomes eleitos aparece no discurso oficial do Partido (no sentido unitário) como um grande movimento de mudança de perfil. Isto é, estaria ocorrendo um movimento de mudança do perfil representativo do Partido, a se consolidar. Esse dado, das representantes negras e de favela eleitas, é comumente usado em conjunto ao crescimento de votos na Zona Oeste.

Nas eleições municipais de 2020, a divulgação das candidaturas a vereança no endereço eletrônico do partido foi exibida em 4 categorias: chapa completa; mulheres; negras e negros; indígenas. A lista de candidaturas indígenas exibia apenas dois nomes⁸⁷: Tereza Arapium e Sérgio Ricardo Verde Potiguara. Na figura 12 está um comparativo do número de candidatura do PSOL por cor/ raça, entre 2016 e 2020, nas eleições municipais de 2016 e 2020.

⁸⁷ Adentrando nas configurações dos setoriais do PSOL Carioca, cabem alguns destaques. Existe o Setorial de Negritude, espaço destinado para engendrar o debate racial. Não consta no PSOL, nem municipal do Rio de Janeiro, estadual ou a nível nacional, um setorial dedicado explicitamente a uma discussão de relações raciais centrada nos povos originários, estando essa subentendida na agenda de debates do setorial ecossocialista.

Figura 12 - Candidaturas do PSOL por cor/raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020

		Branca	Parda	Preta	Indígena
2016	Mulher	11	3	4	0
	Homem	19	13	1	0
2020	Mulher	5	4	8	1
	Homem	15	6	7	1

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE.

Observa-se, entre os dois anos citados, uma diminuição no número de candidatos brancos e aumento no número de negros (pretos e pardos juntos) e indígenas. Isoladamente, há a diminuição no número de pardos, de 16 candidaturas em 2016 para 10 em 2020. O registro por cor/raça no TSE toma a autodeclaração dos candidatos. Não consta, junto ao TSE, em nenhum dos anos, registro de candidatura de pessoas amarelas no âmbito municipal do partido. Houve queda no total de candidatos, que passou de 51 para 47. O número total de mulheres permaneceu constante, ainda que tenha diminuído o número de candidatura de mulheres brancas e aumentado as candidaturas de mulheres dos outros grupos.

Com a eleição municipal de 2020, sete cadeiras da Câmara foram ocupadas por vereadores do partido. Deles, duas mulheres e apenas uma pessoa não-branca. Thais Ferreira foi, naquele ano, a única candidatura negra eleita, com 14.284 votos. Foi eleita também Monica Benicio, noiva de Marielle Franco, em sua primeira disputa a um cargo político. Longe das expectativas, o número de mulheres negras eleitas do partido para vereança não aumentou em relação a 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Algumas Demarcações Fundantes Considerando as Configurações do PSOL

Nota-se que os núcleos de base constam no estatuto do PSOL, presentes desde a formação da militância na cidade, no início do partido. A realização de plenárias por zonais evidencia então a organização da base associada a extensão e diversidade existente no território do município, parte fundamental do período pré-congressual, etapa que antecede os Congressos. A existência de núcleos de base na organização do partido e seu papel como espaço de discussão fundamental no processo congressual está dada desde o primeiro estatuto.

No Rio de Janeiro, contudo, os núcleos de base, frequentemente chamados apenas de núcleos, vão ao longo do tempo assumindo uma outra dimensão, com centralidade no projeto de enraizamento desenhado pelo PSOL Carioca. A estruturação dos núcleos enquanto instância de base e suas atuações passam a estar intimamente ligadas a ideia de território, buscando abarcar assim a heterogeneidade e diversidade de demandas existentes no espaço urbano carioca. Constrói-se então como uma estratégia de “capilarização” no território, inspirado na organização do PT, com setoriais e núcleos territoriais fortes. Esse projeto se reflete, ainda em 2013, na construção de uma instância partidária com objetivo de estimular a criação e articular os núcleos pela cidade, a Internúcleos.

A trajetória dos núcleos e a participação do PSOL em eleições municipais estão intimamente ligadas, isso porque há nesses períodos o aumento da movimentação política geograficamente fixada em regiões da cidade, na forma dos comitês de campanha, e pelas eleições serem um momento de ênfase coletiva naquelas movimentações evidentemente políticas. A eleição de 2012 foi então momento chave para a atuação desenhada nos anos seguintes, por ter sido aquela a primeira eleição em que se obteve um amplo número de votos para a disputa pela Prefeitura. A relação entre o período eleitoral e movimentações nessas instâncias de base é mutuamente influenciada, ambas se retroalimentando (adicionando ainda o papel do próprio Diretório como impulsionador).

A estrutura organizativa dos núcleos torna-se então fundamental à estratégia de crescimento e enraizamento do partido na cidade, ainda que com delineamentos e movimentações consubstanciadas as conjunturas políticas do tempo histórico em questão. Nota-se, por exemplo, no enfraquecimento político da Internúcleos no período após o ano de 2018, ano do assassinato de Marielle Franco e vitória de Bolsonaro na eleição à Presidência da República, assinalado como certo desânimo coletivo, ou mesmo nos esforços posteriores de maior atuação política na Zona Oeste por parte do partido. O aumento de votos na Zona Oeste

e eleição de um número maior de mulheres negras nas eleições de 2018 em relação aos anos anteriores tornam-se então pilares na argumentação em prol do avanço no projeto de enraizamento do partido na cidade.

Marielle Franco foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL em 2016. Naquele momento, foi a primeira mulher negra a ser eleita vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro. Criada no Complexo da Maré, vinha já de uma trajetória de 10 anos de militância no partido. Teve uma atuação intimamente ligada aos movimentos de favela, lutas das mulheres, LGBTQIAP+, entre diversas outras. Foi executada em 2018, quando saía de uma atividade política voltada a mulheres negras, próximo ao centro da cidade. Diversas ações relacionadas ao legado de Marielle Franco foram realizadas dentro e fora do partido.

Uma das narrativas que surge é a de “sementes de Marielle”, que aparece fora e dentro do partido, para abordar o legado de Marielle Franco. Frequentemente é mais especificamente usada para abordar a candidatura, eleição ou mesmo a liderança de outras mulheres negras, de esquerda, impulsionadas pelo trabalho de Marielle Franco. Dentro do PSOL do Rio de Janeiro, porém, ainda que se mencione a candidaturas de mulheres negras como fenômeno coletivo impulsionado pela figura de Marielle Franco, designa-se como semente, especificamente, a eleição de Dani Monteiro, Renata Souza, Mônica Francisco, Talíria Petrone e Mônica Benício. As quatro primeiras, mulheres negras do PSOL, do Rio de Janeiro, eleitas em 2018, para o legislativo estadual e federal, e Mônica Benício, mulher branca, viúva de Marielle Franco, eleita vereadora em 2020. A narrativa de “sementes de Marielle”, construída dentro do âmbito do PSOL Carioca, diferente do que ocorre fora do partido, refere-se então não a um espectro amplo de candidaturas e eleições, mas a certos nomes, mulheres, que mantinham proximidade com a vereadora.

Ainda que o partido tenha dado enfoque ao recorte de cor/raça, dentre outros, das candidaturas a vereança no período de campanha para eleições municipais de 2020, não se observou, naquela eleição municipal seguinte à eleição de Marielle Franco, um aumento no número de mulheres negras do PSOL de fato eleitas no Rio de Janeiro. Foi eleita apenas uma mulher negra, Thais Ferreira, das sete cadeiras conquistadas. A partir do que foi observado nessa pesquisa, sugere-se, para trabalhos futuros, o aprofundamento no recorte de cor/raça nas candidaturas do PSOL para vereança no Rio de Janeiro, relacionando as dinâmicas dos processos de campanha e dados de financiamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gabrielle Oliveira de. Uma (breve) história da participação política de mulheres negras no Brasil republicano 1930 – 2020. *In: A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras* / Ana Carolina Lourenço (Organizadora), Anielle Franco (Organizadora) – São Paulo: Oralituras, 2021, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

ANDERSON, Benedict Richard O.'Gorman. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Editora Companhia das Letras, 2008.

BIAR, Liana de Andrade; PASCHOAL, Fabiola Valle das Chagas. “(Não) Leia os comentários”: a disputa da notícia sobre o assassinato de Marielle Franco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 1051-1069, 2020.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n.2, 2004, p. 34-53.

CARVALHO, Alba M. Pinho de; RODRIGUES JUNIOR, N. S. ; GUERRA, E. C. ; MOURA, L. R. . Ciclos petistas de ajuste e suas contradições: condições sócio-políticas para o golpe de 2019. **Temáticas** (UNICAMP), v. 27, p. 39, 2019.

CONGRESSO NACIONAL DO PSOL, 7., 2021, Brasília: Sede PSOL, 2021, Disponível em: <https://psol50.com.br/congresso2021/> . Acesso em: 31 dez. 2021

COSTA, Leonor Soares. **As rosas da resistência nascem do asfalto**: o legado de Marielle Franco para mulheres negras na política institucional. 2021.

COSTA, Rosa: Enfim um abrigo para os ex-petistas rebeldes: P-SOL. **Estadão**, São Paulo, 07 jun. 2004, Política, p.6
Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040607-40410-nac-6-pol-a6-not>>. Acesso em: 20 abr. 2020

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**.1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em: 23 jan. 2021

COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista a Caros Amigos: publicada em 2010. 2010.
Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/CNC-caros-amigos.pdf>. Acesso em: 16. jun. 2022

DANIN, Renata Almeida; JÚNIOR, José Gracildo Carvalho; REIS, Thiago Rodrigues. Racismo discursivo: O caso Marielle Franco e a cobertura da mídia internacional. **methaodos. revista de ciencias sociales**, v. 6, n. 2, p. 279-289, 2018.

DA SILVA, Julio Cesar Gonçalves. Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v. 2, n. 1, p. 63-98, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE ALMEIDA, Aline Gama; NAJAR, Alberto Lopes. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **RUA**, v. 18, n. 1, p. 120-132, 2012.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, p. 39 – 53, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FONTENELE DE LIMA, Antonio Diogo. **Sorrisos de jovens nas periferias da vida**: o que revelam e o que ocultam de suas experiências e trajetórias. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

FRANCO, Marielle. Diálogos difíceis: violência contra a mulher - estruturante do modelo de exploração e acumulação. *Temáticas*, v. 26, n. 52, p. 23-30, 30 dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11702/7017>. Acesso em: 22 mai. 2022

FRANCO, Marielle. **UPP - A Redução da Favela a Três Letras**: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2014.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O duplo aniquilamento de Marielle Franco: fake news como estratégia para liquidar o inimigo. **Revista Mediação**, v. 22, n. 30, 2020.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO. São Paulo: Sede PSOL, Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/fundacaolaurocampos/> Acesso em: 20 dez. 2021.

GONZALVEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HORÁRIO eleitoral: Gabeira aposta em artistas; Paes, ironiza. **UOL**, Rio de Janeiro, 21 out. 2008, Eleições, Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/rio-de-janeiro/2008/10/21/ult6022u404.jhtm>. Acesso em: 11 mai. 2021

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: vol. 3. 8. e.d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: vol. 5. 4. e.d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. A Violência Política Contra as Mulheres Negras: eleições 2020. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade->

legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>. Acesso em: 27 jun. 2022

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano.: Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

LIMA, Andréa Franco et al. “Marielle virou semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 1, 2019.

LINDENMEYER, Luciana Pereira; LIMA, Geisa Mattos de Araujo. Mandata Coletiva Nossa Cara: Desafios das Mulheres Negras Vereadoras pela Primeira Vez em Fortaleza. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 6, n. 3, 2021

LOPES, Monalisa Soares; CARNEIRO, Isabel Cavalcante. A paridade entre os gêneros na direção do PSOL do Ceará: avanços e limites. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021.

MORAIS, M. **A estrutura organizacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) 2017**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. As bases municipais da votação de Lula em 2006. **Cadernos Fórum Nacional**, v. 6, p. 15-25, 2007.

NICOLAU, Jairo; TERRON, Sonia. Uma cidade partida? As eleições para prefeito do Rio de Janeiro em 2008. *In*: 8 ENCONTRO DA ABCP, Gramado, 1 a 4 de agosto de 2012, 2012.

OEIRAS, Tayla *et al.* Propagação de fake news pelo Movimento Brasil Livre: caso Marielle Franco. *In*: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste–Juazeiro– BA**, 20., 2018.

Oficial de justiça fiscaliza festa do Psol. **Estadão**, São Paulo, 12 jun. 2006, Política Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oficial-de-justica-fiscaliza-festa-do-psol,20060612p58053>. Acesso em 20 abr. 2021

O RIO de Gabeira! [S. l. s.n], 2009. 1 vídeo (29 seg). Publicado pelo canal Gabeira43, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VyJcaDC9C9I>. Acesso em: 11 mai. 2021

PADILHA, A. B. L. **O PSOL nas eleições presidenciais**: desempenho eleitoral e condições socioeconômicas nos municípios brasileiros. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partidos**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Fundação Perseu Abramo**. São Paulo: Sede PT, Disponível em: <https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/> Acesso em: 20 dez. 2021

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Estatuto**, Brasília: Sede PSOL, Disponível em: <http://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em: 20 mai. 2020

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Programa**. Brasília: Sede PSOL, Disponível em <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em: 15 set. 2021

PEIXOTO, Leonardo Ferreira. Quem mandou matar Marielle? - uma conversa com Luyara Franco. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

PINTO, Rodrigo Abreu. **Militarização e normatização capitalista**: a presença das UPPs nas favelas cariocas sob a perspectiva de Marielle Franco. *Dignidade Re-Vista*, v. 4, n. 5, 2019

PNUD; ONU MULHERES; IDEA. Violência política contra as mulheres: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022

POMPÊO, Flávio Sposto. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua**, n. 12, 2007.

PSOL foi o único partido do Brasil a distribuir fundo eleitoral igualmente entre brancos e negros em 2018. **Psol50.org**, 06 jun. 2020, Notícias Disponível em: <https://psol50.org.br/psol-foi-o-unico-partido-do-brasil-a-distribuir-fundo-eleitoral-de-forma-igual-entre-brancos-e-negros-em-2018/>. Acesso em: 12 jul. 2020

“QUANDO a esquerda é racista com uma de nós, ela é racista com todas nós”, diz Thais Ferreira, candidata a vereadora no Rio. **Notícia Preta** 10 out. 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/quando-a-esquerda-e-racista-com-uma-de-nos-ela-e-racista-com-todas-nos-diz-thais-ferreira-candidata-a-vereadora-no-rio/>. Acesso em: 23 jun. 2021

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 44., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 144-154, 2001.

RIOS, Flavia. A questão racial na formação dos partidos brasileiros. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 3, n. 02, p. 164-195, 2014.

ROSE, Richard. **The problem of party government**. 1. e.d. Londres: Palgrave MacMillan, 1974.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; ALBUQUERQUE, Afonso de. PSOL versus PSOL: facções, partidos e mídias digitais. **Opinião Pública**, v. 26, n. 1, p. 98-126, 2020.

SILVA, Ingrid Farias; DE CASTRO, Alessandra Monteiro; GIACOMINI, Sonia. Brasil o seu nome é Dandara, o legado de Marielle e a luta por direitos humanos e cidadania para mulheres negras. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n. 7, p. 48-61, 2019.

SILVA, José Jair Galvão da. **A politização do Judiciário nas tessituras do Golpe de 2016**: do mensalão petista à prisão de Lula. Orientadora: Alba Maria Pinho de Carvalho. 2021. 210

f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. Marielle Franco, Beatriz Nascimento, Presentes! Legados de mulheres negras pensadoras brasileiras. **Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. Especial, p. 118-145, 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 21, n. 3, p. 2-14, 2019.

SOB mal-estar, PT e PMDB selam aliança no Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011, Política
Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/sob-mal-estar-pt-pmdb-selam-alianca-no-rio-3331972.html>. Acesso em: 11 abr. 2021

TARGINO, Rodolfo: Se a cidade fosse nossa. **Blilio**, 16 jun. 2015, Reportagem
Disponível em: <https://biblioo.info/se-a-cidade-fosse-nossa/>. Acesso em: 13 mai. 2021

TRE do Rio de Janeiro realizou a maior adequação do rezoneamento eleitoral (atualizada). **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 25 ago. 2017, Comunicação, Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Agosto/tre-do-rio-de-janeiro-realizou-a-maior-adequacao-do-rezoneamento-eleitoral> Acesso em: 15 set. 2020

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Fundação Heinrich Böll, 2013.

WACQUANT, Loïc. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: BORDIEU, Pierre (Org.). *De l'État social à l'État penal. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. 1980.

ZIRALDO: Declaração de voto. **O Tempo**, Belo Horizonte, 22 jul. 2006, Opinião
Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/ziraldo/ziraldo-declaracao-de-voto-1.201300>. Acesso em: 27 abr. 2021

ZIRALDO: Meu caso com o Lula. **O Tempo**, Belo Horizonte, 14 out. 2006, Opinião
Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/ziraldo/ziraldo-meu-caso-com-o-lula-1.487>. Acesso em: 27 abr. 2021

ANEXO A – Zonas com maior percentual de voto para cada vereador eleito em 2016

Vereadora – Marielle Franco (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	7,4
4	BOTAFOGO, HUMAITÁ	6,43
212	JARDIM BOTÂNICO, LAGOA	6,3
166	BOTAFOGO, URCA	5,59
3	FLAMENGO	5,21
164	BAIRRO DE FÁTIMA, CATUMBI, SANTA TERESA	4,99
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	4,47
7	TIJUCA	4,28
228	MACARANÃ, TIJUCA	4,09
17	GÁVEA, LEBLON	3,98

Vereador – Paulo Pinheiro (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	2,42
4	BOTAFOGO, HUMAITÁ	1,83
164	BAIRRO DE FÁTIMA, CATUMBI, SANTA TERESA	1,78
166	BOTAFOGO, URCA	1,78
7	TIJUCA	1,66
173	GRAJAÚ, VILA ISABEL	1,64
3	FLAMENGO	1,58
228	MACARANÃ, TIJUCA	1,58
19	ANDARAÍ, MARACANÃ, VILA ISABEL	1,55
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	1,53

Vereador – Renato Cinco (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	2,42
4	BOTAFOGO, HUMAITÁ	1,83
164	BAIRRO DE FÁTIMA, CATUMBI, SANTA TERESA	1,78
166	BOTAFOGO, URCA	1,78
7	TIJUCA	1,66
173	GRAJAÚ, VILA ISABEL	1,64
3	FLAMENGO	1,58
228	MACARANÃ, TIJUCA	1,58
19	ANDARAÍ, MARACANÃ, VILA ISABEL	1,55
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	1,53

Vereador – Tarcísio Motta (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	9,73
228	MACARANÃ, TIJUCA	8,76
3	FLAMENGO	8,39
4	BOTAFOGO, HUMAITÁ	8,11
7	TIJUCA	7,97
6	AFONSO PENA, PRAÇA DA BANDEIRA E MARACANÃ	7,82
173	GRAJAÚ, VILA ISABEL	7,81
166	BOTAFOGO, URCA	7,79
170	ANDARAÍ, TIJUCA, VILA ISABEL	7,63
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	7,53

Vereador – David Miranda (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
166	BOTAFOGO, URCA	1,05
4	BOTAFOGO, HUMAITÁ	0,82
3	FLAMENGO	0,78
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	0,77
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	0,77
252	COPACABANA, IPANEMA, LAGOA	0,75
206	COPACABANA	0,72
5	COPACABANA, LEME	0,68
18	COPACABANA	0,68
205	COPACABANA	0,68

Vereador – Leonel Brizola (2016)

Zona	Bairros	% votos válidos
252	COPACABANA, IPANEMA, LAGOA	1,25
163	CATETE, GLÓRIA, LAPA	0,95
245	CAMPO GRANDE, INHOÁIBA	0,95
217	BENTO RIBEIRO, HONÓRIO GURGEL, MARECHAL HERMES, OSWALDO CRUZ	0,94
16	COSME VELHO, LARANJEIRAS	0,89
171	TIJUCA	0,88
18	COPACABANA	0,87
21	BONSUCESSO, INHAUMA, RAMOS, TOMÁS COELHO	0,83
3	FLAMENGO	0,79
166	BOTAFOGO, URCA	0,76

ANEXO B – Zonas com maior percentual de voto para cada vereador eleito em 2020**Vereador – Dr. Marcos Paulo (2020)**

Zona	Bairros	% votos válidos
16	LARANJEIRAS	0,77
4	JARDIM BOTÂNICO	0,68
5	COPACABANA	0,67
7	TIJUCA	0,56
170	MARACANÃ	0,56
8	DEL CASTILHO	0,53
14	TODOS OS SANTOS	0,52
229	MARACANÃ	0,52
185	TAQUARA	0,5
214	MEIER	0,5

Vereador – Tarcísio Motta (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
16	LARANJEIRAS	7,21
7	TIJUCA	6,69
170	MARACANÃ	6,63
4	JARDIM BOTÂNICO	6,41
229	MARACANÃ	5,92
214	MEIER	5,15
5	COPACABANA	5,04
192	PORTUGUESA	4,95
216	DEL CASTILHO	4,49
8	DEL CASTILHO	4,3

Vereadora – Thais Ferreira (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
4	JARDIM BOTÂNICO	1,35
16	LARANJEIRAS	1,23
17	JARDIM BOTÂNICO	1,07
211	JARDIM BOTÂNICO	0,99
7	TIJUCA	0,98
170	MARACANÃ	0,97
5	COPACABANA	0,91

229	MARACANÃ	0,82
214	MEIER	0,79
216	DEL CASTILHO	0,68

Vereador – Chico Alencar (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
4	JARDIM BOTÂNICO	6,4
16	LARANJEIRAS	5,59
7	TIJUCA	5,32
17	JARDIM BOTÂNICO	4,88
5	COPACABANA	4,71
170	MARACANÃ	4,58
229	MARACANÃ	3,56
119	BARRA DA TIJUCA	2,86
211	JARDIM BOTÂNICO	2,82
214	MEIER	2,71

Vereadora – Monica Benicio (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
4	JARDIM BOTÂNICO	2,54
16	LARANJEIRAS	2,44
5	COPACABANA	2,13
17	JARDIM BOTÂNICO	1,96
7	TIJUCA	1,72
170	MARACANÃ	1,7
229	MARACANÃ	1,48
211	JARDIM BOTÂNICO	1,44
119	BARRA DA TIJUCA	1,31
9	BARRA DA TIJUCA	1,24

Vereador – William Siri (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
120	CAMPO GRANDE	3,24
245	CAMPO GRANDE	3,14
242	CAMPO GRANDE	2,68
122	CAMPO GRANDE	2,28
243	SANTA CRUZ	1,36
246	SANTA CRUZ	0,94
241	SANTA CRUZ	0,88

125	SANTA CRUZ	0,84
238	JARDIM SULACAP	0,74
25	SANTA CRUZ	0,72

Vereador – Paulo Pinheiro (2020)

Zona	Bairros	% votos válidos
211	JARDIM BOTÂNICO	2,23
4	JARDIM BOTÂNICO	1,93
5	COPACABANA	1,8
17	JARDIM BOTÂNICO	1,78
16	LARANJEIRAS	1,58
7	TIJUCA	1,56
229	MARACANÃ	1,12
170	MARACANÃ	1,11
119	BARRA DA TIJUCA	0,72
214	MEIER	0,69